

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

**Ensino e mercado editorial de livros didáticos de
História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)**

**Niterói
2008**

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

**Ensino e mercado editorial de livros didáticos de
História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre, sob orientação da Profa Dra. Laura Antunes Maciel.

Orientadora: Laura Antunes Maciel

**Niterói
2008**

S586 Silva, Alexandra Lima da.

Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924) / Alexandra Lima da Silva. – 2008.

159 f.

Orientador: Laura Antunes Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,

Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 146-159.

1. História do Brasil – Livro didático. 2. História do Brasil – Estudo e ensino. 3. Livro – Indústria e comércio. I. Maciel, Laura Antunes. II. Universidade
2. Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 370.9

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

**Ensino e mercado editorial de livros didáticos de
História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Antunes Maciel (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra Martha Abreu
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Magali Gouveia Engel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Niterói
2008**

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer traz junto com os sentimentos de gratidão, um pouco de desculpas implícitas àqueles que de alguma maneira, “penaram” durante a elaboração do trabalho acadêmico: familiares, namorado, amigos, alunos, colegas de trabalho. Todos em algum momento sentiram os efeitos da dissertação. Estes mais do que merecidos agradecimentos, merecem “citação” especial no trabalho.

À professora e orientadora Laura Antunes Maciel, pela paciência (principalmente devido à teimosia desta orientanda), empenho, seriedade, dedicação e no engajamento do *fazer* história, meus sinceros agradecimentos. Os acertos neste trabalho certamente lhes são devidos.

Às professoras Martha Abreu e Magali Engel, pelas preciosas e fundamentais críticas ao trabalho no exame de qualificação e por fazerem parte da banca de defesa.

Aos funcionários das instituições onde pesquisei (NUDOM, IHGB, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional), em especial, ao funcionário Sátiro, do Arquivo Nacional, pela gentileza no atendimento, e Pedro Tórtima, do IHGB, pelos importantes ensinamentos.

Aos funcionários da secretaria da Pós-graduação, sempre dispostos a ajudar.

Às amigas da época da graduação, Thalita e Carolina Ramalho.

À minha mãe Marise e minha irmã, Alcione, pelo auxílio em “assuntos gerais”: mudança, comida, casa, roupa lavada, enfim, pelo “suporte técnico” em épocas difíceis.

Ao meu sempre fiel, generoso e amoroso companheiro Guilherme, presente no prazer ou na dor, sempre lhe serei grata.

RESUMO

Este trabalho analisa a elaboração de livros didáticos de História do Brasil a partir das articulações entre a expansão do ensino e do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1924. Através de fontes variadas, tais como os próprios livros didáticos, catálogos e almanaques de editoras, programas de ensino, anúncios, periódicos e memórias, este estudo busca compreender as mudanças e permanências na produção de livros didáticos de História do Brasil no bojo da popularização da cultura letrada e da ampliação de públicos leitores na cidade. Procura acompanhar as ações dos sujeitos envolvidos nesse processo – autores, livreiros, editores e professores – em busca de suas motivações e dos múltiplos significados envolvidos nas experiências de vulgarização do conhecimento histórico através de manuais didáticos e da ampliação do ensino formal.

Palavras-chave: Livros didáticos. Mercado editorial. Ensino de História. História do Brasil

ABSTRACT

This work analyzes the didactic book elaboration of History of Brazil from the joints between the expansion of education and the publishing market in the city of Rio de Janeiro between 1870 and 1924. Through varied sources, such as proper didactic books, catalogues and registers of publishing companies, programs of education, announcements, periodic and memories, this study search to understand the changes and continuities in the didactic book production of History of Brazil in the bulge of the popularization of the culture scholar and the reading public magnifying in the city. Search to follow the actions of the involved citizens in this process - authors, booksellers, publishers and professors - in search of its motivations and of the multiple involved meanings in the experiences of vulgarization of the historical knowledge through didactic manuals and of the magnifying of formal education.

Word-key: Didactic books. Publishing market. Education of History. History of Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I: Culturas letradas no Rio de Janeiro	22
1.1-A instrução no Rio de Janeiro: alunos, professores, diretores e proprietários de escolas	22
1.2-Os autores de livros didáticos	30
1.3-Os “negócios” em torno de livros didáticos na cidade do Rio de Janeiro	40
Capítulo II: Como “nasciam” os livros didáticos de História do Brasil	57
2.1-Os papéis dos editores na produção didática	57
2.2-Construindo redes de apoio, trocas e comunicação em torno do livro didático.	66
2.3-Livros didáticos: um produto de massas?	71
Capítulo III: Ensino de história e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências	82
3.1-Reformas, programas de ensino e livros didáticos de história do Brasil	82
3.2-Livros didáticos: concepções de história e ensino	87
3.3-Metodologias e linguagens de um “bom livro didático” de História do Brasil	97
- Considerações finais	126
- Fontes	127
- Bibliografia	144

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um processo de pesquisa iniciado para a realização da monografia de conclusão do curso de graduação em História no ano de 2005¹, quando analisei o processo de institucionalização do ensino de história a partir dos livros didáticos de história do Brasil utilizados no Colégio Pedro II² ou elaborados por seus professores, a partir de meados do século XIX. O Colégio Pedro II ganhou importância por ser um espaço de referência, o pólo do ensino secundário institucionalizado no país e principalmente por considerar o alcance que tal instituição de ensino teria em relação às demais, enquanto elo e difusor de idéias, programas e metodologias de ensino e por demarcar um “lugar” importante no processo de elaboração dos livros didáticos até então.

Naquela conjuntura, a autoria de livros didáticos pareceu-me diretamente ligada aos círculos de influência e prestígio social, principalmente na atuação dos autores dos livros didáticos em instituições como IHGB, Colégio Pedro II, Academia Brasileira de Letras, dentre outras.

Analisando as outras atividades dos professores vinculados ao Pedro II e envolvidos com a elaboração de manuais didáticos, foi possível identificar algumas pistas sobre as articulações destes ao mercado editorial que se constituía na cidade do Rio de Janeiro. As evidências reunidas permitiram ampliar a compreensão sobre o processo de escrita e edição dos livros escolares de história do Brasil, articulado e no interior das transformações mais amplas que ocorriam naquele momento no terreno da cultura letrada, apontando para a renovação de autores, editores e periódicos, além de significativo crescimento do ensino na cidade, a partir dos anos 1870.

Do processo exposto, surgiram as questões para o projeto de pesquisa de mestrado, ampliadas com a aproximação e leitura progressiva dos livros didáticos, reformulando os

¹SILVA, Alexandra Lima da. *Entre vínculos e círculos: livros didáticos de História do Brasil, autores e público leitor entre 1838-1924, RJ*. Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História, UFF, 2005, sob a orientação da Profª Drª Laura Antunes Maciel.

² Após a República, o Colégio Pedro II passou a chamar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária e depois Ginásio Nacional. Em 1909 seu nome mudou para Externato Nacional D. Pedro II e Internato Bernardo de Vasconcelos. Tendo em vista as várias mudanças de nome do referido colégio, utilizarei neste trabalho o nome atual. Cf: DAMAZIO, Sylvania. Retrato social do Rio de Janeiro. RJ: EdUERJ, 1996, pp. 132-133.

problemas e objetivos de análise, sobretudo em função da localização de fontes que permitiram identificar outros manuais, uma diversidade de autores e um crescente mercado editorial para os livros didáticos a partir da segunda metade do século XIX. Pude perceber alguns aspectos que indicam a ampliação progressiva dos negócios em torno de livros didáticos tais como as tiragens crescentes, as freqüentes reedições de alguns títulos e autores que totalizam, às vezes, cerca de noventa reedições da mesma obra, além da profissionalização de autores, editores, e das estratégias de divulgação e vendas dos livros didáticos em todo o país.

Assim, como decorrência daquela investigação e o aprofundamento das questões, cheguei a um dos objetivos da pesquisa, no sentido de apreender a relação entre o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro e o significativo investimento na publicação de livros didáticos, particularmente dos manuais didáticos de História do Brasil. Uma dessas perguntas que orientaram a pesquisa era responder por quê investir em livros didáticos num país tido como analfabeto e pouco instruído? Quais lucros a produção de obras didáticas traria para o comércio livreiro se não havia “um público consumidor” num país repleto de “iletrados e pobres” por todos os lados? É possível falar em um “mercado editorial” neste momento e, em particular, isso se aplicava aos livros didáticos?

A periodização do presente trabalho é fruto das reflexões oriundas do próprio processo de pesquisa, que inicialmente, trabalhou com um recorte mais amplo, abarcando o período de 1854-1931, escolha em parte feita como decorrência das publicações dos livros didáticos localizados e analisados na monografia, e também, pelo peso do Colégio Pedro II. Todavia, ao problematizar algumas escolhas, fazendo novas perguntas e questionamentos, fez-se necessário refletir sobre os significados da produção de livros didáticos no interior das transformações mais amplas, considerando a expansão do ensino público e a popularização da cultura letrada na cidade, ampliando o acesso à educação e a produção e difusão de textos impressos por outros grupos sociais que não as elites.

Avançando a pesquisa pude observar que a partir de 1870 houve uma progressiva expansão no ensino (público e particular) e principalmente, o ensino para as classes elementares amplia-se significativamente, com uma vulgarização do conhecimento

histórico via livros didáticos de história do Brasil. Tais evidências de investimentos em livros didáticos justificam-se como parte das lutas e projetos de reformas na instrução “para o povo”. Neste período notei também o florescimento do mercado editorial de livros didáticos e populares na cidade do Rio de Janeiro intrinsecamente relacionado à inserção de outros sujeitos nas práticas da cultura letrada na cidade. Por isso, este trabalho busca pensar de que maneira o aumento na oferta de instrução formal representou uma ampliação dos públicos leitores na cidade do Rio de Janeiro, pensando as distintas experiências em torno da educação, edição e difusão dos livros didáticos no Rio de Janeiro entre 1870-1924.

Por sua vez, na década de 1920 evidencia-se um aumento significativo no número de habitantes da cidade do Rio e a consolidação do declínio no número de analfabetos, menor que a população alfabetizada na cidade. Além disso, neste momento temos uma produção de livros didáticos com características diferentes da segunda metade do século XIX, pois há indícios de um processo de massificação com um aumento no número de tiragens dos livros, na casa de 10.000 exemplares por edição. A busca pelo barateamento da produção e dos preços do livro didático se apresenta na estrutura gráfica voltada para públicos diversificados, incrementando em formato, métodos e renovação da linguagem com uso de ilustrações, mapas e outras inovações.

A produção de livros didáticos neste período não era “artesanal”, como muitos afirmam, e atentar para a existência de outros sujeitos envolvidos na produção didática é crucial para a compreensão das dinâmicas e transformações no negócio de livros no Brasil, que pelo visto, interessava a muitos, e não apenas aos 3 livreiros mais importantes como muitos estudos defendem. O fato de parcela significativa de estudos concentrarem suas análises nos editores “consagrados”, dentre os quais temos os Laemmert, os Garnier e Francisco Alves, explica porque ignoram muitas vezes, “livreiros” tidos como “menores”, além de silenciarem sobre os outros sujeitos históricos envolvidos nesta atividade, fundamentais para a existência dos próprios livreiros.

Este é o caso do estudo de Laurence Hallewel,³ que apesar de trazer muitas informações importantes sobre o mercado editorial no Brasil, não reconhece a importância dos outros livreiros e outros sujeitos envolvidos na atividade de edição e comércio de

³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil* (sua história). SP:Editora Ática, 1985.

livros. Apesar de suas contribuições, as análises de Hallewell são muito factuais, além de terem uma concepção muito fragmentada do objeto.

Mais recentemente, diversos estudos têm se caracterizado por abordagens multidisciplinares, incorporando à perspectiva de uma história editorial a preocupação com uma “história da leitura,” com o objetivo de reconstituir as relações dos homens com os livros e os modos de ler de grupos sociais diversos⁴. Tem-se considerado também a constituição histórica de um mercado editorial no Rio de Janeiro já no século XIX com a intensa produção, circulação e recepção de impressos, e estudos sobre editoras.⁵ Todavia, poucos ainda têm sido os que atentam para o importante lugar da produção didática neste mercado.⁶

De um modo geral, as pesquisas sobre os livros (e sobre os livros escolares) se intensificaram a partir dos trabalhos de Lucien Febvre e Henri Jean Martin⁷, sendo o livro concebido por estes como um “fermento”, o difusor de profundas transformações nas relações humanas. Deste modo, a historiografia francesa das últimas décadas ampliou os títulos sobre o mundo das letras, da leitura e dos leitores na Europa e no Ocidente, num campo de estudo denominado História Cultural⁸, tendo como referências teóricas os muitos trabalhos de Roger Chartier.⁹

⁴ ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. SP: Mercado de Letras, 1999; BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro.1870-1920*.RJ: Arquivo Nacional, 1999.

⁵ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). SP: Cia das Letras, 2004; DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). BH: Editora, 2005.

⁶ BRAGANÇA, Aníbal . “A política editorial de Francisco Alves e a profissão de escritor no Brasil”.: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado das Letras, 1999.

_____. “A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. *Livraria ideal*. A trajetória de um imigrante italiano, de engraxate a livreiro (1935-1966). Dissertação de mestrado. SP: USP, 1995.

⁷ FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992.

⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.

⁹ CHARTIER, Roger e MARTIN, H J . *Histoire de l' édition française* . Paris, Primodis, 1982. Há neste livro inclusive, dois capítulos sobre os livros didáticos, os de Dominique Julia e de Alain Choppin;

_____. “O livro. Uma mudança de perspectiva .” In: LE GOFF e NORA. *História: Novos objetos*. Livraria Francisco Alves,1976. E os estudos recentes:

_____. “Texto, impressão e leitura”. In: HUNT, Lyn (org). *A nova historia cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992; *Práticas de leitura*. (org). São Paulo, Edição Liberdade. 1996;

_____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Local, editora, 1994;

Os estudos de Chartier propõem “uma mudança de perspectiva” em relação ao livro, pois, seus estudos relacionam a leitura ao universo social dos leitores, considerando as práticas de leitura, sugerindo três elementos como cruciais para a compreensão do universo da leitura: *o texto, o objeto e a prática*. No interior da historiografia brasileira, os trabalhos de Chartier tiveram muita ressonância, sobretudo para abordagens que se identificam com a chamada *História Cultural* e a *Nova História Cultural*.

Além da perspectiva teórica de Chartier, outros estudiosos se dedicaram à questão do livro. Robert Darnton, estuda papel da leitura, da mídia e do Iluminismo, atentando para o que estaria “por trás” da leitura no passado, o que as pessoas achavam sobre *o que* liam, *como* liam, e os *significados* que tais leituras tinham nas vidas dos indivíduos.¹⁰ Já o italiano Carlo Ginzburg, ao estudar especialmente o autodidatismo do moleiro Menocchio,¹¹ analisou as práticas e aprendizagem da leitura no âmbito da *cultura popular* no século XVI.

Uma vez que a presente pesquisa tem como preocupação uma história social, e não “uma história do livro” ou ainda “uma história da leitura”, utiliza como categoria fundamental cultura enquanto modo de vida, de luta, e não uma instância isolada dos conflitos e experiências dos sujeitos.

Cultura é pensada aqui na acepção de E P Thompson, ou seja, em relação à noção de experiência social, considerando homens e mulheres como sujeitos sociais que experimentam suas situações e relações sociais enquanto necessidades, interesses e com antagonismos, e que em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura com complexidade, para só então, agir sobre uma situação dada, experimentando não apenas como *idéias no âmbito do pensamento*, mas também como sentimentos, normas, valores, obrigações que se exprimem em ações e também como resistências.

Em relação aos trabalhos *sobre* livros didáticos de história do Brasil, muitas são as áreas do conhecimento (comunicação, história, educação) e correntes teóricas que se

_____. CHARTIER, Roger & CAVALLO, Guglielmo (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*. 2 volumes. Ed. Ática, 1999.

¹⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. SP: Cia das Letras, 1990, página 153.

¹¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Cia das Letras, São Paulo. 1987.

propõem a pesquisá-los¹². Dada a infinidade de trabalhos acadêmicos sobre este objeto,¹³ me deterei àqueles que se propõem a trabalhar com recortes cronológicos próximos aos meus, entre finais do século XIX e inícios do XX.

Circe Bittencourt analisa a construção do saber escolar em livros didáticos de História referentes ao período da criação das primeiras escolas públicas elementares e secundárias até os anos iniciais da República¹⁴. Aludindo a toda produção nacional, seu trabalho é uma importante contribuição, sobretudo por perceber o objeto em suas múltiplas dimensões, apontando para as articulações entre Estado e mercado editorial e para a complexidade dos domínios que envolvem o livro: mercadoria/ instrumento de ensino/ veiculação de idéias e valores.

Arlete Gasparello¹⁵ pretendeu fazer uma “história dos livros didáticos de História do Brasil”, acompanhando a configuração da disciplina escolar no ensino institucional secundário brasileiro, tendo como foco de análise o Colégio Pedro II e os programas de ensino da história nacional.

Por outro lado, há análises específicas sobre autores de livros didáticos, como as sobre Rocha Pombo¹⁶, João Ribeiro¹⁷, entre outros. Selma Mattos,¹⁸ por exemplo, destaca a

¹² Dentre as quais destaca-se a corrente que se propõe a uma história das disciplinas escolares, tendo como marcos teóricos importantes: CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. *Teoria & Educação*, n° 2, 1990, pp.177-229; JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. IN: LOPES, Alice & MACEDO, Elizabeth (orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. RJ: DP&A, 2002. pp.37-71.

¹³ Dentre as mais recentes monografias, dissertações e teses, cito algumas realizadas na Universidade Federal Fluminense: MOSTAFA, Maria. *A mulher nos livros didáticos de história: uma análise crítica*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense; ALMEIDA, Nina Paiva. *Temática indígena e questão nacional no ensino de História*. Parâmetros curriculares nacionais e livros didáticos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense; VIDAL, Maria Cristina Fonseca. *Jonathas Serrano: limites e possibilidades no ensino de história do Brasil nos anos 30*. Dissertação de Mestrado em história, UFF, 2005; REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos (1931-1945)*. Niterói. Dissertação de mestrado, UFF.

¹⁴ BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 369p

¹⁵ GASPARELLO, Arlete. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. Tese de Doutorado em Educação, PUC/SP,2002.

¹⁶ MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de et alii. “O compêndio de história da América de Rocha Pombo. Uma apreciação crítica”. *Notícia bibliográfica e histórica*. Jul/set. 2003.

¹⁷ HANSEN, Patrícia dos Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*, RJ: Acess, 2000; MELO, Ciro Bandeira de. *Senhores de História: a construção do Brasil em 2 manuais didáticos de história*

vida e obra de Joaquim Manuel de Macedo, sobretudo em suas funções de secretário do IHGB e de professor do Imperial Colégio Pedro II¹⁹. Conceição Cabrini²⁰ optou por abordar um autor de cartilhas escolares, Felisberto de Carvalho, o situando dentro dos projetos educacionais e mudanças ocorridas a partir do século XIX. A autora defende a idéia de que os livros didáticos de “longa duração” sustentaram projetos político-educacionais, constituindo “um importante elemento na constituição de mentalidades de várias gerações”. Diferente de Bittencourt, Cabrini analisa o livro didático essencialmente enquanto veículo transmissor e divulgador de idéias e projetos políticos, não apontando outras dimensões que o compõem.

Com exceção da pesquisa de Circe Bittencourt, os trabalhos citados não tiveram como objeto de estudo específico a relação mercado editorial com a publicação de livros didáticos de história, ainda que se reconheça sua importância para a construção da chamada *história da nação* ou da *memória nacional*, mormente num contexto em que as definições da nação e do nacional eram questões que estavam na ordem do dia do debate político.

Não obstante a contribuição dos trabalhos aqui citados, dentre outros, a maioria elege como foco central a história da educação ou das disciplinas escolares, concebendo o livro didático como mero divulgador de projetos e idéias, sobretudo dos projetos políticos para a nação²¹ elaborados em outros espaços e por outros sujeitos independentes ou como instrumento/método de ensino. Poucos concebem as transformações nos usos do livro também como objeto de consumo, produzido dentro de um mercado editorial que se formava e se estruturava em função das demandas sociais de determinado momento histórico. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir com um enfoque diferenciado.

da segunda metade do século XIX. Doutorado em Educação, São Paulo, FAE/USP, 1997. (Sobre a obra de João Ribeiro e Joaquim Manuel de Macedo)

¹⁸ MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro, FGV, 1993.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, USP, 1994. A autora faz uma análise dos 5 livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho, publicados pelas editoras Francisco Alves, Garnier e Serafim Alves.

O presente trabalho insere-se numa perspectiva teórica da História Social, num compromisso de dar visibilidade a outros sujeitos de “fora” dos grandes temas consagrados pela historiografia oficial, numa preocupação com a compreensão dos nexos e das relações sociais existentes na atividade humana.

Optou-se por explorar as articulações entre cultura letrada e ensino de história na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo a leitura e a escrita como dimensões da experiência social e como campo de tensão entre grupos.²²

Em torno das perspectivas da história social, pensamos o livro didático não como um objeto estanque, mas inserido nas articulações e relações sociais que o produziram, buscando conforme sugere Cruz, os múltiplos usos sociais da “cultura letrada” em grupos sociais distintos:

Nessa conjuntura, a difusão e ‘popularização’ da cultura letrada via processos como a escolarização em massa, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergente.²³

Deste modo, é possível pensar o acesso ao livro didático e ao universo da cultura letrada como uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania, vislumbrados com o ingresso em escolas, dentre outros, como manifestações de luta e expressão de embates em torno da educação “para o povo”. Neste ponto, analisamos o aumento da oferta de ensino, e da produção de livros didáticos, enquanto fruto de pressões de sujeitos que reivindicavam uma ampliação por participação política e social, uma vez que o domínio das letras significava muito neste sentido. Não interpretamos, portanto, tais conquistas como doações espontâneas vindas de “cima” ou como fruto de um progresso material e técnico que fez proliferar também a oferta de livros e informações.

As demandas sociais que levaram à expansão do ensino público representavam também lutas por melhorias nas condições de ensino, seja na construção de novas escolas,

22 THOMPSON, E P. *Os românticos*. A Inglaterra na era vitoriana. RJ: Civilização Brasileira, 2002, p.31.

23 CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. SP:EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p.36.

seja no envio de livros didáticos de qualidade para as escolas das freguesias menos “nobres” da cidade.²⁴

No que tange ao “público leitor” de livros didáticos, é importante refletir sobre a possibilidade de uma ampliação e diversificação do público leitor de um modo geral, extrapolando as instituições de ensino oficiais da época, indicando com isto o desenvolvimento de diferentes modos e usos da leitura a partir do século XIX, concebendo os livros didáticos para além do universo escolar, incluindo, assim, os usos realizados pelas camadas populares, como por exemplo, alunos de cursos noturnos, leitores autodidatas, como apreendemos nas intenções de alguns autores e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à “gente comum”, uma vez que para alguns:²⁵

O conhecimento da historia de um povo não se adquire rapidamente no decurso de um ano escolar: - nesse período aprende o que mais importante nela se observa. Aliás, para o comum dos homens para os que se não destinam a cultores extremados da evolução de seu país, não é necessário o relato minucioso dos fatos de sua historia. Dá-se - lhes, nestes casos, uma noção dos principais acontecimentos fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles figuraram.²⁶

Conforme Thompson, as classes trabalhadoras não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria historia e na definição de sua própria identidade cultural:

O autodidata tinha, muitas vezes, um entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal.²⁷

²⁴Cf: SCHUELER, Alessandra Frota. *Forma e culturas escolares: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890)*. Tese de Doutorado em Educação, Niterói, UFF, 2002.

VILLELA, H. “A Imprensa Pedagógica e constituição da profissão docente: alguns embates.” In: GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

_____. *Da palma palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

²⁵ PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 2.ed. São Paulo : Loyola, 1983 e também: MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir. A instrução popular na corte imperial (1870- 1889)*. Dissertação de mestrado em História, 1997, UFF, Niterói.

²⁶ COUTO, Pedro. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920. 2ª ed. Grifos meus.

²⁷ THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. RJ: Paz e Terra, 1988.

Todavia, as camadas populares não apenas “consumiam” os livros. Analisando a trajetória dos próprios autores de livros didáticos de história, observa-se que as experiências e motivações destes eram bastante distintas. Ao contrário do que muitos estudos afirmam, os autores de livros didáticos e livros de cunho mais popular não eram apenas “homens de letras” ou membros de uma elite intelectual e econômica. Muitos dos autores (e autoras) provinham de classes menos favorecidas, o que ajuda na compreensão da escrita de livros didáticos numa dimensão de lutas e embates, concebendo o acesso das classes populares à cultura letrada como possibilidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”.²⁸

Neste sentido, tomo de empréstimo a noção de experiência conforme pensada por Thompson como categoria importante para não homogeneizar ações onde:

homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...).²⁹

A escolha das fontes foi feita no sentido pensar a relação estabelecida com o presente, a fim de modificá-lo, na perspectiva de que a maneira como “enxergamos” o passado é mutável, pois “é o presente que questiona e faz as intimações”.³⁰

Os registros da experiência social utilizados como fontes neste trabalho foram analisados com a preocupação de não homogeneizar as experiências dos sujeitos envolvidos nas tensões e disputas em torno da elaboração dos livros didáticos de história do Brasil, num sentido de não fazer uma “história da leitura”, ou “história do livro”, mas inserindo a produção de livros didáticos no âmbito das lutas e relações sociais mais amplas da vida urbana naquele momento histórico.

As perguntas feitas às fontes seguem o movimento de vislumbrar as possibilidades no fazer das pessoas, para afirmar “isto pôde (e pode) ser feito,”³¹ sobretudo na localização

²⁸ MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. RJ: Editora da UFRJ, 2001, pp.179-181.

²⁹ THOMPSON, E. P. “ O termo ausente: experiência.” *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ: Zahar, 1981.

³⁰ Cf: CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. RJ: Editora Ática, 1976, p.24.

³¹ SARLO, Beatriz. “A história contra o esquecimento”. IN: *Paisagens imaginárias*. SP: Edusp, 1997, p.42.

de documentos que permitiram identificar outros sujeitos, questionando esquecimentos, silêncios, evidenciando diferentes memórias.³²

Além dos livros didáticos, outras fontes foram pesquisadas, tais como memórias, notas publicadas na imprensa, catálogos de editoras, programas de ensino, planos de reforma da instrução, periódicos, etc, com a preocupação de buscar registros que respondessem sobre os vários aspectos que julgamos importantes e interligados, e que não estavam separados. Tais registros são fundamentais para que não esqueçamos os sujeitos que participam desse processo, atentando para as pistas sobre usos e apropriações dos livros didáticos por professores e alunos (percebidas por meio dos livros e também memórias e literatura), além das concepções e conteúdos históricos em livros didáticos elaboravam e vulgarizavam.

Os livros didáticos foram localizados em locais diversos, tais como Colégio Pedro II, IHGB, Biblioteca Nacional e sebos especializados em livros raros. Muitos títulos foram localizados em catálogos de editoras, mas não foram encontrados alguns exemplares e sabe-se de sua existência exatamente pela análise dos catálogos e anúncios.

O desaparecimento destes livros deve ser interrogado e inserido nas reflexões sobre os esquecimentos produzidos no próprio fazer histórico. Neste ponto, a preocupação é não minimizar as experiências dos diferentes sujeitos em questão. Explorar os livros didáticos em seus títulos, prefácios, dedicatórias, número de páginas, ilustrações, linguagem, preços, forneceu indícios preciosos na localização e articulação entre os envolvidos na produção didática de livros de história do Brasil, indicando transformações e permanências neste processo entre 1870-1924.

Já os periódicos e legislação foram importantes para compreender os espaços de divulgação dos livros didáticos, bem como a atuação de autores, editores e livreiros no sentido de melhor se posicionarem no mercado, buscando maior credibilidade junto ao público, anunciado não somente as “novidades”, como também, enfatizando-se “os preços módicos”, ao “alcance de todos”.

³² Conforme pontuado por MACIEL, Laura. MACIEL, Laura Antunes. “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury.(Orgs.). *Outras histórias : memórias e linguagens*. São Paulo : Olho d’Água, 2006, p. 224

Em relação à legislação escolar, a tomamos com campo de expressão e lutas sociais, atentando que os programas passavam por rigorosa seleção e avaliação dos conteúdos considerados importantes. Em relação ao ensino de história, considerava-se a que fosse “mais digna” de ser conhecida e memorizada pelos alunos.

Outro corpus documental desta pesquisa localiza-se no Fundo de Instrução do Arquivo Nacional, sobretudo na localização da Diretoria de Impressões Autorizadas, importante para a compreensão dos diversos envolvidos na expansão do ensino, apontando para a necessidade de investir em materiais para “modernizar” a instrução, que mudava de públicos e intenções.

No que tange às memórias (de autores, ex-alunos, professores, e sobre editores), estas foram fundamentais para a problematização dos usos do livro didático em sala de aula pelo professor e pelo aluno, contribuindo para delimitarmos, inclusive, as mudanças nos usos e sentidos do livro didático ao longo dos anos. Além disso, as memórias ajudaram na análise sobre as relações entre os diferentes sujeitos, tais como professores, alunos, livreiros, editores, políticos, dentre outros.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, “Culturas letradas no Rio de Janeiro,” problematiza as articulações em torno dos livros didáticos, refletindo sobre significados da existência de livros didáticos para autores, livreiros, editores e público leitor na cidade do Rio de Janeiro, pensando as culturas letradas existentes no Rio de Janeiro no referido período no âmbito das lutas e tensões entre os sujeitos distintos.

O segundo, “Como ‘nasciam’ os livros didáticos de História do Brasil,” problematiza o processo de “nascimento” dos livros didáticos, com destaque aos de História do Brasil, com ênfase ao papel do editor na elaboração do livro didático, e às transformações deste produto: de objeto caro e para consumo de poucos a um produto de “massas”, acessível a todos os bolsos e públicos. Acompanhar essa massificação do livro didático e sua articulação a outras redes de comunicação social permite também compreender quais as histórias eram apresentadas como dignas de serem difundidas, para quais públicos e com quais intenções.

Por fim, o terceiro capítulo, “Ensino e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências,” analisa o papel do livro didático de História do Brasil no

ensino de historia, com ênfase aos aspectos metodológicos, às linguagens e outros aspectos que caracterizavam um “bom livro didático” para os críticos do momento. Essa problematização permitiu avaliar até que ponto muitas perspectivas de história do Brasil ensinadas na segunda metade do século XIX e inícios do XX permaneceram na memória e no ensino de muitas gerações, orientadas muitas vezes, pelos grandes fatos e feitos de personagens da vida política e institucional, servindo como parâmetro para selecionar os conteúdos dos programas, e também, a seleção e preservação de uma memória social, “no singular”.³³

³³ Ibidem, p.208.

Capítulo I : Culturas letradas no Rio de Janeiro

1.1- A instrução no Rio de Janeiro: alunos, professores, diretores e proprietários de escolas.

Um dos princípios norteadores do presente trabalho foi tentar apreender a produção de livros didáticos a partir das articulações dos sujeitos e instituições: autores, livreiros, editores, impressores, tipógrafos, escolas (o que inclui professores, alunos, diretores), pensando com isso uma expansão do ensino e mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX.

Neste processo, as mudanças não ocorreram somente a partir de leis e decretos, sendo importante considerar os movimentos diversos dos sujeitos, em suas ações, lutas e estratégias diversas, tais como aproximações, contatos, associações, dentre outras. Penso com isto uma rede articulada em torno da produção de livros didáticos, e de como isto representou uma difusão nos usos e alcances dos mesmos e no florescimento de um mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro.

Neste sentido, através da análise e articulações do livro didático junto a redes de comunicação social e linguagens, o concebo como algo complexo, atingindo diferentes públicos e fins, na perspectiva indicada por Maciel,³⁴ pensando a emergência de uma cultura de massa sustentada pela articulação entre ampliação das redes de ensino e dos meios de comunicação, compondo com isto, uma “ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro,” a partir da “formação de novos grupos produtores (autores, editores, jornalistas) e difusores (livrarias, bibliotecas, associações, escolas) de materiais impressos de natureza diversa (livros, folhetos, periódicos)”³⁵.

Proponho com isto analisar a relação entre “cultura letrada e cidade,”³⁶ uma vez que a cidade do Rio de Janeiro já em meados do século XIX apresentava uma série de especificidades em relação ao restante do país, com uma crescente expansão na rede de ensino, e uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo.

³⁴Ibid. p. 204

³⁵ Ibid, p. 212

³⁶ Sobre a relação cultura letrada/cidade, uma importante referência é o trabalho de Heloísa de Faria Cruz, centrado na cidade de São Paulo. CRUZ, Heloísa de Faria. Op. cit., 2000..

Segundo o censo de 1870, mais da metade da população do Rio de Janeiro era considerada analfabeta. Em 1890, havia cerca de meio milhão de pessoas na cidade, o dobro em relação a 1870. Deste meio milhão, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Em 1924, num universo de 1.157.141 de habitantes, 61,1% das pessoas eram alfabetizadas, superando o número de “iletrados” na cidade.³⁷ Estas taxas eram as mais baixas do país e mostram o crescimento contínuo da população alfabetizada no Rio de Janeiro que, em princípio, já dominava as primeiras letras ou, pelo menos, podia ler e ter acesso a textos impressos.

Com isto, tenho a preocupação de compreender o crescimento no número de pessoas alfabetizadas naquele momento como uma das formas de luta da população na participação não somente nas eleições, uma vez que ser alfabetizado era condição para tanto, mas também, enquanto parte da luta pela melhoria nas condições de vida, ampliando-se o acesso aos direitos de cidadania. Tal crescimento não deve ser interpretado como uma “benesse para o povo”, mas como uma conquista em meio a disputas e embates travados historicamente.

Acompanhando as discussões parlamentares e artigos saídos na imprensa, a questão da instrução pública estava na ordem do dia e ganhava visibilidade por meio de diferentes projetos e iniciativas que propunham a necessidade de reformar o ensino e lutar contra o analfabetismo,³⁸ dentre outras.

Afinal, para quê e para quem serviria a instrução? Em torno destas questões havia muita dissonância, uma vez que para uns, a instrução era sinônimo de luta, resistência e ascensão social, ao passo que para outros, era defendida enquanto um privilégio para poucos, demarcadora de lugares sociais.

³⁷ Apud DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. RJ: EdUERJ, 1996, p. 125.

³⁸ Exemplos desses debates podem ser encontrados em: JOSÉ AUGUSTO. “Reforma do ensino: pedido de transcrição do artigo: ‘Pela educação popular’, do Sr Carneiro Leão.” *ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS*, 1915, Vol 18, p.99; BONIFÁCIO, José. “Medidas contra o analfabetismo”. *ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS*. 1915, Vol 19, pp. 193 e 198; 191 e 196; DÓRIA, Franklin. *A Instrução*. Rio de Janeiro, 1877, Typographia Nacional, 15 p. (Discursos na Câmara dos Deputados). *Ensino Público*. Obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil, por A. de Almeida Oliveira, Maranhão, 1874. *INSTRUÇÃO PÚBLICA (A Reforma da...)*, por José Joaquim do Carmo, Rio de Janeiro RJ, 1876.

A instrução na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX era composta por escolas públicas, particulares, além da experiência das escolas mantidas por associações de classe, voltadas para um público diversificado. Observando os dados estatísticos sobre o número de as escolas existentes no Distrito Federal sabemos que em 1892 eram 120 as escolas primárias e 5 as escolas secundárias públicas, dois internatos para menores, a Escola Normal, além de 85 estabelecimentos privados de ensino primário e 58 de instrução primária e secundária.

No ano seguinte, o número de escolas públicas elevou-se para 150, em 1897 já eram 154 escolas, que aumentam para 274 em 1907 e 295 em 1910. Especificamente para o ensino de adultos existiam desde 1893, cursos noturnos para os maiores de 14 anos de ambos os sexos, criados em algumas escolas primárias, de preferência perto de fábricas. Em 1907 o ensino noturno foi reorganizado e expandido, existindo 11 escolas que funcionavam à noite. A partir de 1912 os cursos noturnos passaram a atender também as mulheres e o número de escolas aumentou para 21.³⁹ Existiam renomados colégios voltados para a instrução de meninos e meninas, sob as formas de internato e externato, sendo boa parte destes situados em bairros como Botafogo, Laranjeiras e Centro.

Em relação ao número de alunos matriculados, segundo o Censo de 1872 havia 10.100 indivíduos matriculados nas escolas públicas e particulares, o que representava 20% das crianças livres. Já em 1876 foram registrados 14.257 alunos matriculados. Em inícios da década de 1880, existiam 18.804 alunos regularmente matriculados nas escolas, 8.740 em escolas públicas e, 10.064, em escolas particulares.⁴⁰

Entretanto, segundo DAMAZIO, apesar do crescimento da rede formal de ensino, a frequência às aulas manteve-se baixa, e “apenas cerca de 60% dos alunos matriculados compareciam às aulas”.⁴¹

O investimento na abertura de escolas elementares foi maior em relação às escolas secundárias. Se em 1869, havia 230 escolas secundárias e 3.723 escolas elementares, em

³⁹ DAMAZIO, Sylvia. Op.cit., 1996, p. 125-6.

⁴⁰ SCHUELLER, SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Doutorado em Educação, UFF, 2002, p

⁴¹ Ibid., p. 128.

1889 temos um aumento no número de escolas elementares, 266 e somente 138 escolas secundárias⁴².

A rede particular oferecia também colégios “para meninas”, dirigidos por “respeitadas e dignas” senhoras, da mais alta competência e segurança dos pais, como procuravam fazer crer os anúncios de colégio para moças⁴³:

034 COLLEGIOS DE MENINAS.
COLLEGIO DA IMMACULADA CONCEIÇÃO.
Fundado em 1854
PELA
ASSOCIAÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO. [435



120 PRAIA DE BOTAFOGO 120
ANTIGO N. 36.

Este estabelecimento, confiado á direcção das Irmãs de Caridade, tem por fim a educação da mocidade, baseada sobre a Religião e a Moral.
Objecto de uma solícita e sempre maternal vigilância, as educandas se conservão constantemente sob as vistas das suas mestras que presidem não só a seus trabalhos escolares

Havia também, projetos e iniciativas de instrução popular, sobretudo no que se refere à alfabetização de adultos e instrução primária, se constituindo gradualmente, em função das crescentes demandas e pressões no sentido de ampliação de direitos.⁴⁴

Neste aspecto, temos os vários cursos noturnos para adultos criados por iniciativa de instituições mantidas por “cidadãos filantropos” preocupados em “educar” os pobres em geral e os trabalhadores em particular, como o do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, instituído para “ministrar a educação elementar aliada ao ensino

⁴² Cf ALMEIDA, J Ricardo de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. S. Paulo: INEP/PUC-SP, 1989.

⁴³ Anúncio do Colégio da Imaculada Conceição. Apud: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* para o ano de 1880. RJ: Laemmert, 1880, p. 634.

O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro trazia informações diversas para o “público da corte,” sendo uma referência de grande utilidade para todos, informando dados gerais da cidade, informes de estabelecimentos comerciais, etc.

⁴⁴ MARTINEZ, Alessandra Frota. Op. cit. p. 18.

técnico-profissionalizante de adultos e jovens” mas que continuou ampliando suas atribuições e públicos.⁴⁵

Este patriótico, gratuito e utilíssimo estabelecimento, cujos beneméritos professores lecionam sem a menor retribuição, foi promovido pelo arquiteto Bittencout da Silva em 23/11/1856 e inaugurado no dia 9/1/1858, no consistório da igreja matriz do santíssimo sacramento; funcionou na igreja de S Joaquim por espaço de 19 anos. Contando já 24 anos de existência, tem prestado ao povo, e principalmente às classes operarias, utilíssimos serviços. Além das aulas publicas de ciências aplicadas, que já funcionam com a maior regularidade, e das do ensino do sexo feminino inauguradas a 11/10/1881, espera abrir brevemente como máximo empenho oficinas para o ensino pratico dos seus alunos. O curso de suas aulas começa anualmente na 1ª quinzena do mês de março e termina no último de novembro. Instituído no próprio nacional, a Rua da Guarda velha, 3 e 5.⁴⁶

Existiam outras instituições semelhantes, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Propagadora das Belas Artes e a Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Freguesia da Lagoa, apenas para citar algumas iniciativas. Entretanto, existiram inúmeras experiências de associações de trabalhadores que elaboraram projetos de instrução “para os trabalhadores e seus filhos”, num movimento que partia dos próprios trabalhadores diversos (tipógrafos, comerciantes, Caldeireiros de Ferro, operários, etc).⁴⁷

A partir dos anos 1870 começaram a surgir também cursos noturnos voltados para públicos específicos, como o oferecido pelo Bacharel Mata de Araújo especialmente para o “professorado e público das primeiras letras,”⁴⁸ ou ainda, escolas criadas pelas mais diversas iniciativas e localizadas em diferentes partes da cidade, oferecendo ensino gratuito para a “classe desprovida”:

Escola Noturna Gratuita da Chancella. Esta escola conta mais de 2 anos de existência. Tem o caráter popular, pois que ensina as classes da freguesia mais desprovidas da fortuna. Em seu seio admite pessoas de todas as nacionalidades e condições. Ensina pelo método de leitura da cartilha material de João de Deus e tem preparado por esse método grande número de alunos. Ensina as matérias elementares de instrução primária mais necessárias as classes proletárias. No seio da escola são

⁴⁵ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p. 1635. RJ: E & H Laemmert, 1889.

⁴⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1882. RJ: E & H Laemmert, 1882, pp 1730-1736.

⁴⁷ MENDONÇA, Leandro Clímaco Almeida de. Relatório final do projeto *Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870-1920*, sob a orientação da prof^a Dra Laura Antunes Maciel. Niterói, UFF, 2007, p. 8.

⁴⁸ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872: RJ: E & H Laemmert, 1872, pp. 444.

banidos todos os preconceitos, e só tem importância o merecimento do aluno, quer no aproveitamento, quer na conduta moral.⁴⁹

É preciso considerar que embora o aumento na oferta de cursos e escolas para a instrução formal seja fundamental para compreender a expansão do letramento entre grupos sociais, ela não foi o único determinante na ampliação do público leitor, para o que contribuem outras experiências como a difusão de jornais e revistas, a criação de bibliotecas, etc. Vale ressaltar, também, que os livros didáticos analisados neste trabalho são aqueles destinados ao ensino de história do Brasil, o que nos leva ao entendimento de que os públicos aos quais se destinavam já dominavam as primeiras letras, ainda que nem sempre estivessem matriculados em escolas ou cursos regulares.

Pude observar também que muitos autores de livros de História pretendiam atingir pessoas que não necessariamente freqüentavam os bancos escolares, pois incluíam entre os seus destinatários os “homens simples do povo”, expressando talvez as inúmeras possibilidades abertas pelo autodidatismo nas camadas populares.

Em relação às escolas particulares, observamos que muitos proprietários e diretores de escolas eram também autores de livros didáticos, o que sugere uma importante articulação que poderia servir como atestado de excelência das escolas particulares. Para citar alguns casos, temos: “Colégio de instrução primária de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Barker autor e proprietário de uma coleção de compêndios (...)”⁵⁰; Luíza Carolina de Araújo Lopes, diretora do Colégio de Meninas Santa Luzia, autora de *Lições de Geografia particular do Brasil*, em 1877.

Ou ainda, Abílio Borges, o Barão de Macaubas, dono de vasta produção didática, diretor da Instrução Pública da Bahia, e também dono do colégio Abílio da Corte “sob a alta inspeção do barão de Macaubas.”⁵¹Essas relações entre os espaços de atuação e a produção dos livros didáticos eram realçadas nas propagandas e anúncios:

Livros do Dr Abílio. A venda nas principais livrarias 1,2,3, 4 e 5 livros de leitura; novo 1º livro de leitura (leitura universal). Livro do Povo ou silabário popular; gramática de português; gramática

⁴⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1882: RJ:E & H Laemmert, 1882, pp. 1730 - 1761.

⁵⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1848: RJ:E & H Laemmert, 1848, p. 226.

⁵¹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1890. RJ:E & H Laemmert, 1890, p. 623.

francesa, desenho linear, ou geometria pratica popular ou cantos escolares; solfejo, método seguido de um compendio de musica; leitura em voz alta, Lusíadas, de Camões(edição especial escolar de Abílio) Método de Ahun para o ensino pratico e fácil do francês.⁵²

Em relação à instrução pública, ao mesmo tempo em que instituições de ensino como o Colégio Pedro II desfrutava de livros didáticos elaborados especialmente para seus alunos, por outro lado, “o mestre da roça” e professores de freguesias afastadas do centro queixavam-se das inúmeras dificuldades enfrentadas em seu cotidiano de trabalho. Tais manifestações eram feitas em periódicos diversos, eventos pedagógicos ou por meio do envio de cartas aos secretários de instrução e órgãos públicos.

Se por um lado, os dados estatísticos ajudam na compreensão do aumento no número de escolas existentes, estes não dão conta das vozes e gritos dos professores no sentido de melhorias no ensino e nas suas condições de vida e trabalho. Neste sentido, a existência de cartilhas e livros didáticos diante desta realidade poderia ajudar não apenas na aprendizagem do aluno, mas talvez representasse um auxílio na própria prática docente.

A partir da expansão do ensino público, a preocupação com a carência de livros e compêndios de ensino nas escolas motivou freqüentes reclamações nos diversos relatórios enviados à Inspetoria Geral da Instrução. Em um relatório feito por Abílio César Borges, (Barão de Macaúbas) na condição de Diretor da Instrução da Bahia, este reclamava da carência de livros e compêndios para a melhoria das aulas e do ensino.⁵³ Para amenizá-las, as autoridades organizaram prêmios e incentivos para a produção de livros didáticos⁵⁴.

Apesar da crescente oferta da rede formal de ensino, apuramos que as escolas maiores e melhor estruturadas concentravam-se em áreas específicas, as mais “nobres” da cidade. Nas demais, o ensino ficava a cargo de pequenos estabelecimentos privados ou públicos de ensino, normalmente na própria casa do professor. O “mestre,” muitas vezes leigo, utilizava também o livro didático para auxiliar na sua própria formação.

⁵² *Catálogo da Livraria Garnier*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

⁵³ ALVES, Isaías. *Vida e obra do Barão de Macaubas*. RJ:1936.

⁵⁴ A partir de meados do século XIX, existiam muitas premiações e exposições nacionais e internacionais de cunho “didático”, visando principalmente, melhorias no ensino. Eram concedidos prêmios a livros didáticos, inovações pedagógicas, dentre outros. Cf: JÚNIOR, Moysés Kuhlmann. *As grandes festas didáticas: A educação brasileira e as exposições internacionais*. (1862-1922). Universidade de São Francisco, 2001.

A ação dos professores na imprensa tinha como pautas constantes a bandeira da instrução pública enquanto “a primeira necessidade dos povos,” com destaque principal para a instrução primária, “a mais negligenciada de todas, a base indispensável” para todas as outras. Além disto, a atuação na imprensa buscava melhorias nas escolas já existentes, denunciando:

Escolas sem apropriada mobília, organização pedagógica defeituosa (...) professores que formam a si próprios, ausência de método para o ensino, falta absoluta de um programa e livros para desenvolver a inteligência dos alunos, por toda parte desgosto, impaciência, desânimo... eis o que se encontra quase na totalidade de nossas casas de educação pública!⁵⁵

Os professores utilizavam-se de diferentes tipos de publicações⁵⁶ como espaços de reivindicações e luta, dentre as quais revistas “consagradas aos interesses do ensino e redigida por professores”, como *A Instrução Pública*,⁵⁷ *A Escola*,⁵⁸ *O Ensino Primário*,⁵⁹ conferências pedagógicas,⁶⁰ cartas e relatórios à Inspetoria Geral da Instrução Pública Primária,⁶¹ denunciando “a situação de penúria em que viviam” os professores.⁶²

⁵⁵ *A Instrução Pública*- RJ, n° 1- 13/04/1872.

⁵⁶ Cf. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Doutorado em Educação, UFF, 2002, p.69.

⁵⁷ *A Instrução Pública. Publicação Hebdomadária*. Rio de Janeiro, Typographia Cinco de Março, 1872.

⁵⁸ *A Escola. Revista Pedagógica Mensal*. Typographia de Serafim Leite & filhos. Janeiro de 1877 - dezembro de 1878.

⁵⁹ *O Ensino Primário*: revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários. Rio de Janeiro Typographia de Augusto dos Santos, 1884.

⁶⁰ *Conferência Pedagógica dos Professores Públicos Primários da Corte. (Trabalho na 7ª)*, RJ, Typographia Nacional, 1884.

Conferência Pedagógica dos Professores Públicos Primários da Corte. (Trabalho na 8ª), RJ, Typographia Nacional, 1884.

Conferência Pedagógica dos Professores Públicos Primários da Corte. (Trabalho na 9ª), por J. C. Alambary Luz, RJ, Imprensa Nacional, 1886.

Conferência Pedagógica dos Professores Públicos Primários da Corte. (Trabalho na 9ª e 10ª), Imp. Nacional, 1889, in 8º.

Congresso de Instrução. Classificação das Escolas primárias. Disciplinas que devem ser ensinadas. Material Escolar, 1884.

⁶¹ FRAZÃO, Manoel José Pereira. (Professor Público no Rio de Janeiro, Freguesia da Glória); *Cartas de um professor da roça*. RJ: 1863.

_____. *Relatório apresentado à Inspetoria Geral da Instrução Pública Primária na Capital Federal*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1893.

⁶² INSTRUÇÃO PÚBLICA, por diversos professores públicos. Rio de Janeiro, 1871. Julio Villeneuve e Cia, 21p. (Manifesto dos professores públicos de Instrução Primária da Corte ao Imperador, ao Primeiro Ministro, sobre a situação de penúria em que viviam)

Enfim, os professores demarcavam uma presença marcante através da imprensa, evidenciando a existência de uma organização no exercício do magistério já na segunda metade do século XIX, se apresentado como “categoria profissional”.⁶³

Assim como os professores, muitos residentes dos subúrbios também utilizavam a palavra impressa como possibilidade de luta por melhorias nas condições de vida, reivindicando mais escolas e mais professores, como também, organizando-se de forma coletiva em associações em torno da elaboração de periódicos, bibliotecas, etc.⁶⁴

1.2- Os autores de livros didáticos

Em um trabalho anterior⁶⁵ analisei livros didáticos de história cujos autores tinham em comum o fato de serem professores do Colégio Pedro II, e também, os livros adotados na referida instituição. Foi possível observar o trânsito dos autores analisados por diversas instituições da cidade compondo uma extensa rede de articulações. A relação entre instituições envolvidas na institucionalização do ensino foi mostrada principalmente entre o Colégio e o IHGB, sobretudo no que se refere aos projetos políticos de construção de uma memória histórica nacional.

Ampliando as questões no presente trabalho propus identificar quem eram os autores dos livros didáticos destinados ao ensino de História e a reconstituir as relações deles com o mercado editorial e o ensino de História, buscando recompor a rede de relações de poder da qual os livros são um dos elos.

As questões iniciais propunham conhecer quem eram os autores de livros didáticos, mas também compreender suas razões ou motivações para a produção desses livros: por que escrever livros didáticos? Quais os significados da escrita dos manuais para os autores? Ser *autor* de livro didático seria a mesma coisa para todos?

⁶³ SCHUELER, Alessandra. “Representação da docência na imprensa pedagógica na corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública.” *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v 31, n 3, p. 379-390, set/dez. 2005.

⁶⁴ MENDONÇA, Leandro Clímaco Almeida de. Op. cit., p. 11.

⁶⁵ SILVA, Alexandra Lima da. Op.cit., 2005. Nesta ocasião, analisei a trajetória dos seguintes autores que publicaram livros didáticos de história do Brasil: Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, José Inácio de Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, Sílvio Romero, João Ribeiro, José Francisco de Rocha Pombo, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães, Pedro Couto e Joaquim Osório Duque Estrada.

Analisando mais de perto a trajetória de alguns autores, e apesar do pertencimento a círculos comuns em muitos casos, constatei que os significados da escrita de livros didáticos de história do Brasil não eram os mesmos para todos. Deste modo, foram escolhidos para análise aqui apenas alguns autores, os mais emblemáticos ao meu ver, para demarcar tais diferenças, atentando principalmente para os lugares sociais dos mesmos.

Sílvio Romero nasceu em Sergipe em 1851, tendo se formado em Direito na Faculdade de Recife. Foi jornalista combativo, com intensa atuação na imprensa, crítico literário, sociólogo, historiador. Em 1880 torna-se professor no Colégio Pedro II, depois de disputado concurso, defendendo a tese: “Da interpretação filosófica na evolução dos fatos humanos”. Dono de vasta produção bibliográfica, e já com notoriedade e prestígio na corte, escreve um livro didático voltado para as classes elementares⁶⁶.

Escrever livro didático para homens como Sílvio Romero representava não apenas a difusão de suas idéias a um público escolar, mas uma aproximação com “o povo,” uma vez que defendia uma aliança entre o “povo” e os “homens de letras” no Brasil.⁶⁷ Para ele, a missão dos “homens das letras” do país era regenerar a nação, cabendo aos mesmos a formação intelectual e cultural do “povo,” uma maneira de “tirá-lo do atraso e da ignorância, integrando-o à marcha da civilização”.⁶⁸ Por isto defendia a militância enquanto “um desdobramento de sua ação de escritor e professor.”⁶⁹

Assim como Sílvio Romero, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916) nasceu em Sergipe. Formado em medicina, dedicou-se à política e a história, tendo exercido as atividades de médico, jornalista, parlamentar e político (foi ministro no Governo Floriano Peixoto). Sócio do IHGB e membro da Academia Sergipana de Letras, teve seu livro didático História do Brasil “Adotado pelo Conselho de Instrução da capital federal para uso das escolas públicas” e publicado pela Livraria Clássica Alves em 1896.

Também dono de vasta produção bibliográfica e exercendo inúmeras atividades, que incluíam a medicina e a criminalística, Afrânio Peixoto (1876-1947) defendia em seu livro didático para as classes elementares a necessidade de uma “educação cívica” na formação

⁶⁶ROMERO, Sílvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. RJ: F Alves, 1890.

⁶⁷ROMERO, Sílvio. “Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao Governo Provisório da República do Brasil”. IN: *Novos estudos de literatura contemporânea*. Paris: Garnier, 1898, p. 25.

⁶⁸MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero*. Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. RJ: FGV, 2000, p.18.

⁶⁹Ibidem, p.42.

de uma nação, que não poderia se constituir sem a “educação do povo,” pois: “Os povos ignorantes e por isso imprevidentes abdicam de si nos outros e voltam-se à servidão e ao desaparecimento.”⁷⁰ Por isso, escrever livros seria investir no combate ao atraso e à falta de instrução do povo. Para este autor, somente através do conhecimento das origens e tradições de um país, seria possível a superação da ignorância e o caminho a seguir era um só um: o “saber.”

Também formado em Direito, Joaquim Maria de Lacerda⁷¹ (1838-1886), nasceu no Rio de Janeiro, tendo sido membro da Arcádia Romana. Dedicou-se também à educação e seu livro *Pequena história do Brasil* para as classes elementares foi reeditado por 80 anos, grande sucesso de vendas.

As trajetórias analisadas até aqui têm em comum o fato de serem experiências compartilhadas por “homens de letras”. Mas, será que todo autor de livro didático necessariamente fazia parte das instituições e meios de prestígio? Seriam todos eles “homens de letras”?

A localização de informações sobre outros autores de livros didáticos permitiu-me ampliar ainda mais o leque de significados desta experiência, que não era a mesma para todos, na medida que a autoria de livros didáticos não era exclusividade apenas dos sujeitos pertencentes a meios de influência, (como o meio político), e prestígio, em instituições como Colégio Pedro II, IHGB, ABL, entre outras.

Muitos autores de livros didáticos se destacaram exatamente pelo exercício no magistério.

João Ribeiro era autor de uma vasta produção de livros didáticos de história do Brasil e de gramática. João Baptista Ribeiro de Andrade Fernandes⁷² nasceu Laranjeiras, Sergipe (1860). Aos 21 anos veio para o Rio de Janeiro, onde se tornou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1894. Atuou como jornalista, escrevendo muitos artigos críticos para a imprensa, tendo sido também editor do almanaque Garnier e crítico no jornal *O Imparcial*. Todavia, foi na atividade do magistério onde mais ganhou notoriedade, dada a larga experiência como professor em escolas particulares, públicas e catedrático do Ginásio

⁷⁰ PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. RJ: Francisco Alves, 1916.

⁷¹ Cf: BLAKE, Sacramento. BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*. RJ: Imprensa Nacional, 1895, pp.193-195.

⁷² GASPARELLO, Arlete. Op. Cit.,p. 220

Nacional (Colégio Pedro II) nas cadeiras de História Civilização e do Brasil, em função do que escreveu aproximadamente 15 títulos de obras didáticas História e gramática, recebendo muitos prêmios.

Pela trajetória de João Ribeiro, escrever livros didáticos era parte e fruto de sua renomada experiência como professor de história, o que incluía elaborar programas de ensino para as escolas, aperfeiçoar métodos de ensino e exposição, criticando e avaliando “bons livros didáticos” na imprensa, como muitas vezes fez no jornal *O Imparcial* e no *Almanaque Garnier*.

Assim como João Ribeiro, outros autores de livros didáticos se destacaram como professores do Colégio Pedro II, dentre os quais destaco Luís de Queirós Mattoso Maia e Joaquim Manuel de Macedo⁷³, ambos médicos de formação e que escreveram livros didáticos intitulados *Lições de História do Brasil* a partir da experiência no magistério.

Luís de Queirós de Mattoso Maia⁷⁴ nasceu no Rio de Janeiro, e como médico, atuou como cirurgião na Guerra do Paraguai. Como professor de História no Colégio Pedro II, teve seu livro *Lições de História do Brasil* entre os mais indicados pelos programas de ensino (nos anos de 1882, 1892, 1895, 1898).⁷⁵

Por sua vez, alguns autores se destacaram pela formação religiosa, dentre os quais destaco o Cônego Fernandes. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu em 1825,⁷⁶ no Rio de Janeiro, e além de professor no Seminário Episcopal de São José, foi nomeado em 1857 professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio Pedro II, onde permaneceu até seu falecimento em 1876. Sua produção bibliográfica constitui-se em maioria de livros didáticos, em função de seu exercício no magistério.⁷⁷

Havia também muitos autores que escreviam livros didáticos como um complemento da atividade de professor em cursos preparatórios para exames, como faziam

⁷³ Sobre Joaquim Manuel de Macedo, ver: MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro, FGV, 1993.

⁷⁴ GASPARELLO, A. Op. cit., p. 133.

⁷⁵ Cf: Ariclê e LORENZ, Karl Michael. (Orgs) *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. 1850-1951*. 1998. Curitiba: Ed. do Autor.

⁷⁶ MELLO, Carlos Augusto de. “Um estrangeiro, dois brasileiros e três histórias literárias no Império”. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/seer/seta/ojs/include/getdoc.php?id=190&article=29&mode=pdf>.

⁷⁷ Dentre os quais cito as várias edições de *Episódios da história pátria*, contados à infância, publicadas pela livraria Garnier a partir de 1860.

Raul Vila-Lobos (1862-1899) e Alfredo Moreira Pinto (1848-1903).⁷⁸ O primeiro era “diplomado pelo Conselho Superior de Instrução Pública como habilitado a ensinar todas as matérias do curso de preparatórios,”⁷⁹ e o segundo, bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II, era “professor de geografia e história do curso preparatório, anexo à escola militar, que também leciona particularmente”, tendo escrito diversos compêndios e pequenos livros para facilitar os exames de instrução pública.⁸⁰

Contudo, para muitos a autoria de livros didáticos era apenas uma fonte de renda, sem possibilidade de projeção e reconhecimento, pois eram “autores anônimos” que apenas “prestavam serviço” a um autor de “renome” ou mesmo a uma editora, corrigindo as reedições.

Em o Ateneu, publicado originalmente em 1888 no jornal Gazeta de Notícias, Raul Pompéia, que foi aluno do Colégio Abílio, ficcionaliza uma experiência que poderia ser comum na época, a autoria “anônima de livros didáticos”:

O Dr Aristarco Ângelo de Ramos, da conhecida família do visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedido da instancia, atochando com imprensa dos lugares, *caixões*, sobretudo de *livros elementares, fabricados às pressas* com o ofegante e esbaforido concurso de *professores prudentemente anônimos*, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzings, incluindo as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, parte róseas, amarelas, em que *o nome de Aristarco*, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerados esfaimados de alfabeto dos confins da pátria.⁸¹

Abílio Borges, o Barão de Macaúbas afirmava ter uma grande preocupação com circulação de livros didáticos por todo o país, o que teria pessoalmente feito por mais de 40 anos. Por sua vez, “Aristarco Ramos” também espalhava pelos confins do país milhares de

⁷⁸ BLAKE, Sacramento. Op. cit., pp. 103-105; 60-61.

⁷⁹ Raul Villa-Lobos escreveu para concursos: *Pontos de história do Brasil*, sendo a 1ª edição em 1887. A quarta edição “correta e aumentada” vinha ornada com 21 gravuras e 191 páginas. Cf: BLAKE, Sacramento. Op. Cit., pp. 103-105.

⁸⁰ Alfredo Moreira Pinto publicou: *Pontos de história do Brasil*, 1876; *Pontos de história antiga*; *Biblioteca Popular*; *Pontos de história media*; *Pontos de história moderna*. Cf: BLAKE, Sacramento. Op.cit, pp. 60-61.

⁸¹ POMPÉIA, Raul. *O ateneu*. Crônica de saudades. 1ª Ed 1888. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, p. 2. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=2020&co_midia=2

livros, todavia, Raul Pompéia emprega a esta prática um tom de crítica, uma vez que tais livros seriam elaborados às pressas por terceiros, mas atribuídos ao renomado dono de colégio.

Existiam também professores de freguesias afastadas das “áreas nobres” da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes, solicitavam ajuda para financiar as publicações a órgãos públicos, podendo esta solicitação ser aceita ou não:

Do Inspetor Geral interino: Comunica que o professor da terceira Escola da Freguesia de Santana pede autorização para desprender (...) até a quantia de 300\$ com a impressão de mil exemplares das cartas do sistema ba-ca – da –fa.⁸²

É importante observar que o nome do autor é ignorado pelo comunicado, o que não ocorre quando se trata de um autor professor de instituições como o Colégio Pedro II.

Além disso, pude constatar que a autoria de livros didáticos não era um privilégio apenas masculino, pois localizei livros didáticos escritos por mulheres, como Guilhermina de Azambuja Neves, que além de professora, era dona do Colégio Azambuja Neves, e autora de livros didáticos diversos⁸³.

Localizei também autoras de livros didáticos de História, como Maria Emília Leal que publicou *Pequena história sagrada para a infância*, obra premiada para a Instrução Elementar, e também autora de *Rudimentos de História Universal*⁸⁴, além de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, natural de Minas Gerais, autora do livro *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias*, publicado em Boston, em 1888, que também era proprietária de colégio para meninas no Rio de Janeiro.⁸⁵

Talvez o número de autoras possa ser maior pois era elevado o número de mulheres atuando no magistério público, que cresceu significativamente a partir da segunda metade do século XIX. Se em 1871, elas representavam cerca de 1/3 do professorado primário, no

⁸² *Segunda Diretoria de Impressões autorizadas*, Rio de Janeiro, 1875, p. 27.

⁸³ NEVES, Guilhermina de Azambuja. (Professora Pública Primária no Rio de Janeiro). *Método Intuitivo para ensinar a contar*. Rio de Janeiro, 1881.

_____. *Método brasileiro para o ensino da escrita*. Rio de Janeiro, 1882.

_____. *Entretenimentos*. Deveres de civilidade para ambos os sexos. Rio de Janeiro, 1882.

⁸⁴ BLAKE, Sacramento. Op cit., p. 231.

⁸⁵ Para maiores aprofundamentos sobre esta autora, ver: CHAMON, Carla S. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

final dos anos 1880, passaram a ser maioria.⁸⁶ O que é fruto da luta das mulheres no sentido de conquistarem direitos e participação política. Autoras como Nísia Floresta utilizavam a literatura, a instrução e a imprensa para criticar a posição da mulher na sociedade, além da reivindicar em prol da disseminação da instrução feminina. Se não é possível afirmar que ela foi a regra também não se pode dizer que representou uma exceção.⁸⁷

Na pesquisa localizei pistas de um significativo e crescente número de mulheres ocupando cargos na Instrução Pública ou como proprietárias de estabelecimentos de ensino, voltados em grande medida para a instrução feminina, conforme já indicado neste trabalho. Muitas também se dedicaram à produção de obras didáticas de leitura e geografia e/ou voltadas para a questão do ensino.

Além disso, outro aspecto que também chama atenção na análise dos autores foi o momento em que nasceram, uma vez que nem todos eram de meados ou finais do século XIX. Houve casos de autores nascidos em inícios do século do século XIX, como José Maria Velho da Silva (1811) e Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889).

Antonio Coruja⁸⁸ nasceu em Porto Alegre, e seria filho de pais pobres, atuando para o próprio sustento como professor de primeiras letras, sendo o seu primeiro emprego o cargo de professor em uma escola pública, mantendo a noite, aulas particulares. Ocupou também o cargo de tesoureiro no IHGB, e em 1840, fundou sua primeira escola, o Liceu Minerva. Além dos seus vários livros didáticos publicados⁸⁹, atuou como presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução, além de ter sido político.

Já a partir das primeiras décadas do século XX o perfil do autor de livro didático muda, pois há casos de autores “especialistas” neste tipo de publicação. Este era o caso de

⁸⁶ SCHUELER, Alessandra. Op.cit.p. 60.

⁸⁷ BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. SP: T A Queiroz Editor, 1988. Esta autora traz um levantamento de mulheres atuando no magistério, na imprensa, dirigindo de escolas, publicando livros, proprietárias de escolas, enfim, mulheres atuando mulheres atuando nas mais diversas áreas da vida social.

⁸⁸ Para saber mais, ver: LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860 – 1910)*. Campinas, Unicamp, 2004.

PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach: Porto Alegre, 1917

⁸⁹ Entre os quais: CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1855; *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1857; *Lições de História do Brasil*. RJ:Tip. Esperança, 1869; *Lições de História do Brasil*.RJ: Tip. Esperança, 1873; *Lições de História do Brasil*. RJ:Tip. do Figaro, 1877; *Aritmética para meninos*, contendo unicamente o que é indispensável, e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras. RJ: Rio de Janeiro : Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, 1854.

Mario da Veiga Cabral⁹⁰, cuja produção de obras didáticas é muito maior que publicações de outro gênero, o que talvez evidencie que o sentido de escrever livros didáticos para este fosse mais importante do que para outros autores reconhecidos como importantes “homens de letras” do país, como Afrânio Peixoto e Sílvio Romero.

Tendo vivido até 1969, Mario da Veiga Cabral é autor de muitos livros didáticos de história, geografia, corografia e até livros de leitura, para as classes elementares, com muitas reedições. Escreveu seu primeiro livro didático muito jovem, aos 21 anos, e não parou mais. Muitos de seus livros alcançaram a marca de 30 edições, com milhares de tiragens. Em 1942, já tinha publicado mais de 22 títulos diferentes de livros didáticos, dentre os quais 5 destinados ao ensino de História do Brasil.⁹¹

Para autores como Mario da Veiga Cabral, escrever livros didáticos parece ter se constituído uma profissão e não mais como uma de muitas “especialidades literárias”. Sua especialidade era exatamente esta, escrever livros didáticos, daí veio seu renome e projeção como professor, e não o contrário, como João Ribeiro, Luis Queirós de Mattoso Maia, dentre outros.

Assim como a autoria de livros didáticos, (e dos livros didáticos de história do Brasil) não se limitava mais apenas aos homens ou ao “mundo das letras”, também escrever e publicar um livro didático não devia ter o mesmo significado para todos.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar a escrita do livro didático dentro de um universo social de embates e disputas, em diversas instâncias: políticas, sociais, de mercado, pois para muitos, publicar um livro era uma árdua tarefa, seja pelas poucas “habilitações” do autor, que muitas vezes, não era um “especialista” no que escrevia, seja pelo pouco tempo disponível para escrever, como admitia Joaquim Manuel de Macedo: “Que fosse esse, a extensão relativamente demasiada o principal senão desta obra!(...) Certo é porém que em poucos meses e com as fracas habilitações de que dispõe ele é tudo quanto se podia exigir do seu mais consciencioso e dedicado esforço.”⁹²

⁹⁰ Mario da Veiga Cabral nasceu no Rio de Janeiro em 1894, e faleceu em 1969. Engenheiro agrimensor e geógrafo, foi também professor no Ginásio 28 de setembro, no Liceu Rio Branco e no Instituto de Educação. Apud: CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1957.

⁹¹ CABRAL, Mario da Veiga. *Segundo livro de leitura*. 15ª Edição. RJ: Livraria Jacintho, 1942.

⁹² MACEDO, Joaquim M de. *Noções de Corografia do Brasil*, para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II. RJ: B L Garnier, 1877.

Diferentes também eram os caminhos e lutas para publicar um livro, e em se tratando de uma primeira obra de um autor ainda “anônimo” e com poucas referências, o caminho era árduo, nem todos conseguiam obter o financiamento da Diretoria de Impressões Autorizadas. Muitos autores inclusive, pagavam pela primeira publicação, saída dos prelos de tipografias.

Já aqueles pertencentes ao quadro efetivo de instituições públicas recebiam, uma indenização pelo pagamento de suas publicações de caráter didático:

Solicitação de credito de 10:300 \$, ao Ministério da Justiça , para indenizar o lente do Ginásio Nacional João Ribeiro, da despesa feita com a publicação de suas obras - História do Brasil e Historia do Oriente e da Grécia.⁹³

Do Sr Presidente da Republica, pedindo o credito de 13.974\$ ao Ministério do Interior, para indenização ao Sr Sylvio Romero pela publicação de sua obra Historia da literatura Brasileira.⁹⁴

É interessante observar como nestes casos os autores – ambos já reconhecidos e com atividades profissionais estáveis e bem remuneradas – adiantavam os pagamentos dos custos com edição e impressão dos livros didáticos e só depois eram ‘indenizados’ pelo governo federal.

Já a necessidade de oferecer referências via qualificação dos seus autores pode ser avaliada por meio da apresentação de listas de premiações em concursos, exposições, nas indicações das reedições sucessivas de algumas obras, na circulação nos principais jornais de resenhas, nos catálogos, que enchiam páginas dos livros didáticos a cada nova edição. Estas eram as principais estratégias de divulgação dos livros e indicam também os espaços institucionais que serviam ao reconhecimento social de um bom autor de livros didáticos. Podemos evidenciar a preocupação com a distinção obtida pelos autores na demarcação de limites entre a autoria de livros e atuação no magistério, uma vez que esta não era uma realidade comum a todos os docentes.

Escrever livros didáticos evidenciou, em certa medida, o espaço que seus autores ocupavam neste circuito. Este espaço, ao meu ver, requeria negociação e um jogo de prestígio e distinção social, uma vez que o que gabaritava um autor a publicar livros em

⁹³ ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1902, vol 10, p.48.

⁹⁴ ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, vol 6, p. 151.

“grandes editoras” era exatamente o seu “currículo,” suas atividades e “status,” o que garantiria uma certa credibilidade, garantindo assim, maior possibilidade de aceitação diante do público e da crítica. O reforço em demarcar os círculos dos autores pode ser interpretado também como mais um indício de que nem todo autor de livro didático advinha de círculos e meios de influência.

Sobre essa necessidade de “referências” do autor, nota-se um grande destaque nas capas ou contracapas à *origem* do autor, sua experiência no magistério, sobretudo nos colégios Pedro II, Escola Normal ou Escola Militar ou a propriedade de escolas. Dava-se atenção também às outras produções do autor, bem como às instituições de atuação em pesquisa, como IGHB, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, entre outras instituições consideradas padrão na época. A experiência no magistério também pesava para algumas editoras.

Por mais que muitos autores alegassem produzir seus manuais a partir dos pedidos ou das necessidades surgidas em sala de aula, nem todos os professores tiveram seu material publicado. A prática de autoria de livros didáticos não se ampliou a todas as realidades escolares, uma vez que os livros didáticos voltavam-se muitas vezes, ao próprio processo de formação e auxílio dos professores em sala de aula.

Assim, suponho que os usos e processos de elaboração dos livros destinados ao ensino foram se modificando ao longo do tempo, em função das transformações nas relações sociais que o produziam. Escrever livros didáticos, pelo que a análise da trajetória de alguns autores mostrou, fez parte de um processo mais amplo de transformações na educação e na cultura letrada. Ser autor de um livro didático não era a mesma coisa para todos: para um professor de uma afastada freguesia, tinha um sentido, para um bacharel atuante no centro urbano, outro, o que era diferente em muita medida, para uma professora primária.

Para alguns, escrever livros didáticos era fruto da distinção social, sendo mais uma das atividades profissionais exercidas no sentido de maior prestígio e projeção, enquanto que para outros, era um dos instrumentos na luta por melhorias no ensino, ampliação da instrução, podendo ser ainda, mais uma fonte de renda, além de representar alguma melhoria nas condições do próprio trabalho e de vida.

1.3- Os “negócios” em torno de livros didáticos na cidade do Rio de Janeiro

A partir da análise dos anúncios de escolas particulares no *Almanak Laemmert* observei indícios da existência de contato próximo entre donos de colégios com algumas livrarias que eram também editoras:

Colégio Magalhães. Para maiores informações e programas aos Srs Alves e C. R Gonçalves Dias, 48.⁹⁵

Colégio Universidade Fluminense, sexo masculino. Prospectos no colégio, r do Rosário,64, Loja de papel ou nas Livrarias Serafim, rua 7 de setembro,83 e Lombaerts e Cia, r dos ourivres,7.⁹⁶

Colégio da sociedade Beneficente alemã (...)Para informações mais exatas no mesmo estabelecimento, ou em Casa dos Srs H Laemmert e C. Rua do Ouvidor,66.⁹⁷

Tais indícios reforçaram ainda mais a idéia de uma articulação entre ensino/mercado editorial didático, o que me levou, por sua vez, a reunir pistas sobre seus proprietários e sobre um “negócio” em plena expansão na cidade – a edição e venda de livros.

Os “negociantes de livros” compunham um painel de diferentes nacionalidades na cidade do Rio de Janeiro, entre finais do século XIX e inícios do XX. Eram portugueses, como Nicolau Alves, da Livraria Clássica; Luiz Ernesto Martin, da Livraria Portuguesa; franceses como Garnier e Villeneuve; alemães, J H Auller, da Livraria Alemã; além de brasileiros, como Pedro da Silva Quaresma, da Livraria Quaresma, dentre outras, compondo um grupo heterogêneo, mostrando a existência de um comércio livreiro intenso que se localizava nas principais ruas do centro da cidade, com destaque para a famosa Rua do Ouvidor⁹⁸ e adjacências.

⁹⁵ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1886. RJ: E & H Laemmert, 1886, p. 619(Grifos meus).

⁹⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1888. RJ: E & H Laemmert, p.1254.

⁹⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1882. RJ: E & H Laemmert, pp. 1730-1761 (Grifos meus).

⁹⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Ed UnB, 1988.



Livraria Francisco Alves na Rua do Ouvidor. Apud: MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira. Livreiro e autor.*. RJ: Publicações da Academia Brasileira, 1943.

Mas quem eram estes “negociantes de livros”? O que estes expressivos números explicam? Por que se aventurar no ramo de livros já que “o povo não lia”?⁹⁹Quais os retornos sociais e ganhos financeiros envolvidos neste “negócio”?

Os estudos sobre mercado editorial no Brasil apontam o Rio de Janeiro como o ponto de partida da expansão editorial no país.¹⁰⁰ Ainda que alguns pesquisadores continuem enfatizando o predomínio de apenas dois livreiros-editores ao longo de todo o século XIX, os Irmãos Laemmert e os Garnier,¹⁰¹ sem considerar os significados da existência de outros livreiros e editores também importantes naquele período, não é mais possível continuar menosprezando as indicações sobre o número crescente de editores e de comerciantes de livros na cidade. Acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert, foi possível mapear os estabelecimentos de venda e publicação de livros no Rio de Janeiro, com variadas ofertas de mercadorias, produtos e serviços. Entre 1870-1900, foi constatada a existência de pelo menos 121 firmas dedicadas ao comércio livreiro.¹⁰²

⁹⁹ Em torno da discussão povo/leitura, ver: MACIEL, Laura Antunes. op.cit.

¹⁰⁰ EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2006.

¹⁰¹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. SP: Edusp, 1985.

¹⁰² EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. SP: Cia das Letras, 2004.

Atentando para os endereços das livrarias: Rua São José, Rua da Quitanda, Rua do Sabão, Rua Uruguaiana, Rua Gonçalves Dias, Rua do Rosário, Rua de São Pedro, Rua dos Ourives, Rua da Alfândega, Rua Sete de Setembro, Rua Santo Amaro, Rua da Assembléia, Rua da passagem, etc, podemos notar uma disposição espacial para além da afamada Rua do Ouvidor. Quem se estabelecia nesta rua parecia ter um capital maior ou era o endereço daqueles há mais tempo no mercado. Podemos dizer, que as mais “luxuosas” casas editoriais desfrutavam da Rua do Ouvidor, mas somente depois de muito migrarem por outras ruas da cidade.

O entorno era rodeado pela concorrência que mudava freqüentemente de endereço para melhor se posicionar na conquista de novos públicos consumidores, divulgando o “nome” junto ao mercado, como podemos apreender acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert. O livreiro português Nicolau A Alves, proprietário da Livraria Clássica, por exemplo, estava instalado em 1860 na Rua dos Latoeiros, 54; em 1870, na Rua de Gonçalves Dias, 54 e em 1880, sua livraria podia ser encontrada na Rua Gonçalves Dias, 46; em 1889 ampliava sua filial na Rua Gonçalves Dias, que ocupava os números, 46 e 48, além da Ladeira do Senado, 25 A. Convém destacar que esta livraria era especializada em livros didáticos e colegiais.

Os anúncios periódicos no Almanak Laemmert tinham como uma das funções, exatamente informar ao público os “novos” endereços das lojas, a fim de manter os fregueses antigos e conquistar novos, como faziam os próprios Laemmert em anúncio de 1880: “Livraria Universal de E& H Laemmert, 66, Rua do ouvidor. Estabelecida em 1828, R Gonçalves Dias, 60; 1833-1868, Rua da quitanda, 17 e desde 1868, Rua do Ouvidor, 66.”

Apostavam também nos negócios e parcerias em família, como nos famosos “Irmãos Laemmert”, os “Garnier Irmãos”, “Soares e Irmão”, “Barbosa e Irmão”, etc. Os nomes de sócios também eram freqüentes nos anúncios das livrarias, “A M Fernandes da Silva e sócios João Batista da Costa e Julio Gonçalves Mendes”, “Guimarães & Ferdinando, sócios: Joaquim da Costa Leite Guimarães, Alberto Ferdinando Cogorno de Oliveira”. Esta poderia ser uma alternativa neste ramo de negócio, pois injetava algum capital, podendo-se ampliar as casas e promover mudanças para endereços mais “nobres”. Além de melhorias no “cardápio” de opções oferecido ao público, as sociedades podem ser interpretadas também como estratégia de sobrevivência em épocas de crise.

Existiam ainda os estabelecimentos conhecidos como secos e molhados, que “vendiam um pouco de tudo”, e nisto, incluíam-se livros, tais como, “Albino Jordão, vende, compra e troca livros, e toma a comissão obras novas”, bem como os que vendiam livros “novos e usados”. Muitos livreiros-editores de êxito começaram com esta especialidade, a venda de livros usados, além dos “negociantes, livreiros-antiquários e alfarrabistas”.

Uma outra especificidade da produção editorial no período era a divisão no processo de produção, sendo importante demarcar diferentes funções, dentre as quais temos as de tipógrafos, encadernadores, editores, livreiros. Muitos eram apenas “livreiros”, isto é, donos de livraria envolvidos com o comércio de livros; alguns, eram “livreiros-editores”, trabalhando também com a produção e a difusão do livro, assumindo também o papel intermediário entre o autor e o público¹⁰³ além da venda de livros; e ainda, existiam os que vendiam, editavam e imprimiam livros ao mesmo tempo, concentrando basicamente quase todo o processo de produção.

Este era o caso dos Laemmert, proprietários da Livraria Universal, fundada no Brasil em 1833. Cinco anos depois, além da venda de livros, no qual foram bem-sucedidos, passaram a se dedicar também à edição. Em 1837 Eduardo Laemmert comprou três impressoras, viajou para Paris para aprender tipografia e em 2 de janeiro de 1838 inaugurou a Tipografia Universal, “Tipografia Universal de Laemmert & C. Oficinas: Rua dos Inválidos, 71; Livraria R do Ouvidor, em prédios próprios.” A tipografia cuidava da parte gráfica e das publicações, enquanto a editora financiava esta realização. Além da livraria, editora e tipografia, os Laemmert apareciam em anúncio de 1889 como proprietários de uma oficina de encadernação:

Laemmert & C, premiados pelas exposições nacionais. Oficina de encadernação, R dos Inválidos, 71. Vantajosamente conhecida no Império, pelas superiores encadernações, riqueza, elegância e delicadeza, para mimos e presentes; e habilitados para o fabrico de livros em branco para o comercio e repartições públicas. Trata-se na mesma ou na livraria.¹⁰⁴

Convém reforçar que a situação desfrutada pelos Laemmert não era a realidade de todos os envolvidos no “negócio de livros” no Brasil. Existiam aqueles que, como já foi pontuado, só vendiam, sendo estes em muitos casos livros usados, ou mesmo ainda,

¹⁰³ LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária*. SP. Instituto de Estudos Brasileiros - USP. 1985, p.27.

¹⁰⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p 663.

livreiros-editores, que imprimiam e encadernavam na casa de “terceiros”. Daí a existência de muitas tipografias, oficinas encadernadoras e litografias compondo o painel do comércio livreiro no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX.

Convém aprofundar nossos estudos no sentido de compreender a importância destes outros agentes no mercado de livros, para além dos “livreiros” e “editores”, uma vez que nem só de “livreiros” era feito o mercado de livros. Quem eram os tipógrafos? Os encadernadores?¹⁰⁵

Através de um processo judicial envolvendo Nicolau Alves contra L B Garnier, foi possível apreender um pouco isto. Passadas as negociações e contratos com o autor, o editor enviava a obra para impressão em uma tipografia, de propriedade de outro, ou da própria casa editora do editor, encadernando em oficinas e remetendo os livros aos livreiros (que poderia ser o próprio editor ou não).

o embargante (L B Garnier) fez imprimir a dita edição na Typografia Franco-Americano, a Rua da Ajuda, número 18 de propriedade de Berry (...) Provará que terminada a edição foram os exemplares transportados para a sua casa de livreiro a Rua do Ouvidor, número 69.

Provaria que parte dos exemplares foram remetidos de ordem do embargante para a oficina de encadernador a Rua de Gonçalves Dias, 52, a fim de ali serem encadernadas (...)¹⁰⁶

Por meio dos anúncios publicados, notamos a existência de diversas tipografias responsáveis pela impressão dos mais variados materiais, muitas vezes em edições pagas pelo próprio autor, no caso dos menos “renomados” no mercado, como já pontuamos no item sobre os autores. Havia editoras também, como a Francisco Alves, que utilizavam serviços de tipografias variadas, tanto no Brasil, com a firma Weiszflog Irmãos, como no exterior (Portugal e França). Deste modo, não dá para entender o mercado de livros sem atentar para o importante papel das tipografias.

Todavia, o negócio de livros não constituía um mosaico apenas nas origens étnicas e sociais dos seus donos, ou nas funções dos envolvidos neste negócio. A especialidade de

¹⁰⁵ Sobre os tipógrafos e gráficos, ver: BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento. Visões dos tipógrafos no Rio de Janeiro-1880-1920*. 1991(Mestrado em História), ICHF/UFF, Niterói; VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912) SP: Annablume/Fapesp, 2000.

¹⁰⁶ *Processo de Propriedade Literária de Nicolau Alves /Luís B Garnier*. Juízo do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, 03/3/1872.

cada livraria também chama a atenção e ajuda a compreender os significados da produção editorial naquele momento.

Tendo em vista o crescente aumento da população letrada na cidade do Rio de Janeiro, e buscando melhor se posicionar neste negócio, as diferentes casas comerciais se especializavam em diferentes produtos. A Livraria Universal, além das folhinhas Laemmert, publicava romances, livros colegiais e teria “o mais completo sortimento de livros de fora, e aprontam quaisquer encomendas relativas ao seu comércio com prontidão e por cômodos preços”. Havia também os fornecedores da Biblioteca de S M Imperador, “F L Pinto & C”; e ainda aqueles que se dedicavam à venda de livros religiosos, “Depósito de Escrituras Sagradas,”; “Depósitos das escrituras religiosas:Livraria Evangélica-Deponto de Bíblias e Tratados Religiosos, livros para a infância”, etc.

Dentre aqueles que se dedicavam a um comércio de livros mais baratos voltados para o “povo”, destaco a Livraria Popular, de propriedade de J R dos Santos, sucessor de Cruz Coutinho, e a Livraria do Povo, de Pedro Quaresma, que vendia “livros ao alcance de todos”, com preços baratos e linguagem simples, tentando conquistar um público diferente “o da população comum, semiletrada, que estava sendo sumariamente ignorada pelas demais livrarias-editoras”.¹⁰⁷

As especialidades das livrarias podem ser mapeadas de forma rica por meio de seus catálogos. O catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877 dividia-se em especialidades tais como: religião e moral, livros de teologia, as “leituras populares sobre a sagrada paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, história da religião; dicionários e línguas, literaturas, romances, novelas, variedades, direito, finanças, comércio, miscelânea: medicina, farmácia, agricultura, ciências naturais, conhecimentos gerais, clássicos e livros de educação. Nestes últimos, eram feitas resenhas sobre os méritos do autor, com ênfase nas qualidades do livro para o ensino.

Dentre os livros de educação temos cartilhas, com destaque para as que propunham “Método fácil para aprender a ler em 15 lições”, para as “classes menos favorecidas”; as “Leituras populares, instrutivas e morais, coligidas para as escolas”; as *Cartas para aprender a ler*- “Primeiras coleções de cartas para os meninos e meninas aprendera a ler”; além dos livros da “Biblioteca Popular ou Instrução ao alcance de todas as classes e de

¹⁰⁷ BROCA, Brito. *O repórter impertinente*. Campinas: EdUnicamp, 1994, p. 20.

todas as inteligências por uma sociedade de homens de letras”; os livros de leitura, “para uso da infância brasileira, com gravuras”; a “Enciclopédia do povo e das escolas”; gramáticas, como o *Resumo da Gramática Portuguesa*, para uso do Colégio Abílio;” além dos livros de geografia, ciências, política e história.

Com relação aos livros de história destaque, os de história contemporânea, como “*Resumo de História Contemporânea desde 1815 até 1865*”, os livros de autoria de Justiniano da Rocha, *Compêndio de História Antiga*; e *Compêndio da História da Idade Média*, além das diversas *Histórias do Brasil*, como a de Roberto Southey, “traduzida do inglês pelo Dr Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego J C Fernandes Pinheiro”; o *Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde; as *Lições de História do Brasil*, de Antonio A P Coruja; os *Episódios da História pátria*, “contados à infância”, do Cônego Fernandes Pinheiro.¹⁰⁸

Já para o ano de 1907, o Almanaque Garnier¹⁰⁹ informa as especialidades à venda na Livraria Garnier, tais como, as Leituras elementares, Primeiras letras, Noções de aritmética, Ensino de doutrina cristã, Estudo da Língua Portuguesa, Geografia, História, dentre outras.¹¹⁰

Nota-se pelas especialidades da Livraria Garnier que esta não se limitou a publicar um tipo de obra, sendo a produção de livros didáticos mais uma dentre as várias “ofertas” desta casa. Diferente, por exemplo, da Livraria de Pedro Quaresma, que conforme já foi dito, se especializou em livros “populares”, ou da Livraria Francisco Alves, que se especializou em livros didáticos, pude apreender que a Livraria Garnier, apesar de só publicar obras de autores já renomados, não se dirigia apenas, pelo que as suas obras indicam, a um público “culto”, pois além de livros didáticos, publicava cartilhas e livros de leitura também para as ditas classes “menos favorecidas”, apesar de não se especializar unicamente nesta frente, mas tentando também alcançar vários segmentos do mercado.

No sentido de demarcar momentos importantes na produção didática do país, e recuando um pouco a 1854, observo que este ano foi marcado pela reforma que separou o ensino primário do secundário, com acesso vedado nas escolas públicas primárias aos

¹⁰⁸ *Catálogo Garnier*, 1877. RJ: Garnier, 1877.

¹⁰⁹ *Almanaque Garnier*, 1907. RJ: Garnier, 1907.

¹¹⁰ Sobre o Almanaque Garnier, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: História e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. BH: Editora UFMG, 2005.

escravos, devendo existir também classes para adultos.¹¹¹ Neste momento definiu-se que a educação estaria a cargo dos cofres públicos, que deveriam fornecer livros e outros objetos necessários ao ensino, e que o “material escolar seria fornecido pelo Estado”¹¹².

Por outro lado, este foi o ano da inauguração da Livraria Clássica, especialista em livros colegiais e acadêmicos, de propriedade de Nicolau Alves, tio e antecessor de Francisco Alves¹¹³.

Todavia, quais os significados da produção de livros didáticos de história do Brasil para os livreiros e editores do Rio de Janeiro em meados do XIX e inícios do XX? Teria esta reforma representado algum estímulo à produção didática? Quem publicava os livros didáticos de história do Brasil? Por que publicar história do Brasil no Brasil e não mais traduzir e reeditar obras estrangeiras e consagradas?

Conforme o *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885, as editoras Laemmert, Garnier e Francisco Alves eram responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares.¹¹⁴ Todavia, a quem caberia os outros 56% da produção didática? Através do mapeamento e análise de livros didáticos de história do Brasil observamos a existência de outros livreiros, editores e tipografias que se dedicaram à publicação e impressão de manuais de história nacional. Além das três mencionadas, localizei livros didáticos publicados por outras editoras, dentre as quais: Domingos Gomes Brandão, Jacinto Cruz Coutinho, Jacinto Ribeiro Editor, Typographia de Gueffier E C, A J Castilho, Tipografia de M Gomes Ribeiro, Livraria Quaresma, J G de Azevedo Editor, além das tipografias: Tip. Esperança, Tip. do Figaro, Tipografia de M Gomes Ribeiro, Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, Tip. Aldina, dentre outras.

Creio que a existência de editores “menos conhecidos” hoje, e talvez, de capital “mais modesto” na época, demonstre não somente a expansão de um mercado, como também, a possibilidade de publicação de autores sem muita expressão no mercado, uma vez que editoras como Laemmert e Garnier não publicavam obras de autores sem “nome” e

¹¹¹ PAIVA, V. *História da Educação popular no Brasil*. Educação popular e educação de adultos. SP: Ed Loyola, 1972, p. 80.

¹¹² PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história da educação*. SP: Ed Nacional, 1942.

¹¹³ BRAGANÇA, Aníbal. “A Francisco Alves no contexto UFF/FCRB, 2004. Disponível em: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/infogerai.shtml -

¹¹⁴ RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. “A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública de São Paulo, disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17510/1/R1850-1.pdf>.

“status”, como já indicamos, ao pontuar a necessidade de “referências” para publicar um livro didático.

Um caso bastante emblemático e que ajuda a compreender as diversas articulações deste mercado ocorreu com Joaquim Manuel de Macedo, que mesmo sendo professor do Colégio Pedro II, só teve suas *Lições de história do Brasil* publicadas pela pomposa Garnier em 1873, após duas edições anteriores da obra. As primeiras edições das *Lições* de Macedo, o primeiro livro didático elaborado especialmente para os alunos do Colégio Pedro II, foram publicadas primeiramente em 1861, pela Tipografia Imparcial e, posteriormente, em 1865 publicado pela Casa José Gomes Brandão. A explicação para isto é que a editora Garnier não teria por hábito publicar a primeira edição de ninguém. Só investia naquilo que sabia ser seguro, com boa aceitação dos críticos, boas resenhas em jornais, e sucesso de vendas.¹¹⁵ Com isto, nota-se que antes das edições pela casa Garnier, a mesma obra foi publicada por outras casas editoriais mais modestas, e que os direitos sobre *Lições* e outras obras didáticas de Joaquim Manuel de Macedo passaram para a Garnier bem depois de uma longa jornada de seu autor.

Por isto as redes de relações e influência eram decisivas para garantir a edição de livros no mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, seja na prática de autoria de livros didáticos, seja no melhor posicionamento neste ramo de negócio, no caso mais específico dos livreiros-editores.

Outra editora de prestígio na época, a Laemmert se aventurou, embora pouco, no campo dos livros didáticos. *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso, escrito para celebrar os quatrocentos anos do descobrimento do Brasil, teve a primeira edição esgotada em alguns meses e tornou-se leitura obrigatória nas escolas secundárias, dentre outros livros. Esta editora publicou também o primeiro livro didático de história do Brasil indicado pelos programas de ensino do Colégio Pedro II.¹¹⁶

Das livrarias que publicaram livros didáticos, a Francisco Alves é tida como a especialista neste tipo de livros. Seu proprietário, Francisco Alves de Oliveira¹¹⁷ é apontado

¹¹⁵ EL FAR, op. cit., 2006, p. 21

¹¹⁶ ABREU E LIMA, Inácio. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Laemmert, 1843.

¹¹⁷ Francisco Alves de Oliveira nasceu em Portugal em 1848, naturalizou-se brasileiro em 1883 e faleceu em julho de 1917. Conforme: MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira. Livreiro e autor*. Notas bibliográficas por Oswaldo Melam Braga. RJ: Publicações da Academia Brasileira, 1943.

como um dos maiores livreiros-editores de obras didáticas no Brasil na virada do século XIX e inícios do XX.¹¹⁸

Imigrante português, instalou-se no Rio de Janeiro em 1872, onde abriu um negócio de livros usados, na rua de São José, 126. Estabeleceu-se de vez no comércio livreiro em 1873, tendo anteriormente trabalhado com seu tio, o também português Nicolau Alves (1827- 1902), proprietário da Livraria Clássica, especialista em livros de ensino. Juntos fundaram a “Alves e C, especialista em livros colegiais e acadêmicos”. Posteriormente Francisco Alves comprou a parte do tio e tornou-se principal proprietário da Livraria Alves. Francisco Alves filiou-se também, à Livraria Bertrand de Lisboa, e comprou-lhe a edição principal, depois se filiou a Livraria Aillaud, de Paris, onde imprimiu numerosos livros didáticos primários, barateando-lhes o custo; chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil, comprando outras livrarias e editoras.¹¹⁹

Através das notas publicadas nos principais jornais da época, em função da comemoração pela inauguração da Livraria Alves na Rua do Ouvidor, “perante concurso numeroso de pessoas das nossas *classes ilustradas*, entre os quais notamos a presença *de membros do magistério superior e primário, deputados, representantes da imprensa e do comercio,*” pode-se verificar as diversas articulações de Francisco Alves, que construiu sua trajetória a partir de uma extensa rede de relações, passando por autores como João Ribeiro e Sílvio Romero, donos de colégios, jornalistas de destaque na imprensa, a Inspetores da Instrução:

O Dr Theofilo das Neves Leão, antigo professor e secretario da Instrução Pública nesta capital, iniciou os brindes, rememorando os serviços que o Sr Alves tem prestado a instrução no Brasil, *como editor do maior número de obras didáticas publicadas entre nós*. A livraria Alves é um estabelecimento digno de ser freqüentado pelo público fluminense .¹²⁰

É interessante pontuar no caso Francisco Alves que a rede de relações deste foi importante no seu posicionamento no mercado no referido momento. Da aproximação do livreiro-editor com Theófilo das Neves Leão, secretário da Inspetoria Geral da Instrução

¹¹⁸ Um dos principais estudiosos de Francisco Alves é Aníbal Bragança, tendo publicado artigos diversos sobre o assunto, dentre os quais, “A função editor de livros escolares”, apresentado no XXIV INTERCOM Congresso Brasileiro de Comunicação, Campo Grande/MS, setembro de 2001.

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. RJ: Mauad, 4 ed, 1999.

¹²⁰ *O Paiz*, n° 4. 758, 13/10/1897.

Primária e Secundária do Município da Corte em 1868¹²¹, nasceu posteriormente, uma sociedade, desta vez entre Francisco Alves e o filho do referido secretário, Manuel Pacheco Leão.

Uma das táticas deste livreiro-editor era a compra de outras livrarias, como fez com a própria Clássica, de seu tio, e outras, adquirindo os direitos sobre a reimpressão dos títulos e também os estoques das mesmas. Em 1903, anunciava ao público a aquisição da “Empresa Literária Fluminense: em todo o seu estoque e o direito de reimprimir,(...) proprietária do excelente dicionário da Língua Portuguesa de Moraes e Silva,(...) da Historia Universal de César Cantin (...)”, além da compra da Livraria Moderna de Domingos Magalhães, “com todo o seu estoque de 80.000 volumes e propriedades literárias”, e do “resto das edições da Livraria Savin e quase todo o seu estoque”. Aproveitava a oportunidade também, para reafirmar que era na atualidade “o único depositário dos livros didáticos do Dr Abílio Borges (Barão de Macaúbas), muito conhecido em todo o Brasil”. Sendo proprietário ainda, dos livros em língua portuguesa editados pela American Book Company de New York, Cincinnati, Chicago, Boston, Atlanta, Dallas e São Francisco¹²².

Com isto, a Livraria Alves e suas sucursais “fica sendo o maior empório de livros do Brasil”, reforçando em sua fala, as relações diretas da livraria “com as grandes livrarias de Paris Harchette e C; Masson e C; J B Baulliere e Fils e muitas outras”, estando a Livraria Alves “em condições de fornecer aos meus correspondentes os livros d’estas conceituadas livrarias pelo preço que continuam receber diretamente da Europa”.¹²³

Em 1909, a livraria Universal pegou fogo, e Francisco Alves comprou os direitos de publicação dos livros dos Laemmert. Com estas estratégias comerciais de compra de outras editoras e dos direitos de reimpressão sobre os títulos, temos a compreensão dos modos pelos quais ela reuniu os direitos de impressão de um significativo número de títulos de livros ao longo dos anos. O êxito comercial da Livraria Francisco Alves em muita medida ajuda a entender o peso da produção didática no referido momento para o mercado editorial e a crescente concentração de capitais e força em mãos de alguns poucos editores.

¹²¹ BRAGANÇA, Aníbal. "A Francisco Alves na formação de uma indústria brasileira do livro". IN: Seminário sobre Livro e História Editorial. FCRB/UFF.

¹²² *Almanaque Garnier*, 1903. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, (página não identificável)

¹²³ *Almanaque Garnier*, 1903. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, (página não identificável)

Acompanhando as capas de alguns livros didáticos, é possível apreender como se deu a concentração dos diversos títulos de outras editoras pela Francisco Alves pela compra das concorrentes, o que ajuda também a entender os destinos das outras editoras. O livro *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Almeida, por exemplo, teve a primeira edição publicada em 1886 pela editora Laemmert, contudo, em 1905, a partir da 8ª edição a Livraria Francisco Alves comprou os direitos desta obra, bastante aceita pelo público e sucesso de vendas.¹²⁴

Os alcances e interesses da Livraria Francisco Alves não se limitaram ao Rio de Janeiro, comprando os direitos de títulos de editoras de outros Estados. O livro *Leituras Morais*, de Arnaldo de Oliveira Barreto, teve sua primeira edição publicada pela editora Espíndola, Siqueira & Cia de São Paulo, em 1896. Contudo, a partir da 5ª edição, em 1909, passa a ser publicado pela Francisco Alves.¹²⁵

Por fim, o sucesso de reedições *Cartilha das Mães*, também de Arnaldo Barreto, editado pela primeira vez provavelmente em 1896 pela Tipografia Siqueira, de São Paulo, fornecedora de livros de escrituração da Escola Normal de São Paulo, a partir da 12ª edição passou a ser editada pela Francisco Alves, chegando a 49ª edição em 1938.¹²⁶

Analisando a relação das obras publicadas pela editora apreendemos um leque variado de tipos de livros: literatura, belas-artes, política, ciências puras e aplicadas, “vulgarização e conhecimentos úteis”, línguas (nacional e estrangeiras), e livros de ensino, em maior número.

Dentre os livros de ensino, mapeamos os livros de história do Brasil no período entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX, num total de cerca de 28 títulos, incluindo obras de João Ribeiro; a *História do Brasil*, de Felisberto Freire (1896); *História de Brasil*, de Feliciano Pinheiro Bitencourt (1907); *História do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda (1906); *Resumo de historia do Brasil*, de A Vieira da Costa (1914); *Lições de*

¹²⁴ VIEIRA, Adelina Lopes & ALMEIDA, Julia Lopes. *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*. RJ: Livraria F Alves, 8ª edição. Localizado na Coleção do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP- Coleção Escola Estadual Caetano Campos-Aclimação-SP. Disponível em :www.crmariocovas.sp.gov.br.

¹²⁵ BARRETO, Arnaldo de Oliveira. *Leituras Morais*. Livraria Francisco Alves, 5ª ed, 1909. O mesmo ocorreu com o *Livro de composição*, de O Bilac e M Bonfim. Publicado pela Ed Laemmert em 1899, passou para a Francisco Alves em 1911, na 3ª ed., e com a *Leitura manuscrita*. RJ: Francisco Alves. Foi editado pela Francisco Alves a partir de 1909, da 9ª ed.

¹²⁶ BARRETO, Arnaldo. *Cartilha das Mães*. RJ: Francisco Alves, 1938.

historia do Brasil, de L Q Matoso Maia (1894); *Minha terra, minha gente*, de Afrânio Peixoto (1918); *Historia do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Sylvio Romero (1890), dentre outros.¹²⁷

Já por volta de 1920, outro editor, Jacinto Ribeiro dos Santos,¹²⁸ se destaca na publicação de livros didáticos. Através do extrato do catálogo disponibilizado no livro de Mario da Veiga Cabral,¹²⁹ o público poderia conhecer outros “Livros escolares edições desta casa” dentre os quais, a *Gramática da Língua Nacional* e a *História do Brasil*, de Osório Duque-Estrada; a *Chorografia do Brasil*, “pelo Dr Mario da Veiga Cabral (Correta e aumentada), adotada no Colégio Pedro II e nos demais colégios”; *Lições de História Geral*, “de acordo com o último programa da Instrução Pública de 1918 pelo Dr Mario da Veiga Cabral, 2ª Edição correta e aumentada”; *História Universal*, pelo Dr João Ribeiro, “tendo sido feito pelo último programa de 1918 do Colégio Pedro II, adotado em todos os colégios do país (2ª edição correta e aumentada, com gravuras)”. Além dos *Pontos de História do Brasil*, de Pedro Couto; *História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral, dentre outros.

Se por volta das décadas de 1870-1880, notamos um florescer do mercado livreiro e editorial na cidade do Rio de Janeiro, com a existência de inúmeros estabelecimentos que vendiam, editavam e “fabricavam” livros didáticos, este quadro vai se alterando na década de 1890, onde observei um movimento de concentração na produção editorial do Rio de Janeiro nas mãos de Francisco Alves, que foi se expandindo para outros Estados, com filiais em São Paulo e Minas Gerais, além de ter comprado muitas livrarias e editoras, adquirindo os direitos de venda de boa parte dos manuais mais vendidos no país, tais como as cartilhas de leitura e alfabetização.

Todavia, enquanto a livraria Francisco Alves concentrava a produção de livros didáticos, editores como Pedro da Silva Quaresma investiam em livros mais baratos que os didáticos, para alcançar esta fatia do mercado.

¹²⁷“Histórico da Livraria Francisco Alves” e “Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves :1854-1954”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1954.

¹²⁸ Jacinto Ribeiro dos Santos comprou o ponto de sua livraria a Francisco Rodrigues da Cruz, herdeiro da Livraria Cruz Coutinho, a Livraria Popular, a qual foi criado por Antonio Augusto da Cruz Coutinho. Cf: EL FAR, Alessandra. Op. cit., 2004, p. 318.

¹²⁹ Extrato da Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos para o ano de 1920. IN: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. RJ: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1ª Ed, 1920.

Após a morte de Francisco Alves, encontramos livros didáticos de história do Brasil publicados por editoras diferentes, tais como A J Castilho, Jacinto Ribeiro e Melhoramentos (gráfica e tipografia que virou editora em São Paulo, mas que antes imprimia os livros de Francisco Alves também). A Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos destacava-se pelo bom acabamento dos livros didáticos, uso de imagens, e elevado número de tiragens em alguns de seus livros, que chegavam a marca de mais de 100.000 exemplares em 1924, numa população de 1.157.141 na cidade.

Pelo exposto até aqui, e pelas evidências apreendidas, temos a compreensão de que a partir da segunda metade do século XIX aos anos iniciais do século XX, houve um crescimento no ramo editorial no Rio de Janeiro, com a existência de táticas de venda e estratégias editoriais diversas.

Com isto, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência, sendo a publicação de livros didáticos (e didáticos de História do Brasil), um investimento de muitos no referido período.

Pelo exposto até aqui, tentei evidenciar um processo que incluía um aumento no número de escolas, o investimento na escrita de livros didáticos e o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a produção de livros escolares. Contudo, quais os sentidos deste processo para os distintos sujeitos históricos: autores, editores, donos de escolas, professores, alunos? Para quê editar livros?

Para responder tais perguntas, creio que seja crucial um entendimento das diferentes experiências sociais destes sujeitos, em suas lutas e embates. Deste modo, circunscrevo a instrução no referido momento enquanto parte das reivindicações para na luta pela conquista da cidadania, pensando aqui, a experiência da população pobre, negros, mulheres, crianças.

A emergência de bons livros “para a instrução do povo” não pode ser separada da discussão sobre a “instrução e leitura para o povo” na qual a publicação de livros assume significados distintos podendo ser um negócio, para alguns, ou um meio para o acesso aos direitos, para outros.

Deste modo, a publicação de livros didáticos acessíveis (pela linguagem e pelo preço) ao “homem comum”, “a gente simples do povo”, além de significar a ampliação do

público leitor em um mercado em expansão, também significava para muitos, a participação no debate e na elaboração de projetos para a sociedade da qual faziam parte.

Enquanto para os professores das regiões distantes das ditas “áreas nobres” da cidade e para os autores “anônimos,” o significado da produção didática era um, no sentido de auxiliar a própria prática diária, para figuras como Abílio Borges, este sentido seria outro. Para este autor/proprietário de colégio e diretor da Instrução Pública, “a verdadeira democracia só é possível com a verdadeira e geral instrução”, sendo condição básica para isto, a construção de boas escolas e bons livros:

Para que todos os brasileiros saibam ler, tenho consciência de haver trabalhado sem cessar há perto de 40 anos, quer ensinando, quer publicando livros elementares, e distribuindo-os às centenas de milhares por todos os cantos do Brasil. Mas não é só de ler que precisam os brasileiros: precisam também de instruir-se.¹³⁰

Do processo de abertura de escolas e investimento em livros didáticos, a publicação de manuais escolares teve distintos sentidos para os diferentes sujeitos históricos em questão.

Para muitas professoras, conforme a trajetória de algumas demonstra, o sentido era de luta. Francisca Senhorinha da Motta Diniz por exemplo, além de professora, foi escritora, editora, proprietária de jornal e atuante no movimento pelos direitos das mulheres do século XIX. Utilizando-se de seus escritos, direcionou seu discurso a um público feminino, lutando pela valorização da mulher, defendendo seu direito à educação, ao mercado de trabalho e à participação na vida política.¹³¹

Para muitos intelectuais, a falta de instrução do povo não fazia o país “avançar culturalmente,” fazendo com que a boa literatura do país interessasse a poucos, sendo poucos ainda os que sobreviviam única e exclusivamente “da pena”, tendo o escritor a necessidade de exercer mais de uma atividade, pois “os intelectuais viam-se compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou política”. A escrita de livros didáticos para muitos autores era um caminho para atingir o progresso, uma vez que a instrução e a leitura seriam os meios para que o país superasse “o analfabetismo quase

¹³⁰ BORGES, Abílio. *Quarto livro de leitura*: Para uso das escolas brasileiras. RJ: Francisco Alves, 1890.

¹³¹ ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. “Escrita e feminismo no século XIX”. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2006/conferencias/Fernanda%20Alina%20de%20Almeida%20Andrad e.pdf>.

que total da população”¹³²o que impedia por sua vez, “o desenvolvimento de um amplo mercado editorial”.¹³³

Dentre os editores, muitos alegavam investir em livros didáticos exatamente pela “importância da instrução” para a formação povo. Editores como Francisco Alves foi um dos que levantaram a bandeira publicação de livros didáticos enquanto “um serviço” à nação, tendo sido inclusive, além de editor, autor de diversos livros didáticos, com os seguintes pseudônimos: Francisco de Oliveira; F de Oliveira; Guilherme do Prado.

Conforme apuramos, por volta de 1870 a questão instrução já ocupava os *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução Pública da Corte*, evidenciando-se um aumento no número de escolas e alunos matriculados. Com o advento da República, as expectativas em torno da ampliação dos direitos de cidadania se intensificaram ainda mais.

Tal expansão do ensino pode ser compreendida dentro das discussões sobre a idéia de cidadania no Brasil, principalmente na relação defendida por muitos entre educação e formação do cidadão. Mas que cidadania era esta? Seria apenas idéia ou formalismo? Ou seria expansão de direitos sociais básicos anunciados sobretudo com a República?

O direito ao voto, por exemplo, permaneceu atrelado ao domínio das letras, o que tornava a oferta de instrução ainda mais urgente, estando na ordem do dia nas discussões constituintes,¹³⁴ na imprensa e nos anúncios de divulgação de escolas, condição básica para ser “cidadão”.¹³⁵

Assim, o impedimento de mulheres, analfabetos, dentre outros, da participação no processo eleitoral no país não impediu o processo de luta deste sujeitos no sentido de ampliar direitos e de participar da vida política, em busca de uma cidadania plena, o que só fez aumentar o número de iniciativas de instrução popular, bem como aumento das pressões destes sujeitos “excluídos”. Neste sentido, discordo das perspectivas defendidas por José Murilo de Carvalho, que afirma que “a exclusão de 80% da população do direito

¹³² O combate ao analfabetismo era tido como guerra para alguns, conforme apreendemos de anúncios como este: “Guerra ao analfabetismo. Todos devem saber ler. Assombroso método de Ensino Racional de Leitura. J S Castro Editor, Rua do comércio, 46, RJ”. *O Malho*, nº 331-16/01/1909.

¹³³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. SP: Cia das Letras, 2003, p.128.

¹³⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação*. Governo provisório do Mal Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891. RJ: DP& A Editora, 2001.

¹³⁵ Conforme anúncios diversos como este: “Ler para votar- o conhecido professor Alexandre Rield está abrindo um curso noturno, gratuito, para quem quiser aprender a ler e preparar-se para votar nas próximas eleições”, *O Estado de São Paulo*, 1889, p.3.

político de voto já é um indicador do pouco que significa o novo regime em termos de ampliação da participação”.¹³⁶

Para este autor, a República teria “tropeçado” ao criar um sistema político “sem sujeito, sem povo”, pois este apenas assistiu “bestializado” aos processos decisórios deste novo regime, sem participação:

O mais grave é que o retrocesso foi duradouro. A Proclamação da República, em 1889, não alterou o quadro. A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveriam representar a instauração do governo do país pelo voto, por seus cidadãos, sem interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o novo regime (...). A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas.¹³⁷

Ao contrário disto, muitas foram as estratégias de luta destes sujeitos. O domínio das letras e o acesso à instrução foi um deles. A existência e acesso aos livros didáticos foi um dos caminhos para tanto, o que se tornaria inviável se não existisse um mercado editorial em expansão.

¹³⁶ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. SP: Cia das Letras, 1987, p.85.

¹³⁷ Idem. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. RJ: Civilização Brasileira, 2004, p.39.

Capítulo II: Como “nasciam” os livros didáticos de História do Brasil

2.1 – Os papéis dos editores na produção didática

No capítulo anterior, vimos que muitas vezes a iniciativa de elaborar um livro didático partia do próprio autor, muitos dos quais pagavam do próprio bolso pela primeira edição. As articulações do autor e boa aceitação de sua obra eram decisivas para a negociação das edições seguintes com os editores. Mas, como eram elaborados os livros didáticos? De quem era a iniciativa? Havia incentivos públicos na escrita do livro didático? Quais? Para quem? Quais as estratégias dos editores de livros didáticos?

Tais questões são importantes para avançar nas relações que envolvem o processo de criação do livro didático no referido momento, de modo a pensar os interesses em torno desta atividade, quem apoiava quem, e por que razões.

Através das evidências reunidas nesta pesquisa, no caso específico da produção didática de história do Brasil, consideramos a existência de editores na cidade do Rio de Janeiro desde meados do século XIX, sobretudo pela superposição e concentração do processo de elaboração dos livros que envolvem escolhas e negociações diversas nas mãos destes. Em linhas gerais, o editor seria aquele que concentra o processo de fabricação, decidindo e escolhendo as estratégias de venda e circulação, dentre outros.

Durante a pesquisa, foi possível vislumbrar as atuações e relações estabelecidas entre os editores e os diferentes agentes envolvidos na produção didática. Dentre as quais temos: editor e autor; editor e tipógrafo; editor e livreiro; editor e público consumidor; editor e representantes do Estado; editor e proprietários de colégios; editor e imprensa, dentre outros. Portanto, não é possível compreender a elaboração de livros didáticos sem reconstituir a atuação destes agentes no processo. Os editores são os elos, os articuladores na produção editorial.

Um caso bastante emblemático e que auxilia na compreensão da atuação do editor na elaboração de um manual didático fica por conta dos Irmãos Laemmert na primeira edição do livro didático *Compêndio de História do Brasil*, de autoria do General Abreu e Lima, publicado primeiramente em dois grossos volumes, com fotografias e gravuras de vultos históricos, notas de rodapé e documentos. Todavia, a versão indicada pelos programas de ensino foi a segunda edição do livro, um volume apenas, mais compacta e “enxuta”. Este compêndio destinava-se aos alunos da escola secundária, sendo bastante utilizado no Colégio Pedro II.

O aspecto que nos chama atenção nesta “alteração” é a intervenção dos editores no processo de elaboração do “livro didático,” que deveria ser adequado à fácil leitura, devendo ser um manual no sentido literal da palavra, de fácil transporte, leve e compacto: “Reduzindo o formato pela supressão de documentos e notas(...),foi-nos possível realizar uma extraordinária diminuição de preço, que sobretudo aproveita aos pais de família e aos colégios”.

A edição modificada agradava aos editores porque se adequava mais aos fins de um livro didático, que deveria ser “acessível ao público em geral,” e principalmente, “à mocidade estudiosa, tratamos de organizar, sob o ponto de vista didático (...), sem omitir fato algum importante”.¹³⁸

Tais modificações seriam importantes para atingir o objetivo esperado de um livro didático de História que seria “vulgarizar o conhecimento das coisas pátrias”. Pelas “falas” dos editores, é possível vislumbrar como os interesses em relação ao consumo, produção e vendas dos livros interferiam nas maneiras como o livro se apresentava ao público leitor-consumidor.

Com isto, nota-se além de uma preocupação em “vulgarizar” o conhecimento da história pátria, uma atenção também para os aspectos de difusão do livro e de um mercado, para além das preocupações de escrita do próprio autor do livro em questão.

¹³⁸ ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Eduardo e Henrique Laemmert,(2 volumes), 1843, p.4.

Trata-se, deste modo, de uma poder dos editores para modificar o livro segundo os interesses do mercado, com a possibilidade de acrescentar e suprimir conteúdos conforme julgassem necessário para o barateamento da produção e dos preços ou, ainda, para adaptá-los às exigências dos programas de ensino ou às necessidades de alunos e professores.

Deste modo, a processo de escrita dos livros não seguia apenas aos ditames dos programas de ensino, interferindo nesta prática a ação de editores, livreiros, autores e da própria recepção e interesses do público do momento.

Inúmeras foram as práticas e estratégias utilizadas pelos editores de livros didáticos no momento do referido estudo. Uma delas foi a reedição de obras de autores consagrados, e bem aceitas pelo mercado.

Para acompanhar tais mudanças, que ocorriam em diversos aspectos: diversificação do público leitor, aperfeiçoamento de técnicas gráficas, etc, muitos editores utilizavam o recurso da modificação das capas e dos títulos dos livros, acrescentando os “novos pontos dos programas de estudo de História,” sem modificar a abordagem dos conteúdos ou concepções de História presentes nos mesmos. Assim, temos edições “revistas,” “melhoradas”, “corretas e aumentadas”, “atualizadas”, “ampliadas”:

João Ribeiro. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Adotado no ginásio Nacional . **7ª edição revista e melhorada**. RJ: Livraria Francisco Alves, 1900.¹³⁹

Resumo de História do Brasil, de Bellegarde (H Luiz de Niemeyer). **4ª edição correta e aumentada**. RJ: Garnier, 1877.

Episódios da História Pátria. Contados à infância, por Fernandes Pinheiro (Cônego Dr J C), professor do Imperial Colégio de Pedro II, secretário do IHGB. **8ª edição melhorada**. RJ: B L Garnier, 1877.

Nos casos de morte do autor, o editor encomendava outro autor para a revisão do trabalho, como ocorreu com a obra de Joaquim Maria de Lacerda, que morreu em 1886, mas teve seu livro reeditado por mais de 80 anos, até 1957, tendo sido editado por editoras como a Garnier e a Francisco Alves.

Podemos levantar alguns pontos a respeito das constantes reedições de livros didáticos. Um deles é sem dúvida em relação aos baixos investimentos na produção de uma

¹³⁹ Este livro didático de João Ribeiro teve 17 edições. A primeira foi em 1900 e a última, em 1960. Grifos meus.

reedição, o que a tornava mais lucrativa para os editores e, principalmente, permitia ao editor acompanhar as mudanças nos programas ou incorporar novos dados, atendendo às demandas, tais como diversificação de público leitor, boas vendas:

Ao leitor

Tendo já editado duas *Historias do Brasil*, uma de acordo com o programa da **Escola Normal** e outra de acordo com o do **Colégio Pedro II**, resolvi dar uma terceira publicidade que viesse a atender o mais diretamente possível **o programa dos colégios militares**- que são hoje como se sabe, em numero de 4.(...)¹⁴⁰

Havia uma preocupação por parte dos editores exatamente com a possibilidade de reeditar uma mesma obra, o que era apresentado e percebido como sinônimo de êxito e de boa aceitação pelo público como apreendemos através das intervenções do editor na apresentação dos livros:

Para isto encomendei ao professor Dr Mario da Veiga Cabral o trabalho que hoje apresento ao público e que espero, dão o nome do autor, venha a constituir um dos grandes sucessos da minha livraria, segundo as páginas do *Compendio de Chorografia do Brasil*, do mesmo autor, **aparecendo em setembro de 1916, e que foi, entre os livros didáticos publicados nestes últimos 30 anos, o que maior êxito alcançou estando já na 5ª edição** (...).¹⁴¹

Através das falas dos editores, temos também um pouco das relações editor/leitor/autor, além de apreendermos a atuação do editor e do autor no que tange à revisão da obra, que poderia ser feita pelo editor ou pelo próprio autor, uma vez que muitas vezes: “É possível que esta primeira tiragem apresente, apesar dos cuidados, alguns erros de revisão, o que é desculpável tratando-se de uma primeira edição, e que não foi revista pelo autor.”¹⁴²

No caso da revisão realizada pelo autor, este era pago para a realização do trabalho com a nova impressão de seu livro. João Ribeiro, por exemplo, chegou a receber da Livraria Francisco Alves 1:000\$000 pelo trabalho de correção de História do Brasil.¹⁴³ Um bom valor, nas apreciações do autor.

¹⁴⁰ CABRAL, Mario da Veiga. *Compendio de historia do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. Primeira edição. RJ: Jacinto Ribeiro dos Santos editor, Rua São José-82, 1920. Grifos meus

¹⁴¹ Ibidem

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ BRAGANÇA, A. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, pp. 451-476.

Um outro recurso utilizado pelos editores seria a revisão de uma obra por um outro autor de renome no momento, o que tornaria o livro mais gabaritado, possibilitando uma maior credibilidade junto ao público consumidor: “Novíssima edição ilustrada com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919 por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro”.¹⁴⁴

Outra estratégia utilizada pelos editores era a associação com a rede escolar em expansão, através da indicação dos locais em que os livros utilizados nos colégios poderiam ser comprados:

Colégio de instrução primaria de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Backer autor e proprietário de uma coleção de compêndios apropriados a mesma instrução e **que se acham a venda em quase todas as lojas de papel**, especialmente na **rua da Quitanda, 70**, onde se vendem em porções com o abatimento de 20%.¹⁴⁵

Colégio Fluminense, sexo masculino. Prospectos no colégio, Rua do Rosário,64, **loja de papel ou nas livrarias Serafim**, rua 7 de setembro,83 e **Lombaerts e Cia**, Rua dos Ourivres,7.¹⁴⁶

Além disso, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência.

As associações também foram uma tônica das casas editoriais que obtiveram maior êxito no mercado. As parcerias fortaleciam o editor, ampliavam seu círculo de relações, e alcance das publicações.

A atuação do Estado foi também bastante frutífera para os editores através de incentivos diversos, tais como premiações de obras didáticas, divulgação em exposições, compra de materiais didáticos, dentre outros aspectos.

A Inspeção Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Corte¹⁴⁷ foi criada em 1854 para supervisionar a instrução, responsabilizando-se pelo controle e autorização dos materiais impressos a serem utilizados no ensino, negociando com livreiros, professores e

¹⁴⁴ Joaquim M^a de Lacerda *.Pequena História do Brasil*. Por perguntas e respostas para uso da infância brasileira.RJ: Livraria Francisco Alves, 1919. Grifos meus .

¹⁴⁵ Almanak Laemmert, 1884, p.226

¹⁴⁶ Almanak Laemmert, 1884, p.1254

¹⁴⁷ GONDRA, José Gonçalves. *A Instrução Inspeccionada: Formulação, Implantação e Funcionamento da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte* (1854 a 1863). Projeto de Pesquisa, 2002-2005. Disponível em: www.proped.pro.br/docentes/projetos.asp?ID=28 - 17k

autores de livros didáticos gastos e custos, bem como o número de exemplares utilizados nas escolas, envio de programas de ensino, elaboração de exames, dentre outros.

Deste modo, os Conselhos de Instrução aprovavam e indicavam os livros que deveriam ser adotados nas escolas públicas, não somente do Rio de Janeiro, como em outros Estados:

Guilhermina Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade da puerícia brasileira para ambos os sexos*. **Professora da Cadeira Pública** do sexo feminino da Freguesia da Candelária.

Obra **aprovada** pelos Conselhos diretores da instrução primária e secundária do município da corte e **províncias do RJ e Pernambuco**; e **mandado adotar pelo Governo Imperial nas escolas publicas**. Segunda edição. Vende-se nas principais livrarias e em porção, a rua do Hospício, n° 100, sobrado.

Quadros de História Pátria. Para uso das escolas (**aprovadas e adotadas** pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal . RJ: A J Castilho. 1919. Max Fleiuss e Basílio de Magalhães (do IHGB).

As Diretorias e Conselhos da Instrução Pública avaliavam a adequação dos livros didáticos ao ensino, o que era amplamente divulgado nos jornais:

O Conselho Superior de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro resolve aprovar, por unanimidade de voto, os seguintes livros didáticos: *Breves lições de história do Brasil*, do sr Creso Braga e *Tarefas artísticas*, dos Srs professores Renato Francisco de Paula Andrade e Clara Pimentel de Andrade. A sessão foi presidida pelo sr José Mattoso Maia Forte, secretario Geral do Estado, presentes os membros do conselho (...). Não receberam aprovação vários trabalhos também submetidos ao julgamento da Instrução Pública Fluminense.¹⁴⁸

O Estado também encomendava livros junto a editores,¹⁴⁹ existindo a partir de 1875, uma Diretoria de Impressões Autorizadas da Instrução Pública, responsável pelo controle do todo o material impresso que poderia circular na corte, tais como programas de ensino, elaboração do material para os exames preparatórios, além do envio das comissões que devem assistir à realização dos exames¹⁵⁰. Além disso, a Diretoria de Impressões Autorizadas estabelecia contratos com autores para a elaboração de livros didáticos: “Do inspetor geral interino, sujeito à aprovação o contrato selado com a professora Guilhermina

¹⁴⁸ Reproduzido na capa do livro didático de BRAGA, Creso. *Breves lições de história do Brasil*. RJ: Tip. Do Jornal do comércio, de Rodrigues e C, 1919.

¹⁴⁹ Sobre a relação do Estado com os livreiros-editores na Europa, Cf: FEBVRE & MARTIN. *O aparecimento do livro*. SP: UNESP, 1992, p.197.

¹⁵⁰ *Segunda Diretoria de Impressões Autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p.2.

de Azambuja Neves para fornecimento do livro de sua composição intitulado *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*.¹⁵¹

Além de encomendar livros didáticos junto às editoras para serem enviados a algumas escolas, o que ficava a cargo de um inspetor geral que se responsabilizava pelas encomendas de materiais de ensino, tais como cadeiras, quadros, e livros didáticos: “Do Inspetor Geral. Pede autorização para mandar fazer 2 livros didáticos a escrituração dos exames gerais, livros aprovados pelo conselho Diretor para uso das escolas públicas.” Como também, o pagamento ao editor pelas encomendas: “Do Inspetor Geral (...) para ser paga uma conta de livros fornecida por Nicolau Alves, na importância de 524\$(...).”¹⁵²

Uma outra parceria imprescindível na produção de um livro didático era a estabelecida entre editor e autor. Era uma relação bastante delicada podendo ser amistosa ou não.

Um caso de parceria bem sucedida ao longo dos anos foi a celebrada entre Francisco Alves e João Ribeiro. A “estima e amizade pessoal” entre os dois se refletia no grande número de obras didáticas que foram produtos desta parceria.¹⁵³

Obras de João Ribeiro sob propriedade da Livraria Francisco Alves

João Ribeiro. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Adotado no ginásio Nacional. 7ª edição revista e melhorada. RJ Livraria Francisco Alves, 1900.

Historia do Brasil (para ginásios e Escolas Normais, curso superior) 1 vol cart. 4\$000

Historia do Brasil (para Escolas primarias, curso médio) 1 vol. 1\$000

Historia do Brasil (Rudimentos de) para Escolas primárias, curso inferior. 1 vol. 1\$000.

Autores contemporâneos - Seleta de autores do século XIX, adotado pelo governo para os exames de língua francesa, inglesa e alemã. 1 Vol. 3\$000

Gramática portuguesa, da infância, curso primário (primeiro ano) 1 vol. 1\$000

Gramática portuguesa, elementar, curso médio (segundo ano) 1 vol. 2\$000

Gramática portuguesa, curso superior (terceiro ano) 1 vol 3\$000.

Historia do Brasil (Edição do centenário) 1 vol. 3\$000

Dicionário Gramatical. 1 vol. 4 \$000.

Livros de exames, para servir como gramática de 1º ano. 1\$000.

Seleta clássica - período arcaico, 1 vol. 4\$000

Frases feitas. 2 vols, 4\$000 cada volume 3\$000.¹⁵⁴

¹⁵¹ *Segunda Diretoria de Impressões autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p.25.

¹⁵² *Segunda Diretoria de Impressões autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p.30.

¹⁵³ JOÃO RIBEIRO. “Uma recordação pessoal”. *O Imparcial*, 2/7/1917

¹⁵⁴ Disponível na 7ª Edição de RIBEIRO, João. *Historia do Brasil*. Curso Superior. RJ: Francisco Alves, 1900

Para João Ribeiro, as 150 edições de mais de 15 livros didáticos só tiveram êxito, estando perto de um milhão de exemplares, devido aos méritos e obra do editor Francisco Alves, pois este fazia a divulgação e a propaganda do seu trabalho.¹⁵⁵ João Ribeiro em várias ocasiões, reconhecia também, a honestidade dos Srs Alves e C, pois estes “escrupulizaram no seu negócio como prática de um sério dever (...). Suas edições principalmente se impõem pelo cuidado da mais honesta e lúcida escolha. E falando-se de suas edições é preciso acentuar que eles as pagam.”¹⁵⁶

Para este autor, a editora Alves não “vendia a educação do povo como um retalho pelo que fica mais em conta,” trazendo para o comércio de livros voltados para a educação popular “honradez”.¹⁵⁷ João Ribeiro receberia pelas edições de seus trabalhos com a Francisco Alves por volta de 3:000\$000, um valor considerável para a época, uma vez que os salários médios variavam de 60\$000 a 150\$000.¹⁵⁸

Entretanto, havia casos em que a relação autor/editor não era tão amistosa assim, uma vez que nem sempre um contrato firmado agradava às duas partes. A questão da “propriedade literária” exigia o cumprimento de regras bem delimitadas, para que não ocorressem prejuízos e danos, seja para o autor, seja para o editor.¹⁵⁹

Um caso interessante de disputas e negociações em torno dos direitos de publicação foi o processo judicial travado entre duas grandes editoras da época pelos direitos de venda e reimpressão das obras de Cirillo Delermendo, que teria firmado contrato com ambas, em momentos distintos. As partes envolvidas no processo eram o editor Nicolau Alves (apelado), o autor, Cirillo Delermendo da Silveira, e Luís Batista Garnier (apelante).

¹⁵⁵ HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. SP: Ática, 1985, pp.211-212.

¹⁵⁶ COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro, bibliografia anotada e comentada*. Maceió: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, 1998. Apud: BRAGANÇA, A. Op. cit, 1999, p. 470

¹⁵⁷ Ibidem, p. 470

¹⁵⁸ Valores em mil-réis. Cf: BRAGANÇA, A. op. cit, 1999, p. 466

¹⁵⁹ Propriedade literária era uma proteção entre editores e autores em relação às práticas de contrafações, isto é, prejuízos causados por falsificações e publicações indevidas. A regulamentação dos direitos autorais no Brasil se realizou em finais do século XIX. Para maiores aprofundamentos, ver: BESSONE, Tânia. “Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal (1862-1889)”. Trabalho apresentado ao NP IV- Produção Editorial no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

O processo consistia no direito reivindicado por Nicolau Alves sobre a obra do referido autor, que teria firmado contrato também com Luís Garnier sem que as edições de seus livros estivessem todas esgotadas:

Recebi do Ilustríssimo Senhor Nicolau Alves a quantia de um conto cento e quarenta mil reis proveniente da venda que nesta data lhe fiz de mil e noventa gramáticas em folhas de língua portuguesa, não podendo eu então imprimir a referida gramática da minha composição, senão de acordo com o mesmo senhor, e isto no caso de receber encomendas de algumas províncias, por parte do governo, para cujo fornecimento concorrerá comigo com o número de volumes de sua propriedade, que por essa ocasião lhes restar.(...) Declaro mais que nenhuma impressão poderá ser feita com data anterior a do Compêndio da quinta edição de que agora faço venda,(...) sendo falsas todas as que apareceram sem tais circunstâncias e livre o direito de proceder contra o falsificador.
Rio, 25/01/1870¹⁶⁰

Todavia, argumentando que o seu contrato com Nicolau Alves se limitava à quinta edição, o autor julgou-se livre para fazer um novo contrato para a sexta edição com Luís Batista Garnier.

A queixa de Nicolau Alves é que o contrato da mesma obra, a sexta edição e a circulação simultânea dos exemplares das mesmas, em um total de 6 mil exemplares, traria grande prejuízo aos seus estoques da quinta edição ainda existentes em circulação.

A disputa judicial travada entre os editores demarca os embates do mercado, no qual o livro, depois de impresso, é “uma mercadoria”, o que demonstra a competitividade deste ramo de negócio no Brasil, e a existência de concorrências, estratégias de monopólios sobre os livros (no caso, os direitos de reimpressão), além de evidenciar os tipos de arranjos entre editores e autores e os problemas que podiam resultar, deles dentre outros.

Outra estratégia das editoras a fim de ampliar o mercado e difundir as obras didáticas por todo o país era a associação com casas comerciais de vários Estados, como pode ser observado nos anúncios publicados em revistas especializadas, como este da Livraria Francisco Alves divulgando livrarias de diferentes Estados onde seus livros poderiam ser comprados:

Viúva Oliveri- Bahia
João Walfredo de Medeiros- Pernambuco
Joaquim José de Oliveira e C- Ceará

¹⁶⁰ *Juízo do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro*. Processo de Nicolau Alves/Luís B Garnier, 03/3/1872.

M F da Silva e C – Pará
Antonio Pereira Ramos de Almeida e C – Maranhão
Joaquim Alves Leite Sucessor- Porto Alegre
Carlos Pinto e C Pelotas
Joaquim Dolivanes Nunes- São Paulo
Rodrigo Antonio Pereira- Juiz de Fora
Manuel Tomas Teixeira- Ouro Preto”
José Marques Nogueira Guerra- Diamantina¹⁶¹

Outra forma de divulgação dos livros didáticos eram os anúncios feitos no próprio livro, indicando locais em que poderia ser comprado: “Acham-se estes livros em São Paulo: nas casas Francisco Alves, Duprant e C; no Rio de Janeiro, nas casas: Francisco Alves, Gomes Pereira; em Pernambuco: Ramiro M Costa e Filhos; em Porto Alegre, na casa Selbach.”¹⁶²

2.2-Construindo redes de apoio e comunicação em torno do livro didático

Um importante fator no sucesso editorial de um autor, editor ou obra didática eram as redes de apoio nas quais se inseriam. As páginas iniciais dos livros didáticos trazem ricas informações sobre as estratégias que editores e autores desenvolviam para divulgar os livros didáticos. Por meio de inúmeras dedicatórias impressas eles expressam suas tentativas de aproximação com políticos, imperador, dentre outros, uma vez que conquistar a simpatia e apoio de pessoas ilustres era mais um ponto a favor do livro: “Oferecemos ao público uma nova edição do *Compêndio da História do Brasil*, do General J I de Abreu e Lima, dedicada a S M I, o Imperador”. Ou ainda: “ao conselheiro Ruy Barbosa, gloria de Parlamento da Imprensa”, “Ao belo espírito e ao nobre coração de Ignácio M Azevedo do Amaral”, dentre outros.

Se em meados do Império, as fontes de apoio, mais recorrentemente buscadas são nas relações como o poder imperial, via instituições como IHGB e o Colégio Pedro II, posteriormente esta rede se amplia e se modifica. Principalmente com a criação da

¹⁶¹ “Anúncio da editora Alves & Cia” na *Revista do Ensino* no ano de 1883. Apud: BITTENCOUT, Circe. Op.cit, 1993, sem página.

¹⁶² GALANTI, Raphael. *História do Brasil*. SP: 1911.

Academia Brasileira de Letras em 1897, além da marcante atuação da imprensa como articuladora de maior visibilidade para livros e autores.

A imprensa era um dos principais espaços de atuação dos intelectuais em finais do Império e início da República, sendo arena das tensões e reivindicações destes, não somente nas críticas aos opositores políticos, como também na defesa das idéias e projetos afins. Neste sentido, “boa parte da produção histórica desse momento será publicada em jornais”¹⁶³ que eram também o veículo da crítica e da análise desta produção. Para alguns estudos, as décadas de 1870-80 distinguiam-se exatamente pelo grande número de jornais que se multiplicavam no país, com destaque para as campanhas abolicionistas e republicanas.¹⁶⁴ Além disso, muitos eram os jornais que se diziam “para o povo,” voltados “para as causas do povo” neste período.¹⁶⁵ A imprensa, conforme nos alerta CRUZ, não deve ser entendida apenas como canal de divulgação, mas uma prática social que organiza e dá sentido aos acontecimentos.¹⁶⁶

Em relação aos livros didáticos, muitos intelectuais defendiam a necessidade de bons livros didáticos de história do Brasil exatamente pelo caráter formador deste tipo de livro, no sentido da formação do cidadão, que só se daria por meio de uma “pedagogia do cidadão” através do conhecimento de nosso passado comum.

Uma prática bastante freqüente entre os editores de livros didáticos era inserir nas reedições dos livros os comentários e avaliações publicadas pela imprensa sobre as edições anteriores da obra em questão. Através destas resenhas, mais do que divulgar os livros na imprensa exaltando o mérito do material como manual didático, ficavam claras as posições em relação à importância dos livros didáticos na educação do país. As resenhas não eram comentários espontâneos dos jornalistas, mas faziam parte de uma relação de troca e interdependência entre jornais/editores, uma vez que muitos editores anunciavam

¹⁶³ HANSEN, Patrícia. *Feições e fisionomias*. A história da Brasil de João Ribeiro. EJ: Acess, 2000, p.43.

¹⁶⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Cultura democrática e científica no final do império. RJ: Ed FGV; Ed da UFRRJ, 2007.

¹⁶⁵ Dentre os quais: *Correio do povo*, órgão republicano (1891); *O amigo do povo*: jornal republicano (1877); *O Sport*: órgão dos interesses do povo(1887); *A liberdade*: jornal defensor dos interesses do povo(1879); *A lanterna*: órgão do povo(1883); *O brado nacional*: revista político semanal dedicado aos interesses do povo brasileiro(1873); *Jornal do povo*: folha democrática(1879); *Ciência para o povo*: serões instrutivos(1879); *O grito do povo*(1885); *Tribuna do povo*(1880); *O povo*: órgão do congresso literário e científico Abílio Borges(1903); etc.

¹⁶⁶ CRUZ, Heloísa. Op. cit, 2000, p. 166-167.

seus livros nos jornais, sendo seus clientes. Diferente dos anúncios, as resenhas imprimiam um ar de “imparcialidade” na recomendação do livro, esboçando apenas uma “opinião” de fora, por isto, confiável.

É importante observar que as propagandas em jornais oferecendo títulos ou anunciando os locais de vendas de livros, pagos pelas livrarias e editoras, também eram significativas nas páginas de jornais diários, revistas e almanaques e sinalizavam um bom financiamento para a própria imprensa. Talvez isso explique tantas opiniões favoráveis aos livros aparentemente publicadas por iniciativa do próprio periódico ou de seus jornalistas sem vínculos outros interesses monetários.

Alguns livros inclusive se destacaram pelo grande espaço dado a este tipo de apreciação. Este foi o caso do livro editado por A J Castilho, *Quadros de História Pátria. Para uso das escolas* tendo como autores Max Fleiuss e Basílio de Magalhães, ambos colaboradores em diversos periódicos cariocas, além de serem membros do IHGB e da Biblioteca Nacional.

O livro teve várias resenhas publicadas em jornais da época reproduzidas nas edições posteriores. Estas opiniões foram reunidas pelos editores e “abrem” o livro. Das 121 páginas do livro, as 10 primeiras reproduzem as “opiniões” publicadas na imprensa a respeito dele, funcionando como “publicidade” do livro e dos gabaritados autores e editores: “Os Srs Max Fleiuss e Basílio de Magalhães contribuem para o ensino das escolas com os Quadros de Historia pátria, editados pelo inteligente e ativo editor A J de Castilho.”¹⁶⁷

Ou ainda:

Mais um livro editado pela livraria Castilho, a Rua São José, nesta capital: ‘Quadros de História Pátria’. Estes quadros, como escreveram numa ‘explicação necessária’ seus autores, Srs Basílio Magalhães e Max Fleiuss, **ambos do IHGB**, foram traçados há algum tempo com o intuito de servirem a juventude que frequenta as escolas publicas e particulares da nossa terra, e deveram muito em sua elaboração inicial ao saudoso Dr Vieira Fazenda , principalmente em tudo quanto diz respeito às tradições da cidade do Rio de Janeiro. (...)
A noite, 1-3-1918.

O livrinho , cujos autores são os bem conhecidos membros do IHGB , Srs Max Fleiuss (Secretário Perpetuo do Instituto) e Basílio de Magalhães (Diretor interino da Biblioteca Nacional), ambos da **Academia de Altos Estudos**, é e são

¹⁶⁷ José Oiticica, *Correio da Manhã*, 2-3-1918.

patriótico, digno de figurar em todas as estantesinhas dos nossos jovens patriotas .
É o que recomenda o Jornal do Brasil.

Jornal do Brasil , 4- 3- 1918.

O destaque e apoio dado pela imprensa aos autores e ao “livrinho” também são notórios, seja por evidenciar a atuação dos autores neste circuito, seja por demonstrar o investimento da editora neste tipo de divulgação. Assim, mais do que divulgar os méritos do livro, ou apresentar suas principais falhas, as resenhas avalizam a capacidade dos autores, enaltecendo suas excelentes qualidades de pesquisadores da história do Brasil e emprestam o nome do jornal à divulgação do livro.

Tais características, as de pesquisadores de arquivos e bibliotecas, são até mais evidenciadas que as referências de atuação de ambos no magistério, o que não é citado nas resenhas ou na capa do livro. Pelas opiniões emitidas nos jornais, o fato dos autores serem “membros da Academia de Altos Estudos” os dignifica a escrever algo tão necessário à formação das gerações do país.

Assim como A J Castilho, outros editores fizeram o mesmo, como Jacintho Ribeiro dos Santos em relação ao livro *Compêndio de História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral na edição de 1929. São 12 páginas contendo a “opinião da imprensa carioca sobre a primeira edição,” feitas pelos principais críticos dos jornais da cidade, como João Ribeiro, Rocha Pombo, Xavier Pinheiro também eles professores e autores de livros didáticos além de jornalistas nos principais jornais: *O Imparcial*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Folha*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, dentre outros.

As críticas a este livro em geral enalteciam “os bons serviços prestados” ao ensino do país pelos livros do referido autor, preenchendo muitas “lacunas” e “falhas” no ensino de uma disciplina “tão importante.”

Deste modo, cremos que seja possível pensar a imprensa como divulgadora e formadora de opinião favorável a determinados autores obras, além de ser o espaço onde se debatia e angariava apoio para a necessidade de investimento na “instrução do povo” e da produção de livros didáticos de “boa qualidade” e adequados à missão de instruir o país. Mais do que publicidade, tais resenhas demonstravam avaliação e aprovação do jornal aquela obra e sua recomendação ao professor/leitor/escola para que a escolhesse.

Entretanto, convém ponderar que tais recomendações não eram feitas para todos os livros editados e nem sobre todos os autores de obras didáticas. A imprensa foi um dos meios de divulgação das obras didáticas dando amplo espaço àqueles de certo modo vinculados a ela, seja como jornalistas ou colaboradores.

Além disso, parece-nos que progressivamente a imprensa assume o papel de “fiadora” da qualidade dos livros/autores didáticos, o que antes era ocupado basicamente pelo Colégio Pedro II e IHGB. Isto é sobretudo observado nas últimas edições das obras ou nas obras das primeiras décadas do século XX, em que a aparição e o número de resenhas é muito maior que inicialmente (segunda metade do XIX).

Além disso, os livros didáticos tiveram grande espaço nos jornais porque “dispunham de um mercado cada vez mais definido,” pois era uma especialidade tida como “a carne”, a sustentação do mercado. A propaganda e “publicidade” eram cruciais no negócio de livros, variando de anúncios pagos pelas editoras e publicados na imprensa aos folhetos e extratos divulgados nos versos dos próprios livros.

A partir de 1883, a realização de exposições pedagógicas constituiu mais um espaço de divulgação e ampliação da rede em torno da produção didática, além do fortalecimento de algumas casas comerciais, através das premiações de obras didáticas.

As exposições nacionais surgiram no bojo das Exposições Internacionais, por volta de 1862. Objetivavam em linhas gerais, a difusão das idéias de ciência e progresso, dentro das necessidades do capitalismo de criar “vitrines” de modernidade e da idéia de civilização. A premiação em uma exposição representava um certificado de qualidade para referendar as mercadorias expostas¹⁶⁸.

A relação ensino/ciência se fez presente também nos espaços dados nas exposições às questões pedagógicas, como aos “novos” métodos de ensino, desde carteiras e mobílias em geral, aos livros didáticos, que começavam a ser produzidos em massa pela indústria, “naturalizados” e incorporados aos espaços escolares.¹⁶⁹

¹⁶⁸ JÚNIOR, Moysés Kuhlmann. *As grandes festas didáticas: A educação brasileira e as exposições internacionais* (1862-1922). Bauru: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

¹⁶⁹ *Ibid*, p. 107.

As comissões organizadoras das exposições promoviam a produção de publicações, como catálogos, revistas, livros, edições comemorativas, que circulavam por todo o país, além de representarem “a nação” internacionalmente. Premiavam também as iniciativas individuais dos próprios autores como por exemplo, o Barão de Macaúbas, dono de escola e autor, que teve ao todo 400.000 volumes editados em cerca de 20 anos.¹⁷⁰

A obtenção de prêmios nas exposições também demarcava relações de poder e prestígio entre as próprias editoras, uma vez que as maiores editoras recebiam premiações superiores em relação às editoras de menor porte, em função de aspectos como qualidade gráfica, de acabamento e impressão.¹⁷¹

Além de divulgar obras didáticas, as exposições encomendavam e pagavam por algumas:

A obra que sob o título *Noções de Corografia do Brasil* se entrega à publicidade, pertence de direito à digna Comissão Superior da Exposição Nacional de 1870, que o encomendou e pagou; nela porém, deveu-se considerar muito empenho e o desempenho.¹⁷²

Além das exposições, existiam outros prêmios, como o Prêmio da Instrução Pública: “Obra didática premiada com o primeiro prêmio em concurso perante a Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital Federal e adotado para os estabelecimentos de ensino do mesmo Distrito.”¹⁷³

2.3 Livros didáticos: um produto de massas?

O que explica o investimento do estado, de autores, livreiros, editores, na publicação de edições de livros didáticos nacionais? Afinal, Como o livro didático virou “um produto de massas”, produzido em grande escala?

No período que vai de 1870 a 1924, muitas mudanças ocorreram no mercado de livros escolares, que passaram de objeto raro, caro e para poucos, a “livros para todos os gostos e bolsos”, “acessíveis ao público em geral”, vendidos “a preços módicos”,

¹⁷⁰ ALVES, Isaías. *Vida e obra do Barão de Macaúbas*. SP:Cia Editora Nacional, 1942.

¹⁷¹ BITTENCOUT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar*. 1993. Tese de doutorado em História, USP, p. 124.

¹⁷² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corografia do Brasil*. RJ: Garnier: 1875, p.3.

¹⁷³ POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. RJ: Benjamin de Águila Editor, 1925.

encontrados em vários lugares, com linguagem clara e palatável aos muitos gostos e “sentidos”.

Analisando os diferentes livros didáticos, notamos a ampliação de seus direcionamentos. Inicialmente, voltavam-se aos próprios professores e alunos da escola secundária, com destaque aos “alunos do Imperial Colégio Pedro II” e colégios militares. A partir da segunda metade do século XIX, outros públicos são considerados, como as escolas particulares, as públicas, as escolas normais, e principalmente, as classes primárias e elementares, acompanhando os investimentos no ensino primário e no ensino para adultos.

Observamos muitos autores que começaram escrevendo livros didáticos para a escola secundária, e que passaram a se dedicar também, posteriormente, à escrita de livros para as classes elementares. Nomes como João Ribeiro,¹⁷⁴ Joaquim Manuel de Macedo,¹⁷⁵ Rocha Pombo,¹⁷⁶ Afrânio Peixoto,¹⁷⁷ Sylvio Romero¹⁷⁸ e Mario da Veiga Cabral¹⁷⁹ foram alguns dos que escreveram “livrinhos” para as classes elementares.

Além da produção didática para as classes elementares, o mercado editorial também passou a investir com fôlego nas ditas “leituras populares,” com destaque às edições de cartilhas “a preços módicos,” como estas editadas pela Garnier, que já por volta de 1877, diversificava sua produção, para além de romances e obras de autores já consagradas:

Método fácil para aprender a ler em 15 lições. 1\$000. (...) Este livrinho, de um preço tão comum que pode utilizar a classe mais desfavorecida.(...)

Biblioteca Popular ou a Instrução ao alcance de todas as classes e de todas as inteligências, por uma sociedade de homens de letras.

Enciclopédia do Povo e das escolas, 6\$000.¹⁸⁰

Ao longo do período analisado é possível acompanhar muitas mudanças na produção do livro didático tanto nos aspectos gráficos e técnicos, tais como formato,

¹⁷⁴ RIBEIRO, J. *Rudimentos de História do Brasil*. (Curso Primário). RJ: Livraria Francisco Alves, 1924

¹⁷⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. Obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. RJ: Garnier, 1877.

¹⁷⁶ POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. Narração dos fatos da História do Brasil. Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas. SP: Cia Melhoramentos, 1917.

¹⁷⁷ PEIXOTO, Afrânio (1876-1947). *Minha terra e minha gente*. RJ: Francisco Alves, 1918.

¹⁷⁸ ROMERO, Sylvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. RJ: Francisco Alves, 1890.

¹⁷⁹ CABRAL, Mario da Veiga. *Pequena História do Brasil*. 1ª Ed. RJ: J Ribeiro dos Santos, 1923.

¹⁸⁰ *Catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877*. RJ: Ganier, 1877.

linguagem, o que se refletiu no barateamento da produção, na diminuição dos preços, no aumento no número de tiragens e de vendas. A presença de ilustrações nos livros didáticos também se tornou freqüente, apesar das resistências de alguns editores, devido aos custos que o uso de ilustrações acarretaria.

A preocupação em incrementar as vendas indica crescente ampliação e diversificação do público leitor e da concorrência:

O livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. Este poder de penetração explica, em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram-se de literatura escolar para divulgar seu trabalho.¹⁸¹

Inúmeros aspectos contribuíram para a ampliação e diversificação do público leitor de livros didáticos. Muitos dos quais já foram pontuados e analisados na presente pesquisa. Neste sentido, convém atentar para aspectos como preço e tiragens dos livros, o que nos ajuda a dimensionar as possibilidades de difusão dos mesmos.

Segundo Circe Bittencourt, os livros (romances, contos, etc) publicados no Brasil possuíam tiragem média de mil exemplares. Entretanto, os livros didáticos tinham tiragens maiores, e muitas reedições: “Os manuais destinados às escolas primárias, em suas primeiras edições variavam entre 2.000 a 4.000 exemplares e os de maior receptividade conseguiram constantes reedições, às vezes anuais, que chegavam a 6.000 exemplares.”¹⁸²

O livro de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil, para uso das escolas*, por exemplo, teve as suas duas primeiras edições pela Casa de Domingos José Gomes Brandão com cerca de 6.000 exemplares cada, sem contar as edições posteriores feitas pela editora Garnier.¹⁸³

Localizei na pesquisa muitos livros didáticos com até 10.000 tiragens por edição, com muitas reedições durante anos e utilizados por várias gerações:

¹⁸¹ BITTENCOURT, Circe. Op, cit, 1993.p. 106

¹⁸² BITTENCOURT, op. cit., p. 108.

¹⁸³ Ibidem.

Esta segunda edição da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas, o autor a publica debaixo da mais grata satisfação que lhe causou a notícia de haver a sua obrinha merecido a insigne honra de ser aprovada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Foi também animado a empreendê-la pelo lisonjeiro acolhimento que ela obteve junto dos Srs Professores e Diretores de Colégios, a quem se deve o grande resultado de se ter em poucos anos esgotado a primeira edição, que foi de **dez mil exemplares**.¹⁸⁴

Já o *Compêndio de história do Brasil* de Mário da Veiga Cabral chegava a sua 6ª edição em 1929 com uma marca de 60.000 exemplares e uma média de 10.000 exemplares por tiragem desde sua primeira edição em 1920. Ainda em relação às obras deste autor, em 1924 algumas reedições de seus livros alcançavam marcas de 100.000 tiragens. Este foi o caso do *Compêndio de Corografia do Brasil*, que alcançava com a sétima edição em 1924, o 100º milheiro. Os seus outros livros didáticos também vendiam bem: a 3ª edição do *Compêndio de história do Brasil* ilustrada com 128 gravuras, atingia o 30º milheiro; *Nossa Pátria*, em sua 2ª edição, o 10º milheiro; e a *Pequena história do Brasil*, o 5º milheiro. Todos publicados pela livraria de Jacintho Ribeiro dos Santos Editor até 1924:

Obras do mesmo autor:

História do Brasil, 17ª edição com mais de 180 gravuras, 170º milheiro.
Nossa Pátria, 14ª edição, 140º milheiro, oficialmente adotada no DF, ES, RJ, SP, BA, CE, PE.
Primeiro livro de leitura, um volume ilustrado, 23ª edição, 230º milheiro.
Segundo livro de leitura, 16ª edição, 160º milheiro- esgotado
Terceiro livro de leitura, 16ª edição, 160º milheiro- esgotado
Quarto livro de leitura, 5ª edição, 50º milheiro.¹⁸⁵

Acompanhando as reedições de livros didáticos, observa-se que os intervalos entre uma edição e outra eram pequenos, o tempo de esgotar a edição anterior, em torno de um ano. Em termos de exemplificação, o livro *Pequena história do Brasil* teve da primeira edição, em 1923, a última, em 1951, 19 edições.

Além do elevado número de tiragens dos livros didáticos, havia uma atenção especial ao tamanho e preços neste tipo de livro. Sobretudo com a ampliação da rede escolar elementar e formal, os livros didáticos e cartilhas para o “povo” eram anunciados “a preços módicos,” com a preocupação de torná-los acessíveis a todos os bolsos e classes.

¹⁸⁴ Nota à segunda edição em 1880, da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas para uso da infância brasileira, de Joaquim Maria de Lacerda. Grifos meus.

¹⁸⁵ CABRAL, Mario da Veiga. *Pequena História do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1924.

Todavia, quem investia nos “livros para o povo”? Por quê? O que tornaria um livro “acessível a todos os bolsos”?

Por volta da década de 1870, a Livraria Popular, de Antonio Augusto da Cruz Coutinho anunciava livros vendidos entre 1\$000 e 3\$000.¹⁸⁶ Já a Livraria J G de Azevedo anunciava os seus livros à venda na Rua Uruguaiana, “a preços baratíssimos”: *Pontos de aritmética* segundo o programa dos exames gerais na Instrução Pública, por R T M, 1\$000; *Aritmética elementar* para o primeiro ano, 1\$000; *Geometria elementar*, 1\$000.¹⁸⁷

Em finais do século XIX, tínhamos os seguintes preços em algumas livrarias: A livraria Garnier anunciava as “obras que se acham à venda na mesma livraria,”¹⁸⁸ com destaque para *Episódios de história pátria*, contados à infância, do Cônego Dr J C Fernandes Pinheiro, 2\$000; *História do Brasil*, contada aos meninos por Estácio de Sá e Menezes, 2\$500; *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, 5\$000.

Já em finais do século XIX, o extrato do catálogo da Livraria do Povo, de Quaresma e C, trazia suas “mais recentes edições”: *O Orador do povo*, do Dr Aníbal Demóstenes, custava 3\$000; a *Vida de São Francisco de Paula*, 2\$000; *Lyra Popular*, 3\$000; *Lições de história geral*, de Aníbal Mascarenhas, 3\$000; *Contos da Carochinha*, livro para as crianças, 3\$000; *Leituras populares*, \$250.¹⁸⁹ Além de muitos “livros baratíssimos,” abaixo de 1\$000: *Escrava convertida*, \$300; *Súplica de uma mãe*, \$500; *Um drama da escravatura ou as peripécias tristes*, acontecidas em uma fazenda, \$300, dentre outros.¹⁹⁰

Os preços dos livros neste período pareciam variar de editora para editora, em função do tipo de livro e do público ao qual se destinavam. De fato os livros didáticos e populares eram mais acessíveis que outros produtos na época. Uma comparação entre os preços de alguns produtos anunciados com preços populares em finais do século XIX, ajuda a compreender os valores fixados para os livros didáticos: 12 retratos custavam 5\$000; 1

¹⁸⁶ EL FAR, Alessandra. Op. cit., p. 79.

¹⁸⁷ Extrato do Catálogo da Livraria J G de Azevedo- Editor. IN: PINTO, Alfredo Moreira. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Livraria J G de Azevedo-editor, 1876.

¹⁸⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de história do Brasil* para uso das escolas de instrução primária. RJ: Garnier, 1875.

¹⁸⁹ Extrato do Catálogo da Livraria do Povo. IN: SILVA, Dr José Maria Velho. *Homens e fatos da história pátria*. Biblioteca da livraria do povo. RJ: Livraria do Povo, Quaresma e C- Livreiros-editores, Rua São José, 1895.

¹⁹⁰ “Livros baratíssimos”. *Gazeta de Notícias*, 16/08/1886. Apud: EL FAR, Alessandra. Op.cit, 2004, p. 80.

jantar barato no Largo da Carioca, 1\$000; e chapéus na Rua Uruguaiana, oscilavam entre 3\$000 a 16\$000.¹⁹¹ Em relação a outros impressos, muitos dos ditos “livros populares” custavam o mesmo que alguns jornais diários, como o *Jornal do Comércio*, vendido a \$300 o exemplar avulso, ou “ao preço de uma limonada”.¹⁹²

Analisando o custo de vida no Rio de Janeiro em finais do século XIX temos que um professor primário recebia em torno de 150\$000 de salário; um servente, 60\$000; um médico, por volta de 300\$000¹⁹³. Com isto, comprar livros didáticos não era uma realidade incompatível com os distintos salários da época, tendo em vista que existiam livros que custavam menos que 1\$000, valor 60 vezes menor do que o salário médio de um servente, por exemplo.

Já em relação às primeiras décadas do século XX, os preços dos livros aumentaram, mas também aumentaram os valores dos salários. O extrato do catálogo da Livraria Francisco Alves trazia os preços de alguns dos livros didáticos: o livro de composição de Olavo Bilac e Manuel Bomfim custava 4\$000; o Exame de Admissão para os ginásios. Prontuário das matérias exigidas para o exame de admissão no colégio Pedro II, por João Ribeiro e Raja Gabaglia, 3\$000; Provérbios populares, por D Alexina de Magalhães, 2\$000; Cantigas das crianças e do povo (edição ilustrada e com as músicas), por D Alexina de Magalhães e Pinto, 4\$000.¹⁹⁴

Já a Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos anunciava em 1920 os seus livros escolares¹⁹⁵: *A História do Brasil* de Osório Duque-Estrada, custava 5\$000; *Corografia do Brasil*, de Mario Veiga Cabral, 6\$000; *Nossa pátria*, livro de Mario da Veiga Cabral para os colégios primários, 3\$000; *Pequeno Atlas do Brasil*, 3\$000. Por sua vez, os salários eram os seguintes: 333\$333 para o professor primário; 150\$000 para o servente e 600\$000 para o médico.¹⁹⁶

Outro fator que contribuiu para a ampliação do público leitor de livros didáticos foram as mudanças nos aspectos gráficos e técnicas. Os tamanhos dos livros didáticos

¹⁹¹ Fonte: Gazeta de Notícias, 12/01/1880, apud: EL FAR, Alessandra. Op. cit, 2004, p. 81.

¹⁹² João do Rio. “Autores e editores. As edições populares.” *O Dia*, 2/07/1901.

¹⁹³ DAMAZIO, Silvia. Op.cit., p. 48.

¹⁹⁴ Publicado no verso de: LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1919.

¹⁹⁵ CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de história do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

¹⁹⁶ Fonte: Rio de Janeiro. Intendência Municipal e Boletins, 1884-1910. Apud: DAMAZIO, Silvia. Op.cit

deveriam torná-los “manuais,” no sentido de uma leitura mais amena e também de fácil transporte pelo leitor.

Atentos à necessidade de ler em diferentes lugares, facilitar o manuseio dos livros e diminuir os custos, os editores cuidavam de produzir livros em formatos menores, “in-4°” e “in-8°”, encadernados ou em brochuras.

Lições de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo. Professor de História Pátria do Imperial Colégio de Pedro II. Obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública. 1 volume, in-4°, 3\$000.

Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II, 2 volumes, in-4°, 8\$000. O tomo II vende-se separadamente.

Noções de corografia do Brasil. 2 volumes, in-8°, brochura, 6\$000.

Resumo de História do Brasil, de Bellegarde (H Luiz de Niemeyer), 4ª edição correta e aumentada, 2\$000.

Episódios da História Pátria. Contados à infância, por Fernandes Pinheiro(Cônego Dr J C), professor do Imperial Colégio de Pedro II, secretário do IHGB, etc, etc. 8ª edição melhorada, 1 volume, in 8°, 2\$000.¹⁹⁷

O formato in-4° era equivalente a uma folha tamanho ofício dobrada duas vezes, compondo um caderno menor, de oito páginas, já o in-8° era ainda menor, compondo um caderno de 16 páginas, a partir de três dobras de uma mesma folha.¹⁹⁸ Tais livros, em pequeno formato, barato e de fácil leitura, circulavam pela cidade, seja pelas livrarias, ou até mesmo, nas vendas promovidas pelos mercadores ambulantes.¹⁹⁹

Pelas evidências reunidas, notamos que os preços variavam entre 2\$000 a 8\$000, sendo decisivo no preço do livro o público a que se destinava, bem como a qualidade do material utilizado, formato e recursos gráficos (papel, tamanho, número de edição, uso de imagens, gravuras, fotografias,etc).

Acompanhando o Almanak Laemmert, notamos a existência de litografias e estamparias na cidade:“Laemmert & C(...). Com litografia a vapor artística e comercial, fornecem todos os trabalhos litográficos com a maior brevidade e perfeição, e sendo feitos

¹⁹⁷ Catálogo da Livraria Garnier, 1877.

¹⁹⁸ EL FAR, op. cit., 2006, p. 32.

¹⁹⁹ RIO, João do. “Mercadores de livros e a leitura das ruas”. *A alma encantadora das ruas*. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1987. Ver também: “Autores e editores. As edições populares”. *O Dia*, 2 de julho de 1901.

os mapas por meio de processos fotográficos, a preços muito cômodos.”²⁰⁰ Não é de se estranhar, com isto, o crescente uso de fotografias e gravuras em livros didáticos.

Se inicialmente, havia a necessidade de limitar o uso de “ilustrações” em um livro didático, para torná-lo mais “acessível” e barato, notamos que em inícios do século XX, este quadro muda, pois havia abundante uso de imagens, gravuras e fotografias. Isto se deve ao barateamento no processo de produção, e ao uso de novas técnicas de impressão. Com isto, muitos livros que não dispunham de ilustrações nas primeiras edições, passam a dispor deste recurso em edições posteriores, como apreendemos no livro *Pequena História do Brasil*, do Dr Joaquim Maria de Lacerda, que não apresentava ilustrações na segunda edição em 1880, o que muda na edição de 1898, publicada “com muitas gravuras e retratos de homens notáveis.”²⁰¹

Neste sentido, notamos o uso maior quadros e pinturas históricas nos livros didáticos de história e fotografias em preto e branco. Tal investimento demonstra uma preocupação em dar “ares” de atualidade e qualidade a este tipo de livro, além de facilitar a leitura e compreensão do que estava sendo transmitido, por meio da supressão de parte dos textos ou da redução do tamanho de outros.

Além disto, o acréscimo de imagens vem de encontro à idéia de ampliação de leitores, pois as imagens eram mais um atrativo, além de terem um “caráter facilitador” e “explicativo”. O uso de imagens foi mais abundante nos livros voltados à instrução das crianças e às classes primárias, mas muitos livros para as classes secundárias passaram a dispor deste recurso também .²⁰²

Temos com isto que a produção de livros didáticos não foi estanque ou linear. Gradativamente a produção didática vai se ampliando para além da escola secundária regular. Os manuais tornam-se menos densos, com o uso de ilustrações, para um público de massas, sendo importantes neste processo, as reformas na instrução, bem como expansão da rede de ensino formal, acompanhada pelas mudanças e transformações do mercado de livros a partir da segunda metade do século XIX.

²⁰⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p. 1384.

²⁰¹ BLAKE, Sacramento. Op.cit, p.193-195.

²⁰² POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. Melhoramentos, SP, 1917

Até meados do século XIX a elaboração de livros didáticos era bastante relacionada a instituições como IHGB e Colégio Pedro II, na intenção de produzir manuais para o ensino da história do Brasil que substituíssem as traduções de manuais didáticos de história do Brasil feitos por autores estrangeiros e, muitas vezes, impressos em tipografias estrangeiras.²⁰³ Até este momento predominavam os livros escritos por professores do Colégio Pedro II, ligados ao IHGB, ainda voltados a público mais restrito, tais como professorado, alunos da instrução secundária, com ênfase aos próprios alunos do Colégio Pedro II e um público geral, adulto, interessado em conhecer a história pátria. Neste sentido, temos alguns livros publicados por editoras como Laemmert e Garnier, bastante ligadas ao poder institucional.

Com isto, temos a compreensão de que o livro didático não “nasceu” massificado. A preocupação inicial era com um público específico, que já dominava as primeiras letras. Daí a densidade e volume das obras. Todavia, com a expansão da rede escolar, a produção didática amplia-se além do Colégio Pedro II e além das editoras “consagradas” que só publicavam os “grandes nomes”. O público se diversifica, assim como há um aumento na ofertas de livros e maior número de envolvidos na produção didática. Temos uma crescente ampliação no mercado livreiro, com a presença de fabricantes de papel, mercadores ambulantes de livros, tipógrafos, livreiros, encadernadores, oficinas de litografia e estampas, dentre outros.

As palavras de alguns autores nas apresentações de seus livros são pistas daqueles a quem se destinavam: “para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo”.²⁰⁴ Nas considerações dos autores sobre o tipo de História a ser contada podemos buscar também indicações sobre quem eram seus leitores: “o comum dos homens, para os quais não se destinam a cultores extremados da evolução do país, não é necessário o relato minucioso dos fatos de sua história”. O livro didático voltado para adultos não escolarizados, deveria apenas dar-lhes “uma noção dos principais acontecimentos, fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles se figuram”.²⁰⁵

²⁰³ Este foi o caso do primeiro livro didático utilizado no ensino do colégio Pedro II recém inaugurado. BELLEGARDE, H L de Niemeyer. *Resumo da História do Brasil até 1828*. Traduzido de Ferdinand Denis. RJ: Typographia de Gueffier E C. 1832.

²⁰⁴ POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. SP: Melhoramentos, 1917.

²⁰⁵ COUTO, Pedro. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

No que se refere ao “público alvo,” no período entre 1870-1924, os direcionamentos dos livros didáticos ampliam-se da escola secundária modelo para meninos para outros públicos. Assim, temos livros didáticos feitos para diferentes públicos (professores, alunos, “povo”) e níveis de instrução: elementar, secundária e superior (preparatórios para exames para as escolas superiores), adaptando-se os temas e questões e o tratamento dado a eles de acordo com graus de aprofundamento diferenciados, linguagens, e mesmo metodologias diferenciadas.

O livro escrito para as moças da Escola Normal demonstra que este público necessitaria nas concepções daquele período, de noções essenciais para a instrução das crianças, sem necessidade de um aprofundamento maior das questões, utilizando-se outros compêndios, sendo algo não “muito elaborado”, dispensado pesquisa elaborada. O que é diferente da composição de livros para outros públicos, que necessitariam de mais atenção à pesquisa documental.

Já os livros para o público infantil e “popular” evidenciaram inúmeras especificidades, como formato e tamanho reduzidos, uso de imagens, linguagem mais simples. É interessante observar que os livros escritos para “os homens simples do povo” eram os mesmos dedicados às crianças, indicando que os métodos e linguagens utilizados para ambos podiam ser os mesmos ou semelhantes apesar de estes dois públicos serem distintos em experiências e necessidades.

A preocupação em baratear cada vez mais o custo da produção deva-se para que se pudessem diminuir os preços para o comprador, aumentando o número de tiragens, acrescentando-se imagens, direcionando a linguagem ao público. Assim como os jornais tinham grande capacidade de penetração nas “camadas não letradas da população,”²⁰⁶ os livros didáticos voltavam-se cada vez mais a população semi-letrada e pouco instruída, chegando em alguns casos a ter o mesmo preço de exemplares de jornais, com tiragens muito maior que estes. A *Revista Ilustrada*, por exemplo, tinha uma tiragem de 4 mil exemplares,²⁰⁷ enquanto muitas edições de livros didáticos chegavam a 10.000 exemplares.

Deste modo, ter livros didáticos que chegavam a estes números em reedições, ajuda a entender os 61% de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro em princípios da

²⁰⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op.cit, p.80.

²⁰⁷ Ibidem, p.80.

década de 1920. Com isto, temos que muitos viam no comércio de livros didáticos mais que um lucrativo negócio, envolvendo sujeitos e interesses distintos.

Se para alguns autores escrever livros didáticos trazia ganhos financeiros e mais segurança que outros gêneros, para os editores, investir em “livros populares”, “baratíssimos”, “ao alcance de todos os bolsos”, objetivava não somente atingir diferentes públicos consumidores, mas atingir e formar “novos” leitores.

Para os “negociantes dos livros”, apostar na “educação do povo,” oferecendo livros acessíveis não somente em preços, mas em locais de compra, em divulgação, em métodos de exposição, em linguagem, etc, era investir na própria sobrevivência, uma vez que sem leitores não seria possível vender livros e continuar publicando. Entre 1870-1924 a partir de uma complexa e interdependente rede de comunicação social, num movimento de lutas e embates entre os vários sujeitos envolvidos, os editores se destacaram como os articuladores em torno da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro. Tais articulações não se limitaram aos “homens das letras,” fazendo parte dela, comerciantes, tipógrafos, autores, professores, alunos, dentre outros.

Em suma, a afirmação de que o livro didático transformou-se em “produto de massas” ancora-se na observação de vários fatores: o crescimento no número de tiragens dos livros, que em relação a livros de outros gêneros era maior, as reedições freqüentes, além do barateamento dos preços dos livros didáticos e diversificação do público-alvo.

Capítulo III: Ensino de história e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências

3.1-Reformas, programas de ensino e livros didáticos de história do Brasil

Muitos estudos têm sugerido mudanças no ensino de história, pontuando as relações com programas de ensino, disciplinas a serem ministradas, exames de admissão e formação profissional.²⁰⁸ O Colégio Pedro II destacou-se no início da institucionalização do ensino de história como referência, uma vez que os programas de ensino elaborados especialmente para ele se estendiam à escola secundária brasileira em muitos aspectos, tendo em vista que este colégio era o responsável pelos exames de admissão para as escolas superiores.²⁰⁹

Além de pontuar os conteúdos os programas indicavam também os livros didáticos que seriam adotados no Colégio Pedro II, e em alguns momentos, o número de lições e as séries atendidas. É interessante pensar com isto que tais indicações serviam de parâmetro para as demais escolas, indicando a possibilidade destes livros serem utilizados pela rede escolar em expansão no Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX.

Neste sentido, observam-se articulações entre reformas de ensino, novos programas e indicações de livros didáticos de história, no que tange às adaptações destes às exigências e recomendações dos novos programas.

²⁰⁸ ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiróz. *Colégio Pedro II: Um lugar de memória*. RJ: 1999. Tese de Doutorado em História/ UFRJ. Ver também: MOACYR, Primitivo. *A instrução Pública e as Províncias (1834-1889). Volumes I III*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939-1940. E do mesmo autor: *A Instrução Pública e o Império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936

²⁰⁹ O Colégio Pedro II foi até a República o único e principal responsável pelos exames de nível secundário para o nível superior na Corte, o que reforça a compreensão do papel atribuído aos livros adotados e feitos a partir deste colégio.

Nos anos iniciais do Colégio Pedro II, a cadeira *História Geral* aglutinava também o ensino de “História Pátria,” bem como, *Geografia e Cronologia*. Esta disciplina era oferecida apenas para algumas séries e segundo o programa até então, e o professor de História lecionava também geografia.

Contudo, apesar de toda a “pompa” do referido colégio, este também nos seus anos iniciais enfrentava dificuldades, sobretudo pela “falta de compêndios e livros apropriados para o estudo das diversas matérias.”²¹⁰ “As aulas abriram-se no dia 2 de maio, notando-se irregularidades, que foram pela maior parte devida à falta de compêndios e livros apropriados para os estudos das diversas matérias.”²¹¹

Por sua vez, os programas do Colégio Pedro II costumavam indicar os livros didáticos a serem utilizados nas aulas. Os programas de ensino eram elaborados algumas vezes com a participação de professores do colégio, conforme pudemos notar nos programas de ensino de história para o ano de 1915, de autoria de João Ribeiro e Escragnole Dória.²¹²

Em suma, os programas de ensino de História preparados para o Colégio Pedro II inicialmente serviriam de modelo e inspiração para os outros colégios de nível secundário. Os programas em muita medida articulariam a instrução secundária ao ensino superior, preparando os alunos em nível nacional e homogêneo para os exames preparatórios diversos.

Com relação aos programas dos colégios particulares havia uma preocupação com as disciplinas obrigatórias seguindo as diretrizes da Instrução Pública, como o ensino de línguas, a história pátria, matemática, bem como o acréscimo de disciplinas a critério do colégio e das demandas: bordado para as meninas e mecânica para os meninos, por exemplo. Os programas dos colégios particulares de um modo geral indicavam disciplinas como: Língua nacional; Caligrafia; Aritmética; Doutrina Cristã; Princípios da civilidade;

²¹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pelo Rio de Janeiro*. RJ: Garnier, 1861.

²¹¹ *Ibidem*, p. 160.

²¹² Cf. VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl M (Orgs). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. 1850-1951*. Curitiba: Ed do Autor, 1998. (Os autores elaboraram uma coletânea com alguns dos programas feitos para o colégio Pedro II e utilizados por grande parte das escolas nacionais, daí o título).

Geografia; História universal, *com especialidade a do Brasil*; Língua Francesa ;Inglesa; Trabalhos com agulha.²¹³

Notamos um programa comum às meninas e meninos em matérias como História, Cosmografia, etc. Os programas dos colégios para meninas apenas diferenciavam-se no acréscimo de matérias como bordado, crochê:

Colégio Nacional-D. Polucena Maria da Conceição Cruz, leciona além das matérias marcadas pela lei, todas as mais prendas que aperfeiçoa a educação de uma menina, recebe pensionistas e meias pensionistas .²¹⁴

Além destes aspectos, é possível verificar em relação à atuação da Inspetoria de Instrução da Corte e da Diretoria de Impressões Autorizadas uma atenção aos materiais de ensino, o que já foi analisado nos capítulos anteriores. Isso inclui a produção e publicação de livros didáticos como uma preocupação constante, daí incentivos para a escrita e edição de livros didáticos e materiais impressos a serem utilizados em sala de aula. Muitos se aventuraram na escrita dos manuais que suprissem as necessidades de um ensino recém institucionalizado.²¹⁵

Até 1931, os programas do ensino secundário eram formulados pelos professores catedráticos e aprovados pelas congregações do Colégio Pedro II e dos estabelecimentos de ensino secundário oficialmente mantido pelos Estados quando esses tinham obtido a equiparação àquele.²¹⁶

Já em relação aos livros didáticos, estes condensavam muitos pontos dos programas, conforme apreendemos em alguns livros, como *Pontos de histórias do Brasil*, organizado segundo o *novíssimo programa dos exames gerais da Instrução Pública*,²¹⁷ ou ainda o livro de Raul Vila-Lobos para o ano de 1889, “Pontos da história do Brasil, coordenadas e redigidos de conformidade com *programa geral de preparatórios*”,²¹⁸ ou àqueles “de

²¹³ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872. RJ: Laemmert,1872, p.444 (grifos meus)

²¹⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872. RJ: Laemmert, 1872 p. 445.

²¹⁵ A Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte responsabilizava-se pelo controle dos materiais impressos a serem utilizados no ensino.

²¹⁶ HOLLANDA, Guy de. “Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro” - (1931-1956). Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1957, p.11-12.

²¹⁷ PINTO, Alfredo Moreira (1848-1903). *Pontos de histórias do Brasil*. RJ: J G de Azevedo Editor, 1876. Grifos meus.

²¹⁸ VILA-LOBOS, Raul.(1862-1899). *Pontos de história do Brasil*. 2ª Edição.RJ: Laemmert & C, 1889.

acordo com o programa das escolas públicas do Distrito Federal,”²¹⁹ além dos *Pontos de história do Brasil* de Pedro Couto²²⁰ e de Sá Benevides.²²¹

Os programas eram compostos por pontos que deveriam orientar o ensino de história, sobretudo em função dos exames, que tinham um caráter nacional: “(...) com o fim satisfazer ao primeiro *ponto do programa para os exames de preparatórios* em 1885, extractamos da tese do nosso ilustrado e distinto amigo Dr João Maria da Gama Berquá o seguinte capítulo(...)”.²²²

Através das análises dos exames preparatórios de História, foi possível apreender que os alunos que faziam os exames eram em sua maioria meninos, com idade entre 13 e 21 anos, oriundos de diferentes Estados, como Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, etc, e de diferentes colégios, com destaque para os de origem de colégios particulares como Jasper, Abílio, Vitória, etc. Entretanto, a articulação programa/livro didático não ocorreu apenas no sentido de preparar para os exames de admissão para o ensino superior. Os livros voltados às classes elementares e primárias também deveriam seguir os programas, conforme apurado nos próprios livros com este fim: “Homens e fatos da história pátria, estudos biográficos segundo *a ordem estabelecida no programa das escolas primárias*.”²²³

Uma prática freqüente entre as editoras era adaptar os livros didáticos às novas demandas do momento. Por meio de reedições de obras consagradas pelo público em pelas vendas, acrescentavam ilustrações, ou traziam as mesmas gravuras das edições anteriores, mas coloridas, além de “aumentar o conteúdo” do livro, acrescentando, muitas vezes, “fatos recentes” da história.

²¹⁹ CABRAL, Mário da Veiga (1894-1973). *Lições de história geral*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

²²⁰ COUTO, Pedro. *Pontos de História do Brasil*. 2ª Edição. RJ: Jacinto Ribeiro Editor, 1920.

²²¹ BENEVIDES, S. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1912.

²²² PINTO, Alfredo Moreira. *Epítome da História do Brasil*. Seguido de um pequeno dicionário biográfico. Destinado às aulas como livro de leitura. (Autor do dicionário geográfico do Brasil e professor de História e Geografia na Escola Militar da Corte). RJ: Livraria Nicolau Alves. Sucessores Alves & Cia, Editores Proprietários. 46 e 48, Rua Gonçalves Dias, 1884. Grifos meus

²²³ SILVA, José Maria Velho da (1811-1901). *Homens e fatos da história pátria*, estudos biográficos segundo a ordem estabelecida no programa das escolas primárias. RJ: Livraria do Povo, 1895. Grifos meus.

O editor, um articulador no processo de elaboração dos livros didáticos, se incumbia da tarefa de pedir alterações ao autor ou a colaboradores para ampliar ou melhorar uma nova edição de um livro, como fazia Jacintho Ribeiro dos Santos com seus autores:

Advertência :

Tendo o atual programa das escolas públicas municipais -dado à publicidade no dia 20 do corrente mês- acrescentando à cadeira de História do Brasil noções de história geral, pediu-me naquele mesmo dia, o editor Jacintho Ribeiro dos Santos um livro que atendesse este plano. Escrevi, pois, o presente livrinho de rigoroso acordo com o atual programa, que não contém mais que 12 lições.²²⁴

A *Pequena história do Brasil*²²⁵ de Mário da Veiga Cabral é outro caso típico da prática de “corrigir e aumentar” livros didáticos em conformidade com os programas de ensino. Publicada inicialmente em agosto de 1923, teve pelo que pude acompanhar, mais 19 edições, chegando em 1951 à 19ª. Enquanto o conteúdo programático da 2ª edição desta obra chega ao governo de Arthur Bernardes, a 19ª edição leva o conteúdo programático até o governo Vargas de 1951, mesmo ano em que a nova reedição foi lançada. Em relação aos aspectos gráficos, algumas mudanças. As mesmas gravuras são mantidas em relação às primeiras edições, e que a propósito, são as mesmas do *Compêndio de História do Brasil*, do mesmo autor, destinado ao ensino secundário. Contudo, há acréscimos na edição de 1951, que traz uma bonita pintura em papel especial, do quadro a Segunda Missa no Brasil, de Victor Meirelles, o que não consta na edição de 1924. A capa desta edição é colorida, traz uma caravela portuguesa, ao contrário da edição de 1924, que traz apenas uma capa dura.

Houve no período analisado alterações nos aspectos gráficos e editoriais dos livros, com muitos acréscimos de comentários de terceiros, tais como resenhas, recomendações, premiações da obra, dentre outros, sem que isto alterasse a estrutura e apresentação dos conteúdos. Os “acréscimos” muitas vezes não alteravam o conteúdo, metodologias e abordagens empregadas nos livros reeditados.

²²⁴ CABRAL, Mário da Veiga. *História Geral* (De acordo com o programa das escolas públicas do Distrito Federal). 1ª Edição: RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918. Grifos meus.

²²⁵ CABRAL, Mário da Veiga. *Pequena história do Brasil*. Para uso das escolas primárias. 2ª Edição. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, Rua São José, 1924.

_____. *Pequena história do Brasil*. Para uso das escolas primárias. (Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde, sob Registro nº 985 e oficialmente adotado nas escolas públicas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte) 19ª Edição. RJ: Editora A Noite, 1951.

Em relação aos programas de ensino e livros didáticos, muitos livros seguiam os pontos dos programas, respeitando “a ordem cronológica e temática” mesmo com as sucessivas reedições dos livros, “aumentadas e corrigidas”, mas mantendo a mesma estrutura das primeiras edições.

Entretanto, tais “permanências” não se manifestavam na apresentação visual do livro didático, que mudava tanto nas reedições, como nos novos títulos.

Observam-se também mudanças nas próprias editoras dos livros. A compra de uma editora pela outra foi uma prática presente ao evidenciar esta mudança. Este aspecto contribui para compreender também os movimentos de um mercado em constantes transformações e mudanças, motivados não somente pelas reformas e programas de ensino, mas em grande medida, pelas interfaces com o mercado editorial.

3.2- Livros didáticos: concepções de história e ensino

Na atualidade, muitas são as pesquisas e grupos de estudos que se propõem a investigar “a questão livro didático.”²²⁶ Este é entendido por alguns como uma mercadoria produzida por uma indústria cultural, com as seguintes características: massificação, produção em grandes quantidades, padronização, além de seu caráter ideológico dentro da lógica capitalista, sendo um produto “perecível e altamente descartável”.²²⁷

Contudo, através da aproximação e leitura das principais fontes deste trabalho, os livros, a questão que eles sinalizaram de imediato foi a diferença entre definição que eu utilizava, “livro didático,” para os sentidos e significados indicados pelos materiais analisados. Além de distintas da definição que hoje temos, foram muitos os termos encontrados nos livros e autores aqui pesquisados. Deste modo, listei as principais

²²⁶ Neste sentido, cito os trabalhos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); o catálogo analítico da Universidade de Campinas: *Que sabemos sobre o livro didático?*; além dos os grupos e linhas de pesquisa da USP, PUC, UFMG, entre outras. Há também o banco de dados da Coleção *Emmuelle*, disponível na Internet, sob a direção de Alain Choppin, na França, apenas para citar alguns.

²²⁷ GATTI JR, Décio. *A escrita escolar da História do Brasil*. Livro didático e ensino de história no Brasil (1870-1990). Bauru, SP: EdUSC; Uberlândia, MG: EdUFU, 2004. Ver também: FREITAG, Barbosa e outros. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez Editora, 1989; SOARES, Magda B. “Um olhar sobre o livro didático”. *Presença Pedagógica*, BH, v.2, n° 12, p.54-63, 1996.

definições utilizadas pelos diferentes livros, a fim de observar não só o que muda entre um e outro, mas para pensar a partir de que momento começa a aparecer a definição “livro didático”. Ou seja, quando e porquê o uso do livro passa a ser associado ao ensino de história ou para perceber se os diferentes nomes indicam usos e apropriações diversas para os materiais didáticos e escolares do passado, atentando para quais deslocamentos há nesta história.

Fazendo um balanço das publicações didáticas de história do Brasil no período do presente estudo, constata-se uma multiplicidade de títulos, com distintas abordagens, linguagens, formatos e direcionamentos.

Inicialmente, até por volta de 1870, predominavam os *Compêndios de História do Brasil*. Estes eram mais volumosos, densos, grossos, em mais de um volume às vezes, voltados para um público mais restrito e específico muitas vezes identificado nos seus subtítulos como os alunos das escolas secundárias, o professorado, dentre outros. Uma característica deste tipo de livro era compilar obras de outros autores, estudos, pesquisas, com a inclusão de mapas, longas exposições, etc. Todavia, para alguns editores estas características eram um problema para a difusão dos livros para outros leitores e públicos consumidores. Além disso, havia uma necessidade de tornar os densos e volumosos manuais em uma leitura palatável e adaptada a usos mais “didáticos”.

Já os livros intitulados *Lições de História do Brasil* eram mais sistematizados que os compêndios, voltavam-se para o estudo na sala de aula, pensando o livro como um mediador na relação professor/aluno. O livro “didático” deveria auxiliar o professor na organização dos conteúdos ministrados em sala de aula, além de “facilitar” o manuseio do aluno. Daí a divisão dos livros não mais em longos e por vezes cansativos capítulos, mas em “lições,” “aulas,” com propostas de atividades, exercícios de fixação, etc.

Além das diversas *Lições de História do Brasil* publicadas, como pode ser verificado na relação de títulos analisados ao final do trabalho, existiam também *Epítomes de História do Brasil*, *Pontos de história do Brasil*, *Resumos de História do Brasil*, *Breves lições de História do Brasil*. Tais livros eram “didáticos” porque além de servirem ao uso nas escolas, respeitando os pontos dos programas de ensino, ambicionavam outros públicos além do escolar. Alguns buscavam alcançar o “leitor comum”, os autodidatas que utilizam

o livro como possibilidade de acesso à cultura letrada e seus benefícios, como ampliação da cidadania.

A preocupação em respeitar os “pontos” dos programas iam de encontro aos interesses daqueles que utilizavam o livro didático como meio de estudar para passar nos exames de admissão, mesmo estando distante de colégios de referência, como o Colégio Pedro II. A circulação de livros didáticos pelo país pode ser entendida como possibilidade para que pessoas oriundas de diferentes Estados e províncias tivessem acesso ao mesmo conteúdo que os alunos das instituições situadas nos centros urbanos como o Rio de Janeiro.

Através de algumas pistas e indícios dos próprios livros didáticos, é possível apreender algumas possibilidades de usos do livro didático pelas expectativas dos autores e a relação de professores e alunos com o mesmo em sala de aula. No que se refere à finalidade dos livros didáticos, estes eram utilizados em diferentes colégios da cidade do Rio de Janeiro e do país, a fim de acompanhar os pontos exigidos nos exames preparatórios. Neste sentido, os livros didáticos também cumpriram um papel importante na consolidação de conteúdos históricos, para públicos mais amplos talvez do que os programas de ensino que atingiam mais diretamente os professores, diretores e proprietários de escolas.

Além disto, apreendemos que os livros didáticos eram necessários tanto para a formação do professor, como do aluno ou dos pais do mesmo, uma vez que os alunos muitas vezes iniciavam o processo de letramento na própria casa: “Somos um país de autodidatas que se aforçaram por formar a própria escola, e nessa construção gasta metade das energias que deveriam servir ao bem da sociedade (...).”²²⁸

Daí, é possível compreender os significados do crescente investimento em cartilhas para crianças e para adultos, bem como o aumento gradual na produção didática voltada para as séries elementares, dada a importância atribuída ao livro na dinâmica das aulas, apoiadas em “lições”: “A professora narrava a lição- cada um adotava o livro que bem

²²⁸ ALVES, Isaías. *Vida e obra do Barão de Macaúbas*. 1936, Edições Infância e Juventude, p.15.

queria- e o nosso trabalho todo era ficar a ler em voz alta textos diferentes, enquanto os minutos corriam lentamente.”²²⁹

Neste sentido, o que dava um caráter “didático” a um livro era exatamente o seu caráter “facilitador” da leitura e da aprendizagem de outros conteúdos com leitura menos densa e mais leve, em contraposição aos compêndios:

Escrevi, pois, o presente livrinho de rigoroso acordo com o atual programa, que não contém mais que 12 lições. Representa, apenas, o desejo de *facilitar* os jovens estudantes das escolas municipais o conhecimento da matéria exigida sem obrigá-los ao *fatigante trabalho do manuseio dos compêndios* existentes.²³⁰

Os livros didáticos serviriam aos iniciantes no estudo da história, sem necessidade de leituras prévias ou conhecimentos profundos do assunto estudado. Além de um facilitador do estudo, era também, um “vulgarizador” de idéias e conteúdos de obras tidas como mais complexas e profundas: “recomenda-se este livro particularmente aos que principiam e não podem ainda entrar por um estudo profundo e substancial, qual a obra de Roberto de Southey”.²³¹

O autor Pedro Couto, por exemplo, justifica a escrita do livro *Pontos de História do Brasil* em função dos pedidos de seus próprios alunos. Segundo ele, o que fez foi pontuar o programa de ensino, de modo a adequá-lo as suas lições de História do Brasil no Colégio Pedro II:

Atendendo aos desejos de vários alunos, resolvi dar ao publico os Pontos do programa da cadeira de Historia do Brasil do Colégio Pedro II. Sintetizei-os o mais possível neste trabalho, de modo a dar a quem os ler uma noção precisa dos pontos mais importantes de nossa historia.²³²

Por sua vez, Araripe Júnior analisando a obra de João Ribeiro afirma que este traz um “método de ensino associado ao método histórico” duas habilidades únicas do autor refletidas neste trabalho, e que seriam necessárias para a superação dos métodos utilizados

²²⁹ BROCA, Brito. *Memórias*. RJ: José Olympio, 1968, p.43.

²³⁰ CABRAL, Mario da Veiga. *História geral*. 1ª ed, RJ: Jacintho Ribeiros Santos, 1918. Grifos meus

²³¹ Conforme anúncio do *Catálogo Garnier* para o ano de 1877, recomendando o livro *Lições de História do Brasil* para as classes primárias, de Joaquim Manuel de Macedo.

²³² *Ibid*, p 7.

pelas escolas, como os processos de exposição, que segundo o mesmo, só servem para “criar profundas antipatias no aluno.”²³³

O livro de João Ribeiro seria tão bom, que mesmo nas mãos do pior professor, traria bons resultados ao aluno, uma vez que o livro didático “é a carta de navegação pela qual o pior piloto poder levar o discípulo ao porto do destino.”²³⁴

Ainda segundo Araripe, o livro em questão aparece à frente da própria escola e dos programas aos quais se destinava, em função dos colégios brasileiros não serem ainda aparelhados a exemplo dos europeus, e americanos, com recursos diversos como esculturas, gravuras, pinturas, entre outros:

É pena que os programas fatalmente adotados entre nós não tenham permitido ao autor da historia do Brasil distribuir os materiais do manual de acordo rigorosamente com essa concepção de ensino histórico e geográfico. Todavia, do exame do livro vê-se o empenho utilizado nesta direção, e é manifesto o partido que o professor inteligente pode tirar dos capítulos não destinados à leitura do aluno. Neste ponto João Ribeiro abriu, se não estou enganado, uma fase nova para o ensino da historia do país, e Oxalá que o seu exemplo não fique esterilizado diante da indiferença dos que estudam estas questões.²³⁵

O manual *História do Brasil*, pelo exposto, seria utilizado tanto pelo professor como pelo aluno, cabendo ao professor o direcionamento através de sua inteligência e habilidades para a utilização de mapas, quadros, articulados à leitura do livro com os alunos:

O manual de João Ribeiro constitui uma excelente guia naquele sentido. O aluno só terá que ler do seu livro as narrações e fatos capitais da história nacional, o que se pode chamar de parte dramática dos acontecimentos; o mais fica a cargo do professor. O compêndio fornece todas indicações que o devem induzir a estudar (...). Esta direção no compêndio é dada ao mestre inteligente com critério desejável, o que não o priva de modificá-lo, de acordo com a crítica que cada professor tenha conseguido fazer sobre documentos originais.²³⁶

Neste aspecto, o livro seria indicado como “chave” de ensino e iniciação dos professores, tamanha a qualidade desta obra e do referido autor.

²³³ ARARIPE JÚNIOR, prefácio de *História do Brasil*, de João Ribeiro, 1900, p. 8.

²³⁴ Ibidem, p. 9.

²³⁵ Ibid, p.11

²³⁶ Ibid, p.12.

Ainda com relação à tríade: didático/professor/aluno, Joaquim Manuel de Macedo advertia que de nada adiantava um livro bem elaborado, se o professor não fosse capaz de utilizá-lo adequadamente, conforme advertia no prefácio de seu livro:

Em trabalho deste gênero o método é sempre de importância essencial (...).Mas especialmente nas escolas de instrução primária, o professor é a alma do livro, e não há método que aproveite, se o professor não lhe dá vida, aplicando-o com paciência em consciência do ensino.²³⁷

Apesar das dificuldades encontradas na apreensão dos usos do livro didático no cotidiano na sala de aula, podemos apontar que os manuais didáticos de História do Brasil tiveram vida longa. Dizemos isto pela constatação das muitas reedições de uma mesma obra, como já pontuamos, assim como na observação de anotações e assinaturas nos livros, e pelo registro de empréstimos feitos aos alunos por um período posterior ao que este estudo compreende.²³⁸

Através destes fragmentos, pode-se notar o livro didático no meio da relação professor/aluno, que não seria direta. A figura do professor seria uma autoridade a ser respeitada, enquanto o livro didático, um propagador de “verdades” inquestionáveis, assim como a própria História seria:

Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitia a seus alunos apreciar a nossa História com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais.(...) E quando lhe dava na mente mandar o aluno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? (...) ²³⁹.

Além da diversidade nos títulos dos livros didáticos, distintas também eram as concepções de história (e de história do Brasil) defendidas por seus autores, o que sumariamente analisamos aqui.

Dentre as questões valorizadas por alguns autores e editores de livros didáticos, temos uma constante preocupação com a “narrativa dos acontecimentos da história”. Para

²³⁷ MACEDO, J M. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*.RJ: Garnier, 1905.

²³⁸ Conforme constatado pela análise dos livros emprestados aos alunos do Colégio Pedro II através da Caixa Escolar para os anos de 1955-1962, onde foram encontrados alguns títulos da presente pesquisa sendo utilizados corriqueiramente pelos alunos. Alguns livros também traziam a assinatura do aluno e o ano em que foi utilizado pelo mesmo.

²³⁹ FAZENDA, Vieira. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”. *RIHGB*. Tomo XCV. 1924.REVISTA IHGB,RJ,1924,vol.149.

eles, a história era entendida como uma “narrativa” comprometida com a “verdade”, com os “fatos”, os “episódios” da história e as “biografias” de personagens célebres da história.

Por sua vez, não havia concordância entre os autores em relação à proximidade/distanciamento do tempo em que viviam. Para alguns, aproximar-se do momento presente era aspecto positivo: “Uma outra circunstância para a qual chamamos a atenção do público é a continuação da exposição histórica até nostros dias, confeccionada por um distinto literato nacional,” uma vez que esta era “uma lacuna observada em quase todos os compêndios de história pátria”.²⁴⁰

Para outros, não se deveria contar a história “recente”, pois:

A parte precisamente relativa à política interna no reinado atual sendo e devendo ser campo de litígio e de aspirações diversas, onde se encontram e se combatem todas as aspirações e todos os partidos e onde portanto, cada cidadão é pleiteante interessado e suspeito e não pode ser juiz imparcial, pertence exclusivamente à alçada do tribunal da posteridade, que levará mais tarde suas sentenças no processo histórico da atualidade.²⁴¹

João Ribeiro, em *História do Brasil* termina o livro com a proclamação da República, o que justifica pela sua própria “concepção” de história, uma vez que para ele cabe à história a glorificação e celebração dos feitos passados que nos compõem, em detrimento das “paixões do presente”:

Não passei além da proclamação da república (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los num livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e á glorificação da nossa história.²⁴²

Este autor propõe uma revisão nos livros didáticos de história pátria, justamente no sentido de escrita de uma história de “seus agentes formadores,” aqueles que compõem “o povo,” num sentido de resgate de suas *fisionomias*, contrariando a história de influência européia, que valorizaria o agente “estrangeiro” e os feitos administrativos e políticos:

Ao contrario, nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros.

²⁴⁰ ABREU E LIMA, Ignácio. *Compêndio de história do Brasil*. RJ: Laemmert, 1852. Grifos meus

²⁴¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corographia do Brazil: para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*. RJ: B.L. Garnier, 1877

²⁴² RIBEIRO, João. *Historia do Brasil*. Para uso das escolas e dos Lyceus (Escrita por João Ribeiro, professor de História da Civilização e Historia do Brasil do Gymnasio Nacional. RJ: Editor Jacinto Cruz Coutinho, Livraria Cruz Coutinho, 1900). No 4º Centenário.

Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação de gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins.²⁴³

Outros autores contudo, chegavam até a contemporaneidade em que viviam, conforme fez Mario da Veiga Cabral, em seu *Compêndio de História do Brasil*:

Creemos serem poucos os compêndios que desenvolvem tanto e com tanta serenidade a parte da história nacional entre 1889 e os nossos dias. O Sr. Da Veiga Cabral chega a consagrar um capítulo a cada quadriênio, dando-nos o resumo dos acontecimentos mais notáveis, ocorridos em cada um deles.²⁴⁴

Já Rocha Pombo esclarece que através da leitura de seu “livrinho,” aqueles que necessitam “amar a pátria” conhecerão melhor “nossa história,” que é repleta de sacrifícios e exemplos de heroísmo, feitos estes dos quais devemos nos “orgulhar” e segui-los, para caminharmos rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Este seria “o sentido da história”: “São essas coisas que firmam nossa existência moral. Fizeram de grande os nossos antepassados. Equivale a tornar o compromisso de os continuar na historia.”

Rocha Pombo utiliza exemplos da “atualidade” em suas exposições sobre os acontecimentos “do passado,” fazendo comparações com a vida cotidiana do “tempo presente”:

As mulheres viviam quase fechadas no interior das casas, cuidando dos serviços domésticos. Esses serviços eram, então, mais penosos do que hoje. As mulheres tinham de fazer toda a roupa da família. É verdade que as roupas não eram muitas. Os homens usavam apenas calção (ou ceroulas), camisa e, quando muito, jaqueta(...).

Ou ainda, sobre as crianças da época do Brasil colonial em relação às crianças do início do século XX:

As crianças da época:

As crianças até cinco ou seis anos, andavam nuas, e os meninos até quase moços, só usavam camisola. Mas, se as roupas eram poucas, deviam ainda assim, custar muito fazer a roupa, porque eram feitas às mãos. Não havia máquinas, como hoje, máquinas de costura. E era preciso ainda fazer o próprio pano, tecendo a lã e o

²⁴³ RIBEIRO, João. *Op.cit*, p.7, grifos meus.

²⁴⁴ Rio Jornal, 9/5/1920, apud: CABRAL, Veiga Mario. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1929, 6ª edição.

algodão em pequenos teares, pois o pouco pano que vinha da Europa era muito caro.²⁴⁵

Por sua vez, Afrânio Peixoto em seu livro *Minha terra e minha gente*²⁴⁶, defende o ensino de história enquanto “educação cívica,” que deve ser feita com o “conhecimento de causa”, ou seja, através do que definia como “as razões do patriotismo, buscadas nas origens e nas tradições, continuadas na história da formação nacional, alcançando o período em que vivemos” uma vez que “depois da emancipação política procuramos uma emancipação econômica” que seria para ele bem mais difícil de conseguir.

Em relação à periodização, os autores também tinham perspectivas distintas.

Para Mário da Veiga Cabral, a história seria a “ciência da civilização,” uma “cadeira” que por ser muito extensa necessitava de divisões em “certo número de pontos,” constituindo-se de 4 partes: “antiga, média, moderna e contemporânea.” Este autor diz tratar em seus livros apenas dos fatos pedidos pelo programa, tendo em vista que: “Em cada um desses quatro grupos estão incluídos inúmeros fatos.”²⁴⁷

Por sua vez, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade²⁴⁸ dividia a história do país em 2 partes, uma primeira, denominada *Brasil-Colônia Portuguesa*, que vai de 1500-1822, e uma segunda, denominada *Brasil-Império Independente*, de 1822 até D Pedro II, figura bastante enaltecida neste livro de 1888, que traz na primeira página um retrato do então imperador, além de uma calorosa aclamação “Viva D Pedro II” quando apresenta o longo período de governo do mesmo.

Diferente destes, Joaquim Maria de Lacerda divide a história do Brasil²⁴⁹ em “períodos”: período I, que “vai desde o descobrimento do Brasil até o domínio espanhol (1500-1580)”; período II, “O Brasil debaixo do domínio espanhol”; período III, “Desde a restauração de Portugal até a chegada da família real ao Brasil (1640-1808); período IV, “Desde a chegada da família real ao Brasil ate a independência deste país(1808-1822)”;

²⁴⁵ CABRAL, Veiga Mario. *Compêndio de História do Brasil*. 6ª edição .RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1929, p.48.

²⁴⁶ PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. RJ: F Alves, 1916.

²⁴⁷ Ibidem, p. 48

²⁴⁸ ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. *Resumo da história da Brasil*. Para uso das escolas primárias brasileiras. Boston: Ginn e C, 1888.

²⁴⁹ LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil*, por perguntas e respostas, para uso da infância brasileira. RJ: Livraria Francisco Alves, 1919.

período V, “Reinado de D Pedro I”; período VI, “Reinado de D Pedro II”; período VII, “República”.

Apesar da existência de programas de ensino delimitando os “pontos” necessários em um livro didático de história, e das articulações entre editores no sentido de atendê-los, as concepções de história e modos de apresentá-la em um livro didático variavam muito, apesar da tentativa de “unidade dos conteúdos” sugerida pelos programas. Tendo em vista que os autores dos livros ocupavam lugares sociais diferentes, com visões políticas distintas, seus livros, principalmente os didáticos (pelo caráter “formador” deste gênero) seriam um canal de defesa destas idéias e posições.

Escrever livros didáticos de história, e de história do Brasil, não era um simples exercício de erudição para os seus autores. Fazia parte da dimensão de disputa que há nesta disciplina, uma vez que a história seria “um campo de litígio.” Deste modo, as perspectivas de história dos livros didáticos não são neutras ou imparciais, como muitos defendiam, uma vez que até na dita “imparcialidade” há escolhas, evidenciando e silenciando memórias.

A delimitação dos temas, recortes cronológicos, são escolhas, seleções de seus autores. Se havia aqueles que se estendiam na exposição sobre o Imperador Dom Pedro II, havia também os que faziam longas “biografias de nossos heróis,” ou ainda, os que terminavam os livros listando a biografia de todos os presidentes da República.

Deste modo, através do livro didático de história do Brasil, e da seleção do que seria dito ou não, esquecimentos e “usos do passado” eram construídos em relação constante com o presente, seja para legitimá-lo, seja para contestá-lo, ou até mesmo, “derrubá-lo”.

As histórias selecionadas para os livros didáticos de história do Brasil são “lugares de memórias” e fazem partes de disputas, seja para produzir consensos, seja para manifestar vozes discordantes em relação a eles. Talvez os esquecimentos de muitas destas memórias seja fruto do próprio desaparecimento ao longo dos anos, de muitos dos livros didáticos de presente pesquisa. Muitos destes livros didáticos existiram, pois as pistas e inícios indicam isto, mas a fonte “concreta” muitas vezes não foi possível ainda localizar.

3.3- Metodologias e linguagens de um “bom livro didático” de História do Brasil

No momento do referido estudo, muitos foram os que se dedicaram a criticar e recomendar um “bom livro didático”. Esta tarefa era feita por estudiosos de diferentes áreas, jornalistas, e os próprios autores de livros didáticos, através de resenhas e comentários saídos nos principais jornais da época.

O livro didático deveria ser “claro, conciso, metódico, simples e atido à matéria sem digressões inúteis ou fastidiosas”.²⁵⁰ Ou ainda, deve ter “estilo simples e claro,” com “narrativa rápida,” devendo “dar as principais noções de história pátria,” contudo, sem perder “a largueza do estudo e exatidão dos conceitos,” o que se faz através da erudição do autor e do apoio deste na documentação. Enfim, “um bom livro didático” deve prezar para que a história seja “a expressão da verdade,” relatando “os fatos com imparcialidade, fazendo justiça a quem merece e condenando os que erraram”.²⁵¹

Um dos aspectos característicos de “um bom” livro didático para alguns críticos eram metodologia e linguagem adequadas aos alunos. As resenhas e “opiniões” sobre livros didáticos evidenciam estas preocupações, principalmente na capacidade do autor em adequar a exposição aos públicos aos quais se destinavam, com ênfase ao estilo da narrativa, que deveria ser redigida “com ordem, clareza e precisão,” não devendo “entrar por um estudo profundo e substancial” aos que “principiam e não podem ainda entrar por um estudo profundo.”²⁵²

Um “bom” livro didático para alguns seria aquele que se aproxima do leitor, “satisfazendo a curiosidade dos meninos,” adequando-se ao universo vocabular da

²⁵⁰ *Rio Jornal*, 9/5/1920. Reproduzido em: CABRAL, Mario. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, p. 13

²⁵¹ *O Paiz*, 28/8/1920. Reproduzido em: CABRAL, Mario. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, p. 21

²⁵² Anúncio de “*Lições de história do Brasil para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II*” no Catálogo da Livraria Garnier, 1877. Grifos meus

puerícia, “sob a agradável forma de conversação de um pai com seus filhos, através do que o autor inicia os leitores na História do Brasil (...).”²⁵³

O livro didático deveria apresentar os conteúdos “na ordem dos tempos, em uma linguagem amena, fluente, e sobretudo, compreensível as verdes inteligências dos seus leitores.”²⁵⁴ O conhecimento da história pátria é necessário, e o livro didático deve ser um veículo difusor por todo o país do sentimento e valores cívicos.

A adequação da linguagem às peculiaridades do público leitor de livro didático se evidencia nos direcionamentos diversos do livro. Os livros destinados ao uso do professor deveriam ter volume maior de páginas, uso de notas e citações e linguagem mais densa. Os voltados aos homens simples do povo e às crianças, tinham formato menor, com linguagem simples, e a partir de inícios do século XX principalmente, bastante uso de ilustrações.

O livro *Nossa pátria. Narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de autoria de Rocha Pombo e editado em 1917, é um dos que se destacam pelo uso de imagens, bem como pela linguagem, uma narrativa em forma de conversa²⁵⁵.

Muitos críticos de livros didáticos apontavam a inadequação da linguagem como um fator negativo em alguns autores, que utilizariam muitas vezes termos difíceis demais para a “inteligência ainda em flor” das crianças ou mesmo naqueles que iniciam o estudo por conta própria. Deste modo, o autor de um “bom livro didático” “deveria acomodar seu estilo a débil compreensão da puerícia, conseguindo prender-lhe a atenção,” tudo isto sem perder a elegância e boa “escolha dos fatos” a serem “relatados”.²⁵⁶

Além da linguagem adequada ao público, um livro didático considerado bom deveria fazer uso de outros recursos, como a divisão dos capítulos em lições, esquemas explicativos, quadros sinópticos, proposição de atividades, tais como perguntas, exercícios, mapas, gravuras, etc. Muitos autores utilizavam a divisão em lições, como fizeram Luiz

²⁵³ Anúncio no Catálogo da Livraria Garnier para o livro de MENEZES (Estácio de Sá)- *História do Brasil contada aos meninos*.

²⁵⁴ Fernandes Pinheiro (Cônego Dr J C). *Episódios de História pátria*. Anúncio no Catálogo Garnier, 1877.

²⁵⁵ A edição utilizada neste trabalho foi a de número 60, mas só aparece o ano da primeira edição, 1917.

²⁵⁶ Anúncio do livro *História do Brasil*, de Estácio de Sá Menezes, feito no catálogo Garnier, 1877.

Queirós de Mattoso Maia,²⁵⁷ Sá Benevides,²⁵⁸ Antônio Álvares Pereira Coruja,²⁵⁹ Joaquim Manuel de Macedo e Estácio de Sá Menezes.

Vejamos como estas “novidades” apareciam nestes 2 últimos.

Estácio de Sá Menezes²⁶⁰ daria às suas *lições* o nome de leituras, encerrando cada capítulo com dúvidas e explanações, a fim de “satisfazer a curiosidade dos meninos” entrando o autor em fatos secundários, aqueles que não caberiam ao corpo da obra. Além disso, faz uso de notas explicativas embaixo da página para os termos e vocábulos que julgava fora do comum para o universo dos alunos. Além da divisão em lições, e da preocupação por parte do autor em dar explicações no livro, este seria escrito “sob a agradável forma de conversação de um pai com seus filhos, o autor inicia os leitores na história do Brasil”. Com isto, o anúncio recomenda o livro “pela novidade e excelência do método”.²⁶¹

Também se valendo de *lições*, a obra de Joaquim Manuel de Macedo *Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II* tinha como característica a inovação na organização e sistematização dos conteúdos, seja na distribuição dos mesmos em aulas (as ditas *lições*), seja através de quadros, resumos e explicações, uma vez que: “Números e quadros explicativos, traçados com espírito de método e clareza perfeita, resumem as lições e vem acrescentar cada vez mais o merecimento de um livro já por tantas qualidades recomendáveis.”²⁶²

O livro deve auxiliar o professor no ensino da história nacional: “Pela novidade e excelência do método e a forma amena que lhe soube dar o seu autor, cremos que o presente livrinho será em todos os colegas adotados para o ensino da historia nacional”.²⁶³

²⁵⁷ MAIA, Luiz Q M. *Lições de historia do Brasil*, proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. 2ª Edição corrigida e aumentada. RJ: D L Garnier, 1886.

²⁵⁸ BENEVIDES, Sá. *Lições de historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 3 ed. 1912.

²⁵⁹ CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1855.

²⁶⁰ Conforme anúncio do catálogo Garnir para: MENEZES, Estácio de. *História do Brasil*. RJ: Garnier, 1877.

²⁶¹ Anúncio do livro *História do Brasil*, de Estácio de Sá Menezes, feito no catálogo Garnier, 1877, sem número de página.

²⁶² Anúncio de “*Lições de História do Brasil* para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II.” no Catálogo da Livraria Garnier, 1877. Grifos meus.

²⁶³ Ibidem

A idéia de resumir cada lição em quadros propunha a fixação dos pontos mais importantes da lição estudada. Por sua vez, os esquemas sistematizavam as ações e os feitos dos “personagens” importantes da História.

As explicações seguiam a forma de verbetes de dicionário, definindo ações, lugares, povos, dentre outros, de modo a elucidar os pontos de prováveis dúvidas nos estudantes da história:

“Explicações”
“ <i>América</i> , nome que recebeu a quarta parte do mundo: foi derivado do nome do célebre navegador Américo Vespúcio, aliás, estranho à injustiça que com essa denominação se fez a Cristóvão Colombo, do nome que do qual se deveria antes derivar o <i>Novo Mundo</i> , que ele descobrira.”
“ <i>Gentio</i> quer dizer gente bárbara que não tem fé, nem conhece a lei de Deus.”
“ <i>Antropofagia</i> é a ação ou hábito de comer carne humana. Chamam-se antropófagos os povos bárbaros que têm esse horrível costume.”
“Caracteres físicos são os traços principais que distinguem um ser de todos os outros seres, ou uma raça das outras raças.”

(MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*.p. 42)

Por fim, cada lição apresentava exercícios em forma de perguntas para verificar a fixação do conteúdo transmitido:

Perguntas

Em que parte da América se acha situado o Brasil?
Que importância, e que vantajosas condições têm o solo brasileiro?
Quais são as características físicas do gentio do Brasil?
De que ornamentos usavam os selvagens?
Como se ornavam e enfeitavam as mulheres selvagens?

(MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*. p. 45)

Outra metodologia utilizada nos livros era a composição do livro toda em perguntas e respostas, como fez Joaquim Maria de Lacerda em seu livro datado de 1880 que divide a história do Brasil em 7 períodos, os quais são todos expostos em forma de perguntas²⁶⁴:

Descobrimento do Brasil

P. Por quem foi descoberto o Brasil?
R. O Brasil foi descoberto pelo almirante português Pedro Álvares Cabral.
P. Quando teve lugar este descobrimento?
R. Teve lugar a 22 de Abril de 1500, reinando em Portugal el-rei D Manuel.
P. O que deu ocasião a este notável acontecimento?
R. O descobrimento do Brasil foi um efeito do acaso. Navegava Cabral para a Índia, quando, para evitar as calmarias da costa d'África, afastou-se d'ela, que veio a avistar do lado do Ocidente uma terra desconhecida.
P. Que nome recebeu a nova terra descoberta por Cabral?
R. Cabral deu à nova terra o nome de Vera Cruz, que depois foi mudado no de Terra da Santa-Cruz, e mais tarde substituído pelo nome atual, Brasil.

(LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil*. p. 11)

Ao final, o livro traz um índice alfabético dos brasileiros considerados ilustres, além da relação de todos os presidentes da república até então.

O método “perguntas e respostas” deste livro parece ter sido bem aceito na época, o que observamos pelas inúmeras reedições desta obra de 1880, que foi reeditada até 1957 pela livraria Francisco Alves. Além disto, outros autores utilizaram perguntas similares em seus livros.

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade não apresenta seu livro estruturado em torno de perguntas e respostas, como fez Joaquim Lacerda. Contudo, ao final de cada lição trazia perguntas para memorizar o conteúdo, tais como²⁶⁵:

²⁶⁴ LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil*. Op. cit., p. 11

Questionário do Capítulo II

Quem descobriu o Brasil?
Como foi descoberto?
Em que dia, mês e ano Cabral tomou posse da nova terra para a coroa de Portugal?
Quem era o rei de Portugal quando o Brasil foi descoberto?

(ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo da história do Brasil*. p.9)

As preocupações com a qualidade dos livros didáticos não se fizeram somente com a adequação da linguagem, o tamanho do livro, os métodos de exposição. As mudanças gráficas no processo de produção de livros também devem ser levadas em conta. O uso de gravuras, por exemplo, era reduzido pelos editores para não tornar caro demais o produto:

A História do Brasil do Sr Veiga Cabral, vem preencher uma grande lacuna dos programas de nossos estabelecimentos de ensino. O desejo do autor dessa obra era publicá-la com todo o carinho, ilustrando as suas personagens principais, com fotografias históricas, com o que talvez não haja concordado o editor em face das despesas que tal trabalho acarretaria.²⁶⁶

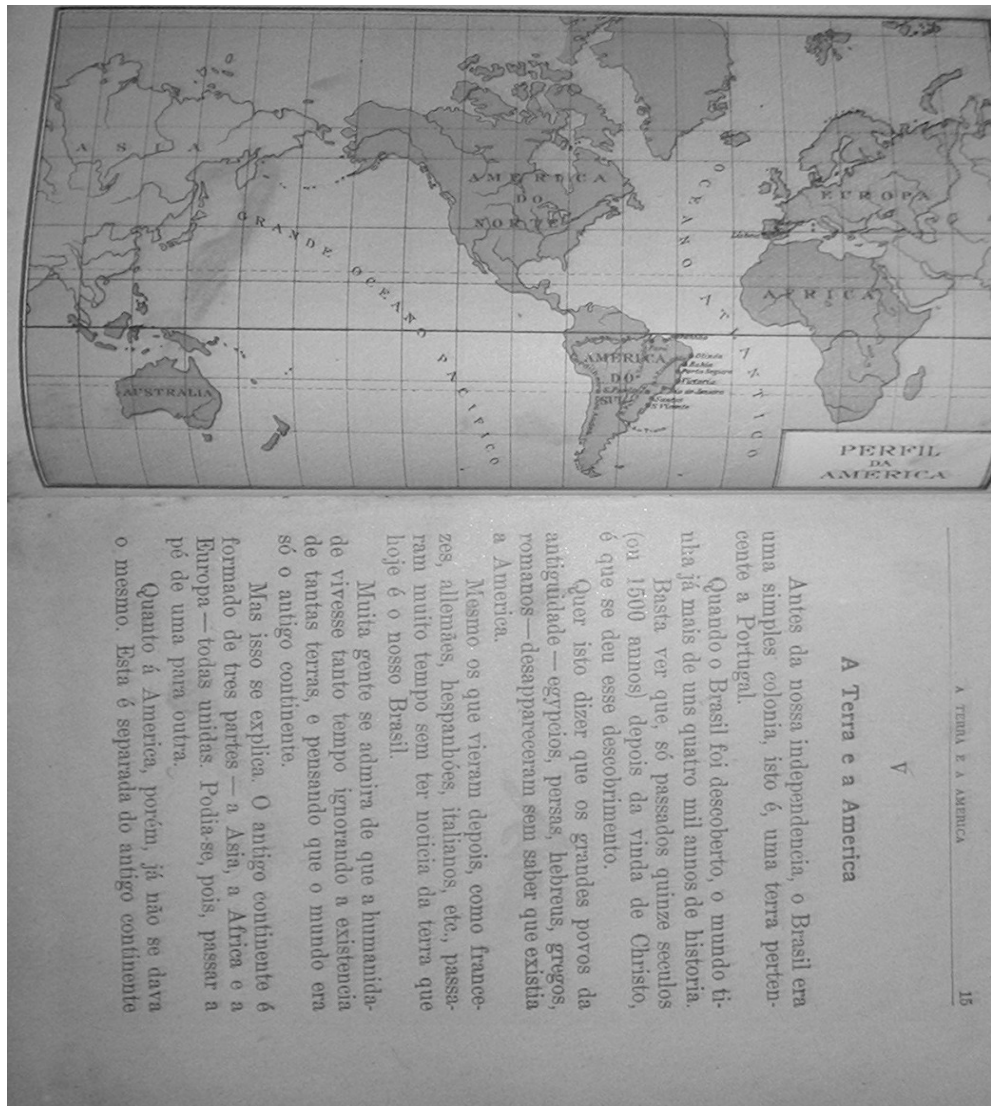
Contudo, a partir de inícios do século XX o uso de gravuras passa a ser mais freqüente nos livros didáticos, fazendo parte das características de um “bom livro didático”. Alguns livros que tiveram poucas ou nenhuma gravura nas primeiras edições, passaram a desfrutar de mais esta “inovação”.²⁶⁷ Tal preocupação justifica-se pela necessidade de atingir maiores públicos, além dos diferentes usos e sentidos das imagens pelos livros didáticos. Tais imagens eram de diferentes tipos: mapas, gravuras de objetos, reprodução de fotografias e desenhos das “figuras célebres da nossa história”, paisagens, além das imagens de viajantes e pinturas históricas.

²⁶⁵ ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo da história do Brasil*. Para uso das escolas primárias brasileiras. Boston: Ginn, 1888.

²⁶⁶ Gazeta de Notícias, 4-5-1920. Apud: CABRAL, Mario da Veiga. *Ibidem*, p.12

²⁶⁷ Este foi o caso da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas, de Joaquim Maria de Lacerda. Enquanto a edição de 1880 não apresentava gravuras, a edição de 1888, apresenta “muitas gravuras e retratos de homens notáveis”. O mesmo ocorreu com a quarta edição de *Pontos de História do Brasil*, de Raul Villa-Lobos, que na quarta edição saída em finais do século XIX era “correta, aumentada e ornada com 21 gravuras.” Apud BLAKE, Sacramento. Op. cit., p. 193-195

A utilização dos mapas ajudava não somente na localização do que estava sendo dito no texto. Os mapas tinham um importante papel, como neste caso abaixo:

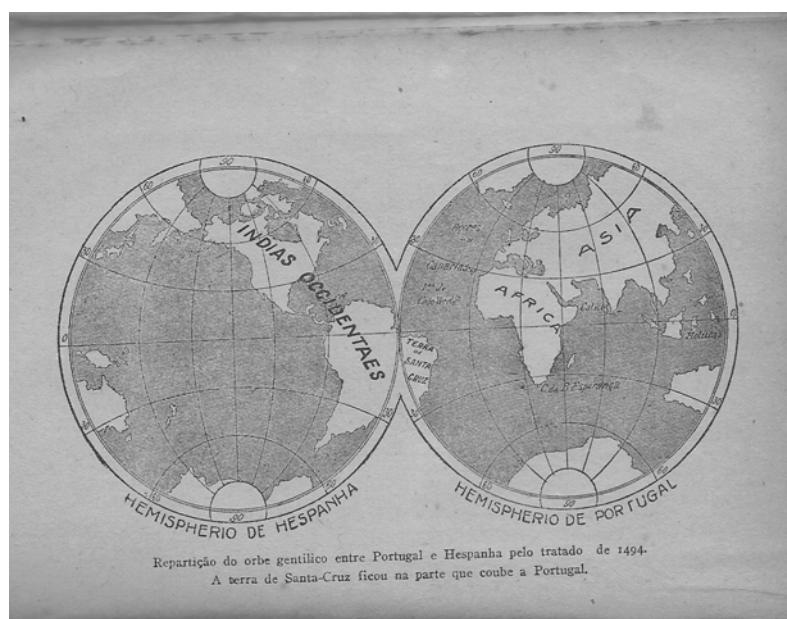


(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. p. 15)

Aqui, o uso do mapa não serviu somente para localizar o continente americano. A disposição do continente americano no centro do mapa mundi serviu para evidenciar seu *lugar* no mundo, questionando o fato de que durante muito tempo, se viveu sem o conhecimento da existência de outras terras para além da África, Europa e Ásia. A intenção do autor é colocar a América no centro do mundo.

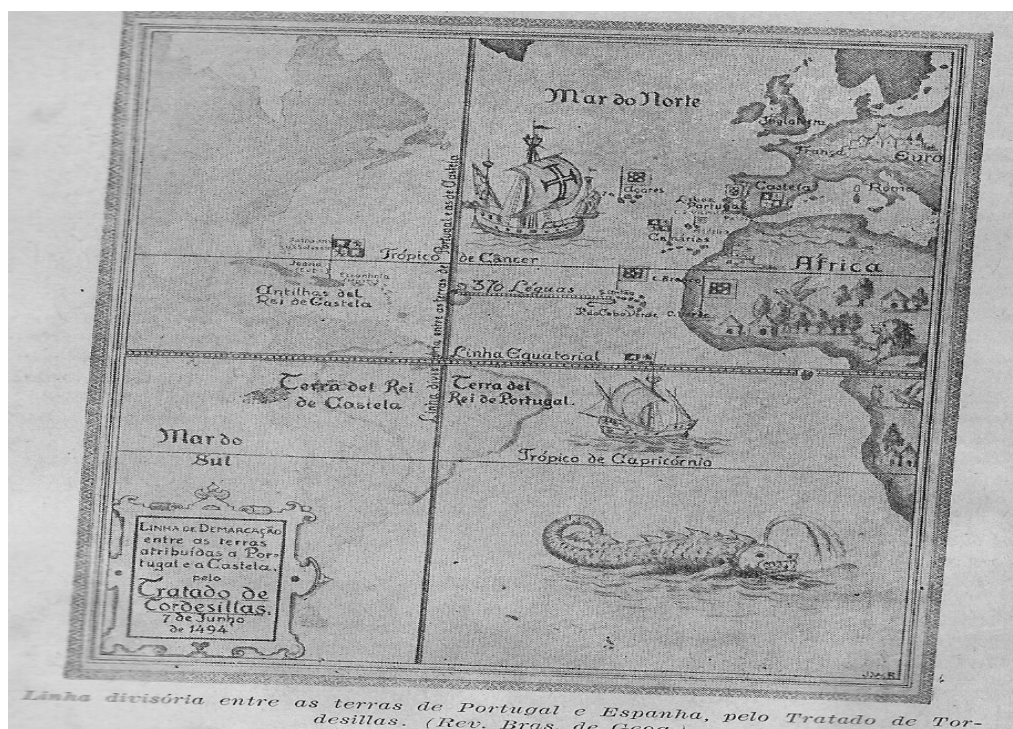
O uso de mapas nos livros de história, ao contrário de ilustrações coloridas, foi mais presente desde meados do século XIX. Isto se justifica na associação muitas vezes entre história e geografia, sendo que muitas vezes, o professor de história, também lecionava geografia, além de muitos geógrafos também terem escrito livros didáticos de história do Brasil. A disciplina *Corografia do Brasil* era um misto de história e geografia, e muitos livros incorporavam esta perspectiva. Os mapas neste sentido, tinham grande importância nas aulas e nos livros didáticos de história do Brasil.

O uso de mapas também auxiliava no estudo de temas como expansão comercial, tratados, etc, como fazia em seu livro Joaquim Maria de Lacerda em relação ao Tratado de 1494 entre Espanha e Portugal:



(LACERDA, Joaquim. *Pequena História do Brasil*.)

Este mesmo tratado também foi explorado pelo geógrafo Mário da Veiga Cabral em sua *Corografia do Brasil*:



(CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Brasil*. p.22)

O mapa utilizado por Mario da Veiga Cabral evidencia não somente a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, como também, destaca a importância da navegação para Portugal, apontando a tríade: Península Ibérica, América e África

O uso de imagens nos livros didáticos não era exclusividade dos livros de leitura voltados à alfabetização, no que discordo de Conceição Cabrini, que afirma ser a ilustração “uma prática pouco comum, pois parece que os autores contemporâneos não utilizam o recurso imagem como instrumento de aprendizagem”.²⁶⁸ Também os livros didáticos de história do Brasil se valiam de imagens,²⁶⁹ num sentido em parte diferente daqueles voltados às classes elementares.

²⁶⁸ CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Freire Rodrigues de Carvalho*. Dissertação de Mestrado em Comunicação USP, 1994, p.32.

²⁶⁹ Dentre os estudos sobre os usos da imagem no ensino de história e nos livros didáticos de história do Brasil, temos: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Da infância ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2001(Tese de Doutorado).

_____. “Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação”. IN: SIMAN, Lana. *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. (org). BH: Autêntica, 2001; BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens.” (Org). IN: *O saber histórico na sala de aula*. SP: Contexto, 1997;

Para muitos, a utilização das ilustrações no ensino de história via livros didáticos auxiliaria na visualização e memorização dos fatos históricos, reforçando a dimensão de “veracidade” dos mesmos. Tais imagens, tamanha vulgarização e popularização nos livros didáticos, tornaram-se mais conhecidas que seus próprios autores, construindo e sedimentando memórias em relação à história do Brasil.²⁷⁰

A inserção e vulgarização das gravuras nos livros didáticos seria mais um elemento facilitador do entendimento das disciplinas escolares. Em relação às pinturas históricas, em função de muitas terem sido inseridas num momento posterior à elaboração do próprio livro pelo autor, atendiam à necessidade do tornar a leitura do texto mais agradável, atraente aos olhos e sentidos do leitor. As imagens ajudariam a “ver as cenas históricas,” o que na concepção do francês Ernest Lavisse, ajudariam a facilitar na memorização dos conteúdos, buscando “desenvolver a inteligência das crianças ao mesmo tempo em que sua memória.”²⁷¹

Algumas das imagens e gravuras presentes nos livros didáticos eram “anônimas.” Outras, as “pinturas históricas,” explicitavam a autoria. Todavia, a informação não era trazida para problematizar o que estava sendo estudado. A imagem era utilizada como um registro da história, “tal qual ocorreu”, como se não expressasse as escolhas do pintor que a produziu.²⁷² Neste sentido, concordamos com SILVA, uma vez que “a compreensão da pintura histórica exige que se leve em conta o contexto histórico de sua produção, incluindo as concepções de historicidade com que trabalham os artistas e que também alimentavam o imaginário social de seus consumidores.”²⁷³

Dos livros didáticos analisados na presente pesquisa, alguns se destacaram pelo abundante uso imagens. Destes, destaco os livros de Joaquim Maria de Lacerda,²⁷⁴ Rocha Pombo²⁷⁵ e Mario da Veiga Cabral.²⁷⁶ Os dois últimos tiveram primeira edição

²⁷⁰ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. SP: Hucitec, Programa de Pós- Graduação em História Social da USP, 1997, teses.

²⁷¹ LAVISSE, Ernest. *Histoire de France: cours élémentaire*. Paris : A Colin, 1887, p.3. Apud: BITENCOUT, Circe. Op. cit., 1997, p. 75.

²⁷² MACIEL, Laura. *O Mato Grosso e sua história*: manual do professor. Curitiba: Base, 2004, p. 7.

²⁷³ SILVA, Marcos A da. “Pintura histórica: do museu à sala de aula.” IN: *Projeto História*, n 20. Revista de Estudos Pós-Graduados em História do Dept de História da PUC/ SP, 2000, p. 259

²⁷⁴ LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena História do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1919.

²⁷⁵ POMBO, R. *Nossa pátria*. SP: Melhoramentos, 60ª Edição (A primeira edição é de 1917);
_____. *História do Brasil*. SP: Melhoramentos, 1924.

respectivamente em 1917 e 1920, ao passo que o livro de LACERDA teve a primeira edição em finais de 1870. Em comum, são três livros bastante reeditados, atravessando décadas.

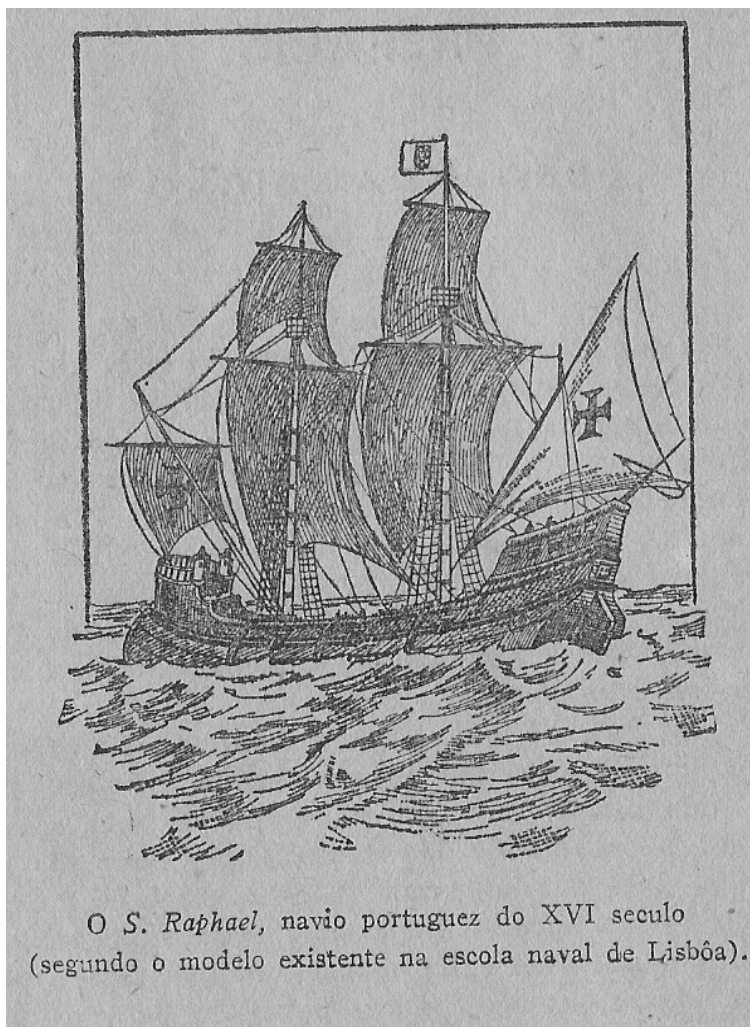
As imagens destes livros serão analisadas aqui pensando de que modos foram utilizadas na obra, principalmente na relação com o texto e estrutura do livro, atentando principalmente para os sentidos da imagem nos livros didáticos de história do Brasil. A imagem é entendida como fonte? É apenas ilustração? É método de ensino? Facilita o entendimento do texto? É complementar ao texto? É linguagem?

O livro de Joaquim Maria de Lacerda continha o seguinte acréscimo no título: “Novíssima edição com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919.” Tal revisão foi feita por L L Fernandes a pedido da Livraria Francisco Alves, uma vez que o autor morreu em 1886, respeitando-se, segundo o mesmo, “não só a conservação do método do autor,” realizando “melhoramentos e acréscimos nela introduzidos.”²⁷⁷ Conforme já indicado, as gravuras foram inseridas neste livro num momento posterior à primeira edição do mesmo, o que ocorreu com outros livros didáticos também.

A primeira imagem do livro é uma gravura de um navio português do século XVI, “segundo o modelo existente na escola naval de Lisboa”. Tal imagem não apresenta nenhum capítulo, apenas “ilustra” o início do livro. Em relação ao “Descobrimento do Brasil,” por exemplo, traz um com uma gravura de Cabral, “segundo uma pintura existente em Lisboa”. Se por um lado, tais imagens não tinham nenhuma relação com o texto, por outro, ajudam a reforçar a idéia dos feitos portugueses no dito “descobrimento” do Brasil.

²⁷⁶ CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de história do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1929.

²⁷⁷ LACERDA, Joaquim Maria de..Op.cit. Prólogo da edição de 1919, por L L Fernandes Pinheiro.



(LACERDA, Joaquim. *Pequena História do Brasil*.)

Todavia, há imagens que reforçam o que está sendo explicado no texto, dando um sentido ainda mais forte ao “fato ocorrido.” Como em uma explicação sobre o comportamento “selvagem” dos índios Caetés, que após um naufrágio, teriam devorado um bispo e toda a tripulação em 1556. A imagem que não traz referência de autoria, traz a legenda: “Matança do 1º Bispo da Bahia e de seus companheiros” e ocupa boa parte da página do livro, inserida no meio do texto, encurtando-o:

P. *Que fizeram estes malfeitores aos Jesuitas?*

R. Os Mamelucos, excitando varias tribus, atacarão o collegio de S. Paulo; forão porêm repellidos pelos Indios convertidos, a quem o P. Anchieta fizera pegar em armas.

P. *Como procedeu o governador geral a respeito d'estes aggressores?*

R. Duarte da Costa mostrou-se pouco severo com os aggressores, o que originou serias



Matança do 1º bispo da Bahia e de seus companheiros

desavenças entre elle e D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo da Bahia.

P. *Que fez afinal este prelado?*

nas tranquillias *Reducções* dos Jesuitas, os quaes, para rechaçar tão formidaveis inimigos, virão-se obrigados a exercitar nas armas os pobres Indios, que d'antes só se occupavão na cultura de seus campos.

No caso acima, a introdução da imagem reforça ainda mais o sentido de indução utilizado no livro por meio de perguntas. Neste caso, a imagem não é uma ilustração solta e descolada, seu lugar é de destaque, no meio das perguntas, ajudando a cristalizar o aprendizado do índio como “selvagem e canibal”.

Contudo, nem todas as imagens presentes no livro eram anônimas. Duas aparecem com autoria. No quadro a “Descoberta do Brasil” é mencionado o pintor, Aurélio de Figueiredo,²⁷⁸ e situa-se na explicação sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, enaltecendo mais uma vez Cabral, sua tripulação e os feitos portugueses no Brasil.

Outro quadro presente no livro de Lacerda é *Independência ou morte*, de Pedro Américo, que ganha uma página inteira de destaque no livro²⁷⁹:

²⁷⁸ Nascido em 1856 na Paraíba, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo era pintor, escultor, escritor, desenhista e caricaturista, irmão mais novo de outro pintor bastante conhecido na literatura didática, Pedro Américo. Entre suas pinturas mais conhecidas estão: *A ilusão do terceiro reinado* (1905) e *O primeiro capítulo da história pátria*, representando a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha. Cf: FERREIRA, Félix. *Trechos de Belas Artes: Estudos e apreciações*, 1885. Seção Artigos na Imprensa. E também: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_af.htm

²⁷⁸ Além dos quadros dos irmãos Pedro Américo e Aurélio Figueiredo, o livro de Lacerda ainda traz o quadro *Batalha do Riachuelo* (1872), de Victor Meireles.

²⁷⁹ Além dos quadros dos irmãos Pedro Américo e Aurélio Figueiredo, o livro de Lacerda ainda traz o quadro *Batalha do Riachuelo* (1872), de Victor Meireles.



Independencia ou morte (quadro de Pedro Americo)

P. Quando e em que lugar foi esta proclamada?

R. Foi no dia 7 de Setembro do mesmo anno de 1822, ás margens de Ypiranga (1), que o principe D. Pedro soltou o grito de *Independencia ou Morte*, grito que echoou em todas as provincias e constituiu o Brazil nação independente.

P. Quando foi D. Pedro proclamado imperador do Brazil?

R. De volta ao Rio de Janeiro, foi D. Pedro proclamado *imperador constitucional* do Brazil no dia 12 de Outubro, e a sua coroação teve lugar no 1º de Dezembro do mesmo anno de 1822, sendo nessa mesma data instituida a imperial ordem do Cruzeiro.

TABOA CHRONOLOGICA DO QUARTO PERIODO

PRINCIPAES ACONTECIMENTOS

1808. — Desembarque do principe regente na Bahia (23 de Jan.). — Decreto franqueando os portos do Brazil a todas as nações amigas. — Chegada do principe regente ao Rio de Janeiro (7 de Março).
 1809. — Tomada de Cayenna pelo coronel Manoel Marques.
 1811. — Guerra com Buenos-Ayres. O general D. Diogo de Souza faz levantar o cerco de Montevideo.

(1) Pequeno rio perto de S. Paulo.

A utilização da referida imagem no livro didático em questão ajuda um pouco no entendimento das especificidades no uso da imagem nos livros didáticos. A primeira edição do livro didático analisado ocorreu em finais de 1870, o que antecede à elaboração da própria pintura, 1888, que por sua vez, remetia a algo que aconteceu há mais de 60 anos até então. A introdução desta pintura nas reedições do livro de Lacerda foi posterior inclusive, à morte do próprio autor, que se quer a introduziu em seu livro, uma vez que morreu em 1886, antes mesmo do término da pintura por Pedro Américo.²⁸⁰

Com isto, são distintos e diferentes os momentos que perpassam análise da imagem nos livros didáticos de história do Brasil, incluindo nisto o momento de produção do livro, o momento de produção da imagem, a incorporação da imagem ao livro e por quanto tempo o livro didático foi utilizado e reeditado.

Em relação às obras de Pedro Américo,²⁸¹ estas se tornaram recorrentes na literatura didática de História do Brasil. Dentre seus quadros mais conhecidos e utilizados nestas publicações, além de *Independência ou Morte*, também conhecido como *O Grito do Ipiranga* (1888), há também quadros sobre abolição da escravatura, guerra do Paraguai, etc. Dentre suas pinturas “históricas” mais conhecidas, estão: a *Paz e Concórdia*, 1895; *Tiradentes esquartejado*, 1893; *A Batalha do Avaí*, 1877, e a *Fala do Trono*, 1873, “retratando” o Imperador Pedro II.

Pedro Américo nasceu na Paraíba em 1843, sendo, além de pintor, romancista, poeta e professor no Curso de Desenho Industrial na Academia Imperial. Como outros pintores do oitocentos, estudou na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e através do mecenato e proteção de Dom Pedro II, estudou na École des Beaux Arts em

²⁸⁰ O livro *Pequena História do Brasil* teve sua primeira edição em finais de 1870, e somente a partir da sétima edição, em 1888, trouxe gravuras. A última edição localizada por mim data de 1957. Ou seja, mais de 80 anos de uso.

²⁸¹ Sobre Pedro Américo, ver: MELLO JR, Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1843-1905*: algumas singularidades de sua vida e de sua obra. RJ: Pinakotheke, 1983.

MARTINS, L. *Pedro Américo: pintor universal*. RJ: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1994.

ROSEMBERG, Liana Ruth B. *Pedro Américo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso Edições, 2002.

MATTOS, Cecília de Salles, MATTOS, Cláudia Valladão. (Orgs). Op.cit.

OLIVEIRA, Vladimir Machado. *Do esboço pictórico à rotunda dos dioramas: a fotografia na pintura das batalhas de Pedro Américo*. São Paulo: Tese de Doutorado. FAU-USP, 2002;

_____. *1871: A fotografia na pintura da Batalha de Campo Grande de Pedro Américo*. Rio de Janeiro, 2006, v-vi (edição do autor);

_____. “A fotografia na batalha do Avaí”. *Nossa História*. SP: Vera Cruz, v3, n° 33, p.34-38, Julho de 2006.

Paris. Dedicou-se a duas modalidades de pinturas: pinturas históricas e pinturas de alegorias. Por sua vez, o investimento na dita “pintura histórica” no Brasil do século XIX teria “uma ação pedagógica do olhar e uma propaganda política através da imagem nas (re) apresentações da história nacional”.²⁸²

Na construção das pinturas de Pedro Américo, este se destacava pela utilização da fotografia, a fim de conferir mais “veracidade” ao “fato” representado pela obra. Deste modo, para muitos, Pedro Américo:

Modernizou a Pintura de História brasileira, usando amplamente a fotografia como modelo nos retratos, uniformes e animais tanto na *Batalha de Campo Grande* (1870-71) quanto na *Batalha do Avaí* (1875-76) sobre a guerra do Paraguai, sempre com debates calorosos na imprensa.²⁸³

Pedro Américo se preocupava em construir obras históricas enquanto “narrativa visual,” se valendo para tanto de pesquisa à documentação diversa sobre o que pretendia “retratar,” tais como relatos, objetos, fotografias, etc. Daí o casamento bem-sucedido entre pinturas históricas/ livros didáticos de história do Brasil.

Outro livro farto em gravuras, mapas e afins, foi o de Mario Veiga Cabral. Mais uma vez, creio que a primeira edição lançada em 1920 não fosse tão abundante assim de ilustrações, o que pude verificar não pela consulta do primeiro exemplar, mas pelas resenhas e comentários sobre a primeira edição, publicados na 6ª edição em 1929: “Não tem ilustrações, o que é um defeito: mas o editor promete-nos, em nome do autor, sanar esse inconveniente numa segunda edição, que não estará longe, porque de certo o livro terá extracção.”²⁸⁴

O uso da imagem parece agradar mais ao autor que o editor:

O Sr Jacintho Ribeiro dos Santos também presta bons serviços, encarregando-se de uma edição se não luxuosa, muito decente e agradável. Aqui ficamos esperando pela próxima segunda edição, esta ilustrada com muitas gravuras, como o autor com toda a razão deseja.²⁸⁵

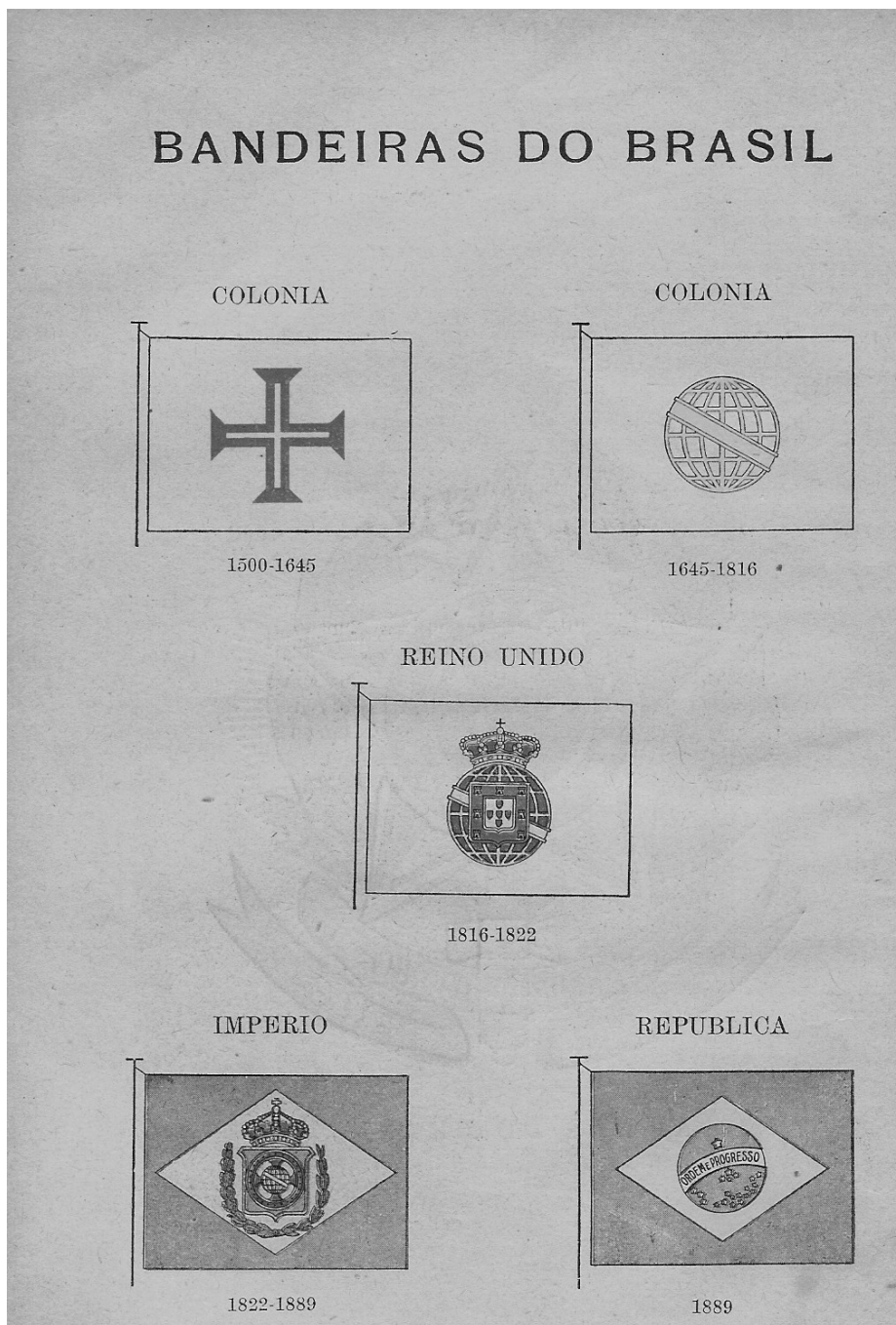
²⁸² ROSEMBERG, Liana. Op.cit, p.3.

²⁸³ MACHADO, Vladimir. “Pedro Américo”. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_af.htm

²⁸⁴ *Jornal do comércio*, edição da manhã, 21-10-1920. Apud: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. 6ª edição. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1929, p.22.

²⁸⁵ *Rio-Jornal*, 9-05-1920. Apud: CABRAL, Mario V. Op.cit, p.13. Grifos meus.

A 6ª edição parece atender aos desejos do autor e dos críticos, pois nesta há muitas gravuras, alguns até coloridas, como as armas e bandeiras do Brasil, na abertura do capítulo um, e ainda, a bandeira da “República de Pernambuco”, no capítulo sobre a Revolução de Pernambuco em 1917 e a bandeira da Confederação do Equador.



(CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*)

Assim como no livro de Joaquim Maria de Lacerda, há muitas gravuras inspiradas nas fotografias e pinturas de “personagens principais da história,” e serão analisados aqui apenas os ditos “quadros históricos”.

Para ilustrar e reforçar suas idéias sobre as primeiras explorações e fundação de São Vicente, o autor utiliza dois quadros de Benedito Calixto: A Fundação de São Vicente e Martin Affonse de Souza no porto de Piassaguera.²⁸⁶

Além dos quadros Fundação de São Vicente, o livro de Mario da Veiga Cabral traz os: “O poema de Anchieta” e “Domingos Jorge Velho e seu ajudante de Campo Fernandes de Abreu”.O compêndio de Veiga Cabral traz ainda outros pintores famosos e bastante vulgarizados pelas publicações didáticas. Ao tratar das grandes navegações portuguesas e do descobrimento do Brasil, por exemplo, o autor utiliza o quadro “A frota de Cabral ao Sair do Tejo,” de Roque Gameiro.²⁸⁷

Sobre as missas no Brasil recém “descoberto,” utiliza o quadro “A elevação da cruz”²⁸⁸ em meio a uma exposição sobre o desembarque ou não de Cabral em Porto Seguro. A imagem mais uma vez ganha destaque, no meio do texto:

²⁸⁶ Benedito Calixto é outro pintor de meados do século XIX que teve muitas obras presentes em livros didáticos. Nascido em São Paulo em 1853, foi pintor, foi desenhista e professor, além de estudioso da história de São Paulo. Pintava paisagens, costumes populares, cenas históricas, religiosas etc. Diferente de Pedro Américo, B Calixto não estudou na Academia Imperial de Belas- Artes do Rio de Janeiro, iniciando sua carreira graças ao trabalho em oficinas clandestinas, com “trabalhos de cunho propagandístico em Santos, em seguida,(...) consegue seus primeiros clientes como retratista e pintor de cenas de fazendas de café, e finalmente, dedica-se a quadros de paisagem histórica”. Sobre Benedito, consulte: ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. SP: EDUSC, 2003; e também: TEIXEIRA, Milton. *B Calixto: imortalidade*. Santos: Ed UNICEB, 1992.

²⁸⁷ Roque Gameiro nasceu em abril de 1864, estudou na Academia Nacional de Belas Artes, e além do referido quadro, pintou também A partida de Vasco da Gama para a Índia, e a chegada de Vasco da Gama a Calicute. Morreu em Lisboa, em 5 de agosto de 1935. Conforme:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Roque_Gameiro

²⁸⁸ “A elevação da Cruz” é um quadro do pintor português José Peres, nascido em 1850, que veio para o Brasil com 5 anos. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios, e também na Academia Imperial de Belas Artes, onde foi aluno de Victor Meireles. Foi “pintor de história, gênero e retrato, atividade que repartiria até o fim da vida com a de professor no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola Normal”. Foi também o substituto interino de Victor Meireles no curso de pintura na Academia de Belas Artes.

Cf: http://www.pitoresco.com/laudelino/pedrojose/pedro_jose.htm

Os estudos da faixa litoranea em concordancia com o texto do primeiro documento escripto da nossa historia, dissiparam todas as incertezas, apesar da teimosia de um alto espirito como o de Varnhagem, que jámais quiz vencer-se da verdade.

Nessa teimosia entrava, ao que dizem, alguma vaidade pessoal. Elle, que era barão e depois visconde de Porto Seguro, não desejava trazer um titulo, glorioso e merecido embora, mas improprio e eivado de erro seccular.

Comtudo, ninguém hoje acredita na antiga versão que fazia de Porto Seguro o primeiro desembarcadouro da frota de Pedro Alvares Cabral — quando só a enseada de Santa Cruz ou Bahia Cabralia convem em todos os pontos á verdade historica.

Porto Seguro, aliás, dista apenas alguns kilometros do sitio verdadeiro do descobrimento, mas nem corresponde á primeira nem ás ultimas ancoragens da armada portugueza.

O surgidouro definitivo foi um pouco ao norte, no extremo da enseada, junto ao ilhéu da Corôa Vermelha.

Recentemente, podemos ainda ajuntar a erudita monographia de Carlos Malheiros Dias, na — *Historia da Colonização Portugueza do Brasil* — em



A elevação da Cruz em Porto Seguro — Quadro de José Peres

complemento aos trabalhos anteriores e definitivos de Beaurepaire-Rohan e de Salvador Pires.

A navegação de cabotagem em que os navios correm, segundo a linguagem dos marinheiros, sempre *amarados*, isto é, ao largo, não deixa perceber claramente a linha litoranea nessa região coalhada de numerosos recifes de coral.

Apenas do lado do oeste emergem alguns montes, como o Paschoal, que foi tambem a primeira terra avistada pelos descobridores portuguezes. Por que buscaram elles um surgidouro favoravel ao norte e não ao sul? Ella uma questão nova, que talvez se explique pela direcção dos ventos naquella época ou por outra qualquer suggestão do momento."

(CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*, p.28)

O outro quadro “religioso” do livro é o famoso “A primeira missa no Brasil,” de Victor Meireles (1861).²⁸⁹ Este pintou também outros quadros muito presentes nos livros didáticos até na contemporaneidade,²⁹⁰ tais como, “Batalha de Guararapes” (1879); “Passagem de Humaitá” (1868), para citar alguns.

Nascido em Florianópolis em 1832, formou-se na Academia Imperial de Belas Artes, ganhando notoriedade a partir de 1870, junto com Pedro Américo e Almeida Jr. Foi paisagista e importante professor na Academia Imperial, não tendo estabelecido vínculos com o partido republicano, como fez Pedro Américo, que se tornou inclusive deputado.²⁹¹ O quadro a *Primeira Missa no Brasil* ficou famoso internacionalmente, tendo participado de inúmeras exposições internacionais. Nele, a relação entre colonizadores e indígenas aparece de forma harmônica e pacífica, expressa na celebração da missa. Na composição deste quadro, serviu de base para Meireles o relato de Caminha sobre a relação dos portugueses com os índios, além de outros documentos.²⁹²

Por fim, temos o quadro “A Proclamação da República”, de Henrique Bernadelli²⁹³. A imagem imponente de Marechal Deodoro em cima de um robusto cavalo, ostentando a “vitalidade” dos republicanos e da república, contrastando com a monarquia, que no texto de Mario da Veiga Cabral estaria na “ruína”.

²⁸⁹ Além da “Segunda Missa”, o outro quadro de Victor Meireles no livro de Veiga Cabral é “Batalha de Riachuelo”, p. 248.

²⁹⁰ Sobre o ensino de história e uso de imagens nas salas de aula na atualidade, ver: BARROS, Ricardo. *O uso da imagem nas aulas de história*. Dissertação de mestrado em Educação, USP, 2007.

²⁹¹ ALVES, Caleb Faria. Op.cit, p. 35.

²⁹² Sobre Victor Meireles: MILHOMEM, Wolney. *O humanista Victor Meireles*. Porto Alegre: Edições Flama, 1972; RUBENS, Carlos. *Victor Meireles, sua vida, sua obra*. RJ: Imprensa Nacional, 1943; PEIXOTO, Elza Ramos. *Victor Meireles no Museu Nacional de Belas Artes*. RJ: 1970.

²⁹³ O pintor Henrique Bernadelli nasceu no Chile, em 1857, e morreu no Rio de Janeiro em abril de 1936. Também foi aluno na Academia Imperial de Belas Artes, estudando com pintores como Victor Meireles, onde também se tornou professor em 1891. Dentre as suas obras temos *Os Bandeirantes*, de 1890, e *Proclamação da República*, em 1893. Cf: http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Bernadelli"

Palacio da Prefeitura) foi ahi lavrada uma acta da proclamação da Republica.

Estava D. Pedro nessa occasião no Paço da Cidade, actual Repartição Geral dos Telegraphos.



A proclamação da Republica — Quadro de Henrique Bernardelli

esta laconica resposta verbal: “*Diga ao Saraiva que é tarde.*”

Conhecida essa resposta no paço — cujas portas estavam todas guardadas por soldados de infantaria — certificou-se D. Pedro de que nada mais restava a fazer.

Ruira a monarchia. A republica era já uma realidade no Brasil.

Ao tratar do movimento republicano no Brasil, não é possível deixar passar sem um registo especial, a figura do nobre tribuno Dr. Lopes Trovão (*) que luctou toda a sua mocidade para que a Republica fôsse feita no Brasil.

Patenteando exuberantemente a rigidez do seu character e a honestidade com que a sabia amar, resurgia por diversas vezes ao publico, clamando sempre que “*a Republica ha de se moralizar custe o que custar.*”

Prestemos nós justa homenagem á sua memoria. Lopes Trovão — já o disse uma vez em artigo de jornal — representa a gloria immarcescível do passado.

(*) O Dr. José Lopes da Silva Trovão nasceu em 1847, na cidade de Angra dos Reis, e falleceu em 1925 na Capital Federal. Era formado em medicina.

Por sua vez, o livro de Rocha Pombo²⁹⁴ conforme o título já indica consiste em uma “Narração dos fatos da Historia do Brasil. Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas”. Para este autor a imagem é um reforço para a explicação do texto, dando maior “veracidade” ou mesmo convencimento pelo uso de “provas” compreensíveis ao leitor, ajudando na explicação e na visualização “dos acontecimentos” históricos. Além de escrever pensando em diferentes públicos, *Nossa Pátria* teve ampla circulação pelo território nacional, como podemos verificar nas indicações da capa do “livrinho”: “Aprovada oficialmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotada no ensino desses Estados e dos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte.” Foi publicado de 1917 até 1970, todas as edições contendo muitas imagens.

Dentre as imagens presentes neste livro, temos gravuras de objetos, alguns quadros de “pintores da escola acadêmica”, pranchas de viajantes, como Debret, Rugendas, além de fotografias. Em relação às “pinturas históricas”, o livro traz: *A Primeira Missa*, de Victor Meireles; *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo; *A Proclamação da República*, de Henrique Bernadelli; *Domingos Jorge Velho e seu ajudante*, de B. Calixto; estes já analisados aqui.

Além destes quadros, o livro de Rocha Pombo traz algumas imagens diferentes dos livros analisados anteriormente neste trabalho.

Neste sentido, destaco os quadros de Antonio Parreiras,²⁹⁵ um sobre João Ramalho e outro, sobre a execução de Felipe dos Santos:

²⁹⁴ POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. SP: Melhoramentos. 1917.

²⁹⁵ Antonio Parreiras (1860-1937), nasceu em Niterói, tendo sido pintor, desenhista e ilustrador, teria abandonado os estudos na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e continuado seus estudos de forma autodidata. Foi professor na Escola Nacional de Belas Artes em 1890. Também recebeu encomendas “pinturas históricas”, entre eles: *Conquista do Amazonas*, *Zumbi*, *Morte de Estácio de Sá*, etc. Informações obtidas em: <http://www.pitoresco.com/laudelino/parreiras/parreiras.htm>.



Execução de Felipe dos Santos — Quadro de A. Parreiras

capitaneada pelo inditoso Felipe dos Santos, que o governador mandou esquartejar; e, principalmente, a que esteve para rebentar em Villa Rica, por fins do seculo XVIII, e que é conhecida por — *inconfidencia* ou *conjuração mineira*.

Já se viu que o rei exigia para si a quinta parte do ouro que se tirasse das minas. Depois, preferiu que todos os mineiros lhe dessem por anno *cem arrobas* de ouro.

Mas acontece que as minas se iam esgotando; e como, por isso, os mineiros, afinal, não puderam dar aquellas *cem arrobas* de ouro, mandou-as o rei cobrar á força.

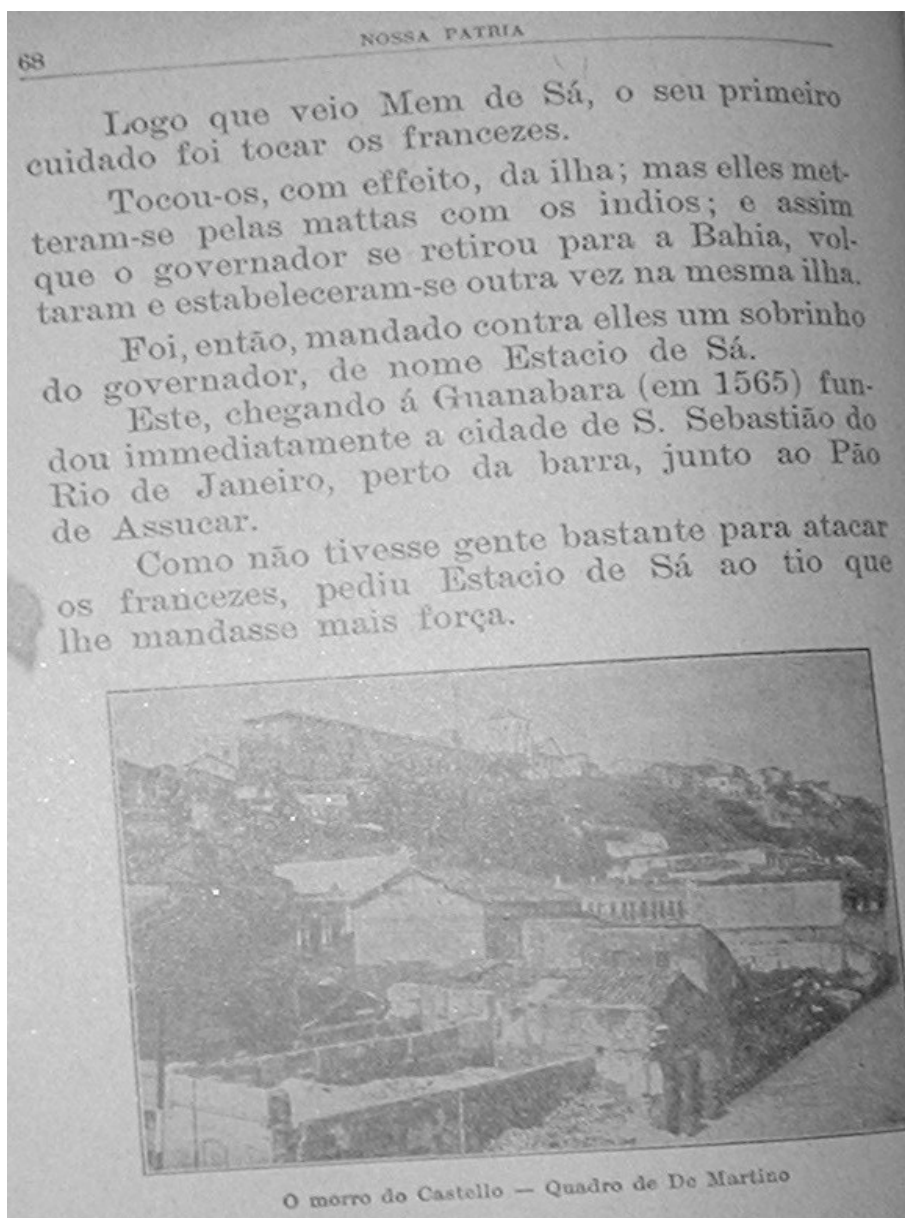


Tiradentes

(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. 91)

O interessante neste capítulo intitulado “Como os colonos mostraram seus ressentimentos,” é a utilização e destaque para a imagem de execução de Felipe dos Santos, e em menor relevo, a imagem de Tiradentes, mais freqüente nos livros didáticos de hoje.

Além dos quadros de Antonio Parreiras o livro de Rocha Pombo traz o quadro “O Morro do Castelo,” de Eduardo De Martino,²⁹⁶ no capítulo sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá:

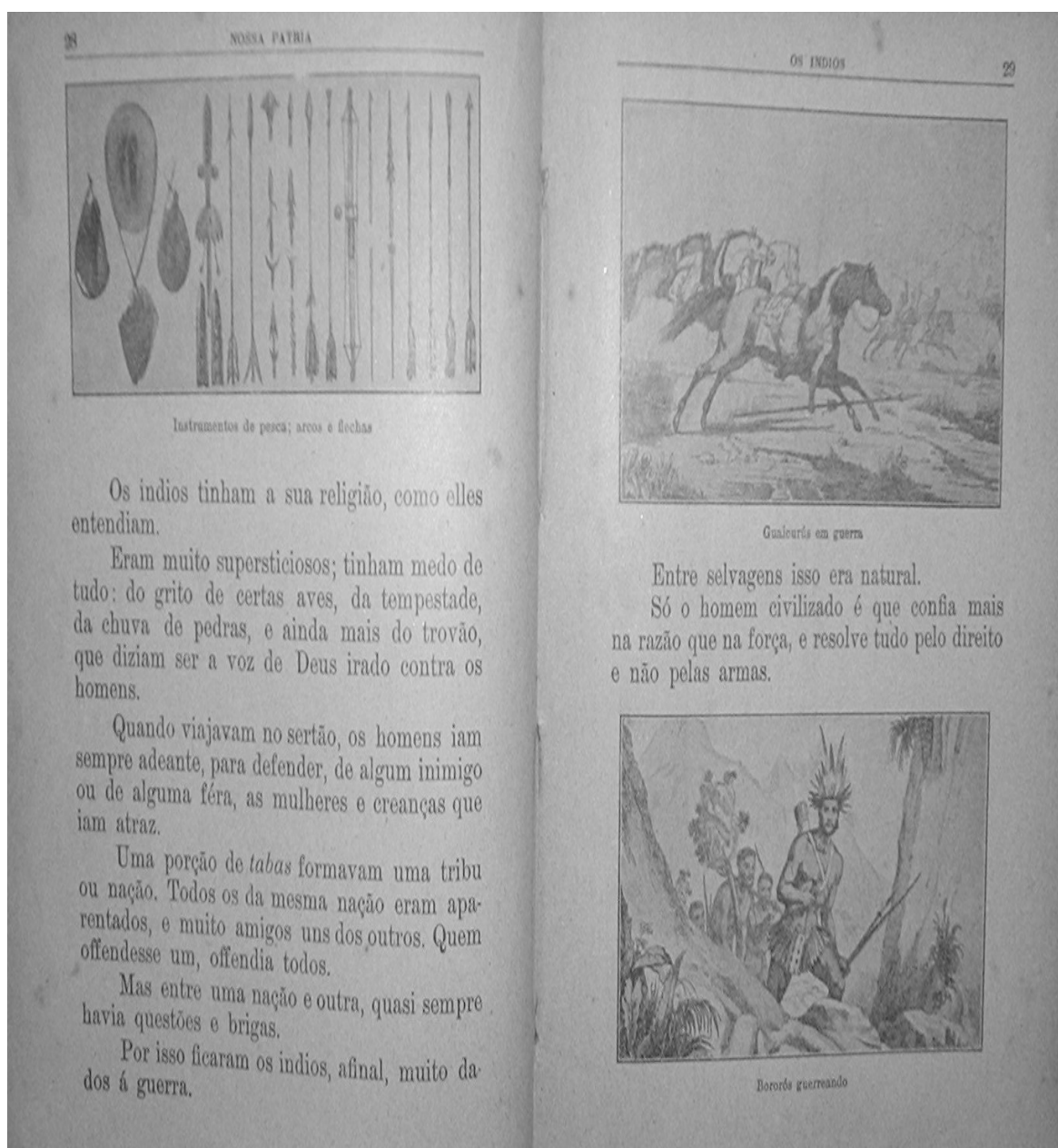


(POMBO, Rocha. *Nossa Pátria*, p.68)

²⁹⁶ Eduardo de Martino (1838-1912) foi um pintor Italiano. Coursou a Escola Naval de Nápoles, e como pintor, era autodidata. Morou no Rio de Janeiro, onde expôs alguns trabalhos sobre a Campanha do Paraguai, com as tela Passagem do Humaitá e Abordagem dos Couraçados, estas adquiridas pelo Governo Imperial. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_dm.htm

O interessante neste caso é que a imagem parece remeter mais ao morro do Castelo de finais do século XIX e inícios do XX que ao momento analisado pelo autor em seu texto, no qual trata da fundação da cidade do Rio de Janeiro no século XVI.

Com relação às pranchas dos viajantes europeus do XIX, o livro de Rocha Pombo utiliza principalmente na análise sobre os modos de vida dos indígenas e dos africanos escravizados no Brasil, realizando trabalhos nas minas de ouro, no trabalho urbano, etc.



(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. P.28-29)

O livro de Rocha Pombo se difere dos demais livros didáticos analisados aqui por trazer os modos de vida na colônia e no Império, principalmente de indígenas e escravos. Todavia, nas imagens sobre estas “raças,” enfatizava o caráter pouco “civilizado” destas em relação ao europeu. Na imagem e texto acima, por exemplo, os índios aparecem como “selvagens”, pois resolvem tudo na guerra, ao contrário do “homem civilizado,” que utiliza a razão em detrimento da força.

Diferente dos quadros “históricos,” as pranchas dos viajantes europeus não traziam identificação de autoria. Todavia, observei que algumas imagens de viajantes utilizadas neste livro pertenciam a Jean Baptiste Debret e a Johann Moritz Rugendas.²⁹⁷

O outro livro de Rocha Pombo, *História do Brasil*, também traz um interessante painel de D Pedro II, diferente das imagens freqüentes nos livros didáticos, trazendo o imperador sempre idoso ou sempre um menino de 5 anos:

²⁹⁷O francês Debret (1768-1848) foi um dos pintores que integrou a Missão Artística Francesa que esteve no Rio de Janeiro em 1816, fundando uma academia de Artes e Ofícios, que mais tarde seria a Academia Imperial de Belas Artes, onde foi professor de pintura. As imagens presentes no livro de Rocha Pombo analisado aqui são parte do livro de Debret *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839), composto de pranchas e pinturas sobre a natureza, homem e vida na sociedade brasileira de início do século XIX.²⁹⁷ Rugendas (1808-1858) foi um pintor alemão que chegou ao Brasil junto com a missão científica do Barão de Langsdorff em 1821. Viajou por todo o Brasil entre 1822-1825, coletando materiais para pinturas e desenhos que retratassem os modos de vida e costumes locais, tipos humanos, espécies vegetais, etc. As pinturas utilizadas no livro de Rocha Pombo fazem parte do livro de Rugendas intitulado *Viagem pitoresca ao interior do Brasil*. Sobre a presença dos viajantes europeus no Brasil, ver: BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. A construção da paisagem. SP: Metallivros, 1994.

francamente a missão de resolver de uma vez o magno problema que estava perturbando toda a vida nacional, e pondo em risco a ordem pública em toda a parte.



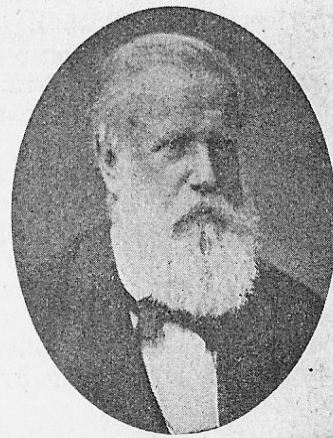
D. Pedro II aos 6 anos



D. Pedro II aos 14 anos



D. Pedro II em 1860



D. Pedro II em 1881

Não havia, com efeito, nenhuma providência com que se pudesse adiar a única solução que todos reconheciam como imperiosa e inevitável. Vitoriosa no sentimento geral,

(POMBO, Rocha. *História do Brasil*. p.547)

Em suma, o uso de imagens nos livros didáticos, principalmente a partir de finais do século XIX e inícios do século XX, associa-se em muitos aspectos às preocupações em tornar os livros não somente “didáticos,” como também, “bons”. O aperfeiçoamento da linguagem, método, o uso de exercícios, mapas, foi delimitando cada vez mais o que seria um livro didático de qualidade.

Contudo, para alguns que estudam a questão *livro didático*, estas características só passam a existir no Brasil a partir da década de 1970, uma vez que antes tínhamos apenas uma “produção artesanal” na indústria editorial:

“Do velho manual, pequeno, contendo praticamente apenas textos, auxiliar das lições e explicações dadas nas aulas pelos professores, antes da década de 1970, o livro didático transformou-se: formato maior, capas chamativas, muitas cores e ilustrações, boxes, exercícios (...).”²⁹⁸

As diferenças entre os momentos da produção didática existem, não quero negar isto. Contudo, as evidências apreendidas durante a presente pesquisa negam este “caráter artesanal” na produção de livros didáticos de história do Brasil, marcados exatamente pelo movimento de permanências e mudanças durante o período aqui analisado. Tal produção não foi estática ou “artesanal” porque não foram “estáticas” ou imutáveis as relações sociais em que foram produzidos os livros didáticos de história do Brasil.

²⁹⁸ GATTI JR, Décio. *A escrita escolar da História*. Livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004, p.12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, gostaria de tecer algumas *considerações finais* não incluídas na versão da dissertação entregue à banca e ao PPGH. O que não foi feito por receio de não conseguir concluir o trabalho em tempo hábil, acabando por entregar uma versão sucinta das considerações finais. Deste modo, gostaria de solicitar à banca permissão para inclusão destas considerações melhor desenvolvidas nos exemplares para biblioteca e divulgação no banco de teses on-line.

Por que, afinal, investir em livros didáticos, em um país tido como analfabeto? Quais os lucros e retornos sociais neste tipo de investimento? Seria possível falar em um “mercado editorial” neste momento, e em particular, isto se aplicava aos livros didáticos? Estas foram algumas das perguntas que orientaram a pesquisa e que gostaria de retomar. Em torno destas questões, o presente trabalho avançou em muitos pontos e reflexões em relação às proposições do projeto inicial.

Foi possível observar que a edição de livros didáticos de história envolvia muitos sujeitos, com diferentes significados sociais para os mesmos. Era um negócio e fonte de lucros, para alguns, estratégia de sobrevivência e de trabalho, para outros, ou ainda, meio de inserir-se no universo da cultura letrada da cidade, utilizando a palavra para reivindicar melhorias nas condições de vida, tais como na luta por instrução de qualidade, melhorias nas condições de trabalho, moradia, dentre outras. De todo modo, a compreensão sobre os significados de escrever e editar livros didáticos de História no Rio de Janeiro, entre 1870-1924, não pode ser separada das principais transformações no ensino e na constituição de um mercado editorial de massas.

Tal recorte respeitou principalmente a problematização das transformações do livro didático em produto de massas, com elevado número de tiragens, reedições frequentes,

barateamento dos preços e diversificação do público-alvo. Por isso, ratifico que o investimento em abertura de escolas e na publicação de livros didáticos “para o povo” ajuda a entender a existência de cerca de 61% de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro em princípios da década de 1920. Com isto, além da edição e o comércio de livros didáticos constituírem-se como um lucrativo negócio, envolvendo sujeitos e interesses distintos, ela representava também a possibilidade de participar nas decisões e proposições de projetos para a sociedade. Vale lembrar que alguns desses livros didáticos de história do Brasil, foram reeditados por diferentes gerações, e chegaram às salas de aula e aos alunos até as décadas de 1970 e mesmo 1980.

Por sua vez, os livros didáticos de história do Brasil não eram todos iguais porque foram elaborados segundo diferentes concepções de história e ensino. Seus autores pertenciam a grupos sociais distintos e muitos deles sequer conseguiam editar seus livros, pois não pertenciam aos círculos de poder e prestígio. Ou, quando o conseguiam, não eram recomendados pela imprensa e nem figuravam nos programas oficiais de ensino.

Apesar de ter ampliado significativamente o número de títulos de livros didáticos analisados, dos 40 iniciais para cerca de 138 ao término da pesquisa, creio que as possibilidades de análises em torno deles não tenham sido esgotadas neste trabalho. Muitas foram indicadas, pontuadas, porém, com menos aprofundamento que desejava, o que em parte ocorreu em função da dificuldade ou impossibilidade em localizá-los, ou mesmo, do mau-estado de conservação de alguns, pois desmanchavam com o simples toque e manuseio. As análises feitas neste trabalho foram escolhas feitas a partir também, das condições de trabalho e acesso às fontes. Daí, a importância em explorar as minúcias e detalhes nas fontes.

No que tange às transformações nos livros didáticos de história do Brasil, elas correram, em parte, em função das exigências e pontos dos programas, e da necessidade de adequar o livro didático aos mesmos. As mudanças na linguagem e metodologias dos livros didáticos foram outra tônica do período estudado aqui, com acréscimos de imagens, introdução de cores nas capas, redução de formato e acréscimos de conteúdos, em função dos novos acontecimentos vividos. Todavia, muitas foram as permanências observadas na análise dos livros didáticos, principalmente em função das muitas reedições, uma vez que

houve casos de livros reeditados e utilizados por cerca de 80 anos, modificando alguns aspectos gráficos, mas mantendo as mesmas perspectivas e concepções de história das edições iniciais.

Essa problematização permitiu avaliar até que ponto muitas perspectivas de história do Brasil ensinadas desde inícios do XX permaneceram na memória e no ensino de muitas gerações, orientadas muitas vezes, pelos grandes fatos e feitos de personagens da vida política e institucional, servindo como parâmetro para selecionar os conteúdos dos programas, e também, a seleção e preservação de uma memória social, “no singular”.

Deste modo, esta dissertação teceu também uma reflexão sobre a relação entre o ensino de história e memórias; a partir das distintas experiências de homens, mulheres e crianças, sendo possível dar visibilidade a outras memórias em torno da construção da história do Brasil ensinada nos manuais didáticos.

As ações de professores, autores e editores tiveram diferentes motivações, muito além dos círculos eruditos de homens de letras do país. Se para alguns destes ensinar história do Brasil para o “povo” através dos livros didáticos era uma forma de tirá-lo da “ignorância,” para a “gente comum,” o conhecimento da história do país via livros didáticos era também, uma possibilidade de inserir-se ativamente enquanto sujeito, não um mero espectador da própria história.

A existência de projetos direcionados a difusão da escrita/leitura na cidade do Rio de Janeiro deve ser vista também como um movimento de luta dos próprios sujeitos, na busca pela inserção no universo da cultura letrada e não apenas, como um empreendimento vindo “de cima” por grupos da classe dominante.

Por fim, em torno do ensino de História, cabe-nos a reflexão de quais histórias estamos silenciando ou cristalizando em nossas aulas diárias, através de nossas escolhas e do modo como conduzimos nossa reflexão histórica.

FONTES:

Livros didáticos:

ABREU E LIMA, J I. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Eduardo e Henrique Laemmert, (2 volumes), 1843.

ABREU E LIMA, J I. *Compêndio de História do Brasil*. RJ: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.

ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de (1813-1880). *Compêndio da História do Brasil*. Pernambuco: De Lailhoar, 1878.

ALMEIDA, Julia. *Historias da nossa terra*. RJ: Francisco Alves, 1905.

ALVARESZ BONILLA, Enrique (1848-19130). *Compêndio de história pátria*. Bogotá: Lib. Colombiana, 1904. (Sobre a história da Colômbia)

ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo de História do Brasil*. Boston (Estados Unidos): Ginn, 1888.

AFONSO CELSO. *Por que me ufano do meu país*. RJ: Editora Expressão e cultura, 1997.

BARBALHO, João. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil para as escolas primarias*. RJ: Francisco Alves, 1904.

BELLEGARDE, H L de Niemeyer. (1802-1839). *Resumo da História do Brasil até 1828*. Traduzido de Ferdinand Denis. RJ: Typographia de Gueffier E C. 1832.

_____. *Resumo da história do Brasil*. RJ: Emp. Typ. Dois de Dezembro, 1855.

_____. *Resumo da história do Brasil*. 4ª Edição correta e aumentada. RJ: Garnier, 1877.

BENEVIDES, Sã . *Resumo de historia do Brasil* RJ: Francisco Alves, 10ª ed, 1913.

_____. *Lições de historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 3 ed. 1912.

_____. *Pontos de historia do Brasil* . RJ: Francisco Alves, 1912.

BILAC, Olavo. *Pátria Brasileira*. RJ: Francisco Alves, 1900.

- BILAC ,Olavo e Coelho Neto. RJ: *Contos pátrios*. Francisco Alves, 1904.
- _____. *A pátria brasileira*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1911.
- BILAC ,Olavo e Manuel Bonfim. *Através do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1910.
- BITENCOURT, Feliciano Pinheiro. RJ: *Historia do Brasil*. Francisco Alves, 1907.
- BORGES, Abílio Cezar. *Primeiro livro de leitura*. Para uso da infância brasileira, com gravuras. RJ: Garnier, 1877.
- _____. *Segundo livro de leitura*. RJ: Garnier, 1877.
- _____. *Quarto livro de leitura*. Para uso das escolas brasileiras. (Com gravuras). Composta pelo Dr Abílio Borges. Nova edição. RJ: Francisco Alves. Rua do Ouvidor, 134; Paris- Aillaud & C, 1890.
- _____. *Resumo da gramática portuguesa*, para uso dos alunos do Colégio Abílio. RJ: Garnier, 1877.
- BRAGA, Creso. *Breves lições de história do Brasil*. RJ: Jornal do comércio, 1919.
- CABRAL, Manuel Aires de. *Corografia do Brasil*, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. RJ: Imprensa Régia, 1817.
- CABRAL, Mario da Veiga. *Lições de História Geral*. (De acordo com o programa das escolas públicas do DF). RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.
- _____. *Compêndio de História do Brasil*, para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.
- _____. *Compêndio de História do Brasil*, para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1929.
- _____. *A geografia e a história no exame de admissão*. 19ª ed. RJ: F Alves, 1969.
- _____. *Compêndio de Corografia do Brasil*. 26ª ed. RJ: J Ribeiro dos Santos, 1941.
- _____. *Corografia do Brasil*. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1916.
- _____. *Corografia do Brasil*. 28ª Ed. RJ: Ed A Noite, 1947.
- _____. *Corografia do Brasil*. (Curso superior). RJ: L Francisco Alves, 1957.

- _____. *História do Brasil*. (Curso Superior). RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1940.
- _____. *Nossa pátria*. Noções de corografia do Brasil. Para uso das escolas primárias. RJ: J Ribeiro dos Santos, 1923.
- _____. *Pequena História do Brasil*. 1ª Ed. RJ: J Ribeiro dos Santos, 1923.
- _____. *Pequena História do Brasil*. 2ª Ed. RJ: J Ribeiro dos Santos, 1924.
- _____. *Pequena História do Brasil*. 19ª Ed. RJ: Editora A Noite, 1951.
- _____. *Primeiro livro de leitura*. 15ª Ed. RJ: Livraria Jacinto, 1942.
- _____. *Segundo livro de leitura*. 15ª Ed. RJ: Livraria Jacinto, 1942.
- CAMPOS, Rocha. *Pontos de história do Brasil: livro auxiliar do estudante*. SP: Livraria Zenith, 1925.
- CARVALHO, Felisberto. *Terceiro Livro de leitura*. RJ: Francisco Alves, 1892.
- CARVALHO, Felisberto. *Quarto livro de Leitura*. RJ: Francisco Alves, 1895.
- COUTO, Pedro. *Pontos de História do Brasil*. 2ª. Edição. RJ: Jacinto Ribeiro Editor, 1920.
- CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1855.
- _____. *Lições de História do Brasil*. RJ: Typografia de M Gomes Ribeiro, 1857.
- _____. *Lições de História do Brasil*. RJ: Typ. Esperança, 1869.
- _____. *Lições de História do Brasil*. RJ: Typ. Esperança] 1873.
- _____. *Lições de História do Brasil*. RJ: Typ. do Figaro, 1877.
- _____. *Aritmética para meninos*, contendo unicamente o que é indispensável, e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras. RJ: Rio de Janeiro : Typ. brasiliense de M. G. Ribeiro, 1854.
- CORREA, Viriato (1884-1967). *História do Brasil para crianças*. SP: Cia Ed Nacional, 1934.
- _____. *Terra de Santa Cruz*. RJ: Livraria Castilho, 1921.
- _____. *O Brasil de meus avós, crianças da história brasileira*. SP: Ed Nacional, 1927.

- _____. *Era uma voz* (Contos para crianças). RJ: F Alves, 1909.
- _____. *As belas histórias da história do Brasil*. SP: Cia Ed Nacional, 1967.
- ESTRADA, Osório Duque. (1870-1927). *Historia do Brasil* (Para uso das escolas normais). RJ: Jacinto Ribeiro Editor, 1918.
- _____. *Corografia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1921.
- _____. *Historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1918.
- _____. *Noções de Corografia do Brasil*, para uso das classes primárias (classe complementar). RJ: Livraria Francisco Alves, 1921.
- _____. *Noções de história do Brasil*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1924.
- _____. *Histórias maravilhosas*. 1ª Série. 4ª edição, RJ: Livraria Francisco Alves, 1946.
- _____. *Histórias maravilhosas*. 2ª série. RJ: Livraria Francisco Alves, 1946.
- FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. (Resumo didático). SP: Melhoramentos, 1928.
- _____. *Apostilas de história do Brasil*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1934.
- FLEIUSS, Max & MAGALHÃES, Basílio de. *Quadros de História Pátria*. Para uso das escolas (aprovados e adotados pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal). 2ª edição, RJ: A J Castilho Editor, 1919.
- FREIRE, Felisberto Firme de Oliveira (1858-1916). *Historia do Brasil*. Adotada pelo Conselho de Instrução da capital federal para uso das escolas públicas, 1º grau. RJ: Livraria Clássica Alves, 1896.
- _____. *Historia do Brasil*. 2º grau. RJ: Francisco Alves, 1896.
- _____. *História constitucional da república dos Estados Unidos do Brasil*. RJ: Typ. Aldina, 1894.
- _____. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. RJ: Typ. Moreira Máximo, 1894.
- LACERDA, Joaquim Maria de (1838-1886). *Pequena Historia do Brasil*. Por perguntas e

respostas para uso da infância brasileira. 11ª Ed, aumentada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. RJ: H Garnier, 1898. (A segunda edição é de 1880).

_____. *Pequena Historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1906.

_____. *Pequena Historia do Brasil*. Por perguntas e respostas para uso da infância brasileira. Novíssima edição, ilustrada com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919. RJ: Francisco Alves, 1919.

_____. *Pequena Historia do Brasil*. RJ: F Alves, 1957.

_____. *Nosso Atlas da infância*. Contendo 19 cartas e numerosos planos de cidades. RJ: B L Garnier, 1888.

_____. *Pequena geografia da infância*. Composta para uso das escolas primárias. 9ª Ed, revista e melhorada. RJ: Garnier, 19?

LOPES, Luíza Carolina de Araújo. (Diretora do Colégio de Meninas Santa Luzia, Rio de Janeiro). *Lições de Geografia particular do Brasil*. 1877.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corografia do Brasil*. RJ: Garnier: 1875.

_____. *Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, Tipografia Imparcial, 1861.

_____. *Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1865.

_____. *Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1871.

_____. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. Obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. RJ: Garnier, 1877.

_____. *Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1877.

_____. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. Obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. RJ: Garnier, 1905.

MAGALHÃES, Basílio.(1874-1957). *História do Brasil*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1942.

MAIA, L Q Matoso. *Lições de historia do Brasil*, proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro, Dias da Silva Junior, data?

_____. *Lições de historia do Brasil*, proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. 2ª Edição corrigida e aumentada. RJ: D L Garnier, 1886.

_____. *Lições de historia do Brasil*. 4ª edição. RJ: Francisco Alves, 1894.

_____. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. RJ: Garnier, 1905.

MARTINS, Henrique. *Corografia do Brasil*. 8ª edição . RJ: Francisco Alves, 1910.

MARTINEZ, Cesar. *Vida escolar. Quarto livro- Linda História de meu país*. RJ: Francisco Alves. 1930.

MASCARENHAS, Aníbal. *Curso de História do Brasil*. RJ: Livraria do Povo de Quaresma & Cia Editores, 1898.

MAUL, Carlos (1889). *História do Brasil: resumo para o curso primário*. RJ: A Coelho Brando, 1933.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida (1833-1896). *Lições de história pátria*. SP: Typ. da Província, 1877.

MENEZES, Estácio de Sá. *História do Brasil contada aos meninos*. RJ: Garnier, 1877.

MENEZES, Vieira. *Conheçamos Nossa pátria*. RJ: Francisco Alves, 1892.

_____. *Nossa história pátria* (Quadros murais da história do Brasil) RJ: Francisco Alves, 1891.

MOURA, Caetano Lopes de. 91780-1860). *Epítome cronológico de história do Brasil*, para uso da mocidade brasileira (com permissão especial) pelos editores a Sua Majestade Imperial o Sr D Pedro II Imperador do Brasil. Paris; J F Aillaud, Monlon, 1860.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. (Professora da Cadeira Pública do sexo feminino da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro). *Método Intuitivo para ensinar a contar*. Rio de Janeiro, 1881.

_____. *Método brasileiro para o ensino da escrita*. Rio de Janeiro, 1882.

_____. *Entretenimentos sobre Deveres de civilidade da puerícia brasileira para ambos os sexos*. Rio de Janeiro, Lombaerts, 1882.

PADILHA, Viriato.(Natural de Minas Gerais). *Histórias do arco da velha*. Livro para as crianças, contendo escolhida coleção de contos populares, morais(...) apanhados diretamente da tradição oral. RJ: Livraria do Povo, Quaresma e C, Livreiro Editor. Rua São José, sem data.

_____. *Lições de história geral*, organizadas de acordo com o atual programa, aprovado pela Inspeção Geral da Instrução Pública para os exames gerais preparatórios, pelo projecto e eminente professor Sr Aníbal Mascarenhas. RJ: Livraria do Povo, Quaresma e C, Livreiro Editor, Rua São José, ano?

PEIXOTO, Afrânio (1876-1947).*Minha terra e minha gente*. RJ: Francisco Alves, 1918.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes (1825-1876). *Episódios da história pátria*, contados à infância. RJ: B L Garnier, 1860.

_____. *Episódios da história pátria*, contados à infância. RJ: B L Garnier, 1864.

_____. *Episódios da história pátria*, contados à infância. 8ª Edição melhorada. RJ: B L Garnier, 1877.

PINHEIRO, José Pedro Xavier. (1822-1882). *Epítome da história do Brasil*, desde o seu descobrimento até a conclusão da guerra do Paraguai. 7ª Edição. RJ: Laemmert, 1880.

PINTO, Moreira.(1848-1903). *Pontos de história do Brasil*. Organizados segundo o novíssimo programa dos exames gerais na instrução pelo bacharel Alfredo Moreira Pinto, 3ª Edição. RJ: Livraria J G de Azevedo- Editor, 1876.

_____. *Epítome da história do Brasil*, seguido de um pequeno dicionário biográfico destinado às aulas como livro de leitura. RJ: Nicolau Alves, 1884.

_____. *Rudimentos de corografia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 4ª ed. 1892.

POMBO, José Francisco da Rocha.(1857-1933). *Compêndio de história da América*. RJ: Laemmert & C, 1900.

_____. *História da América* para escolas para escolas primárias. RJ: H Garnier, 1903.

_____. *História do Brasil* (Curso Superior). Editora - proprietária Comp. Melhoramentos de SP (Weiszflog Irmãos Incorporada), 1904.

_____. *História do Brasil*. (Ilustrada). RJ: J Fonseca Saraiva, 1906.

_____. *Nossa pátria*. Narração dos fatos da Historia do Brasil . Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas. SP: Cia Melhoramentos, 1917.

_____. *História do Brasil* para o ensino secundário. Com muitos mapas históricos e gravuras explicativas. SP: Weiszflog irmão, 1918.

_____. *História de São Paulo*. (Resumo didático). SP: Weiszflog, 1919.

_____. *História do Paraná*. (Resumo didático). SP: Cia Melhoramentos, 1929.

_____. *História do Brasil*. Nova Edição ilustrada. RJ: W M Jackson, 1935.

_____. *História do Brasil*. RJ: Edição do Centenário. Edição do Anuário do Brasil. 1922.

_____. *História do Brasil*.(Corrigida por Hélio Viana).SP: Ed Melhoramentos, 1948.

_____. *História Universal*. SP: Melhoramentos, data?

PUIGGARI, R. *Cousas brasileiras*. RJ: Francisco Alves, 1893.

REIS, Antonio Alexandre Borges dos (1859-1922). *Corografia e história do Brasil*, especialmente do Estado da Bahia, 1894. Salvador: diário da Bahia, 1894.

_____. *História do Brasil*. Salvador: Lythe- Typ. Reis, 1903.

REIS, Otelo da silva. *Historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 3ª ed. 1927.

RIBEIRO, João. *Historia do Brasil. Para uso das escolas e dos Lyceus* .RJ: Jacinto Cruz Coutinho (Livraria Cruz Coutinho), 1900.

_____. *Rudimentos de História do Brasil*. (Curso Primário). RJ: Livraria Francisco Alves, 1924 .

- _____. *Historia do Brasil*. Curso Superior . Adotado no Ginásio Nacional RJ: Livraria Francisco Alves,1900.
- _____. *Historia do Brasil*. Curso Superior. 5ª Edição, revista e melhorada. RJ: F Alves, 1914.
- _____. *História Universal*: lições escritas em conformidade com o último programa do Colégio Pedro II. 6ª Edição. RJ: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1929.
- _____. *Gramática portuguesa*. Curso primário. 1º ano de português. 89ª Ed. RJ: Livraria Francisco Alves, 1926.
- _____. *História do Brasil*.(Curso superior). 14ª Edição Revista e completada por Joaquim Ribeiro. RJ: Livraria São José, 1953.
- ROMERO, Silvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. RJ: Francisco Alves,1890.
- SEIXAS FILHO, Romualdo Antonio (1854-1880). *Synopse da história do Brasil*. Composta sob um plano especial para a instrução primária e secundária e colecionada dos melhores autores. Salvador: Imp. Econômica, 1975.
- SERRANO, Jonathas (1885-1944). *Epítome de história do Brasil*. RJ: F Briguet, 1941.
- SILVA, José Maria Velho da (1811-1901). *Homens e fatos da história pátria*, estudos biográficos segundo a ordem estabelecida no programa das escolas primárias. RJ: Livraria do Povo, 1895.
- SILVA, J. Pinto. *Minha pátria*: ensino da história do Brasil no segundo curso preliminar. 22ª ed. SP: Typ. Siqueira, 1924.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. SP: Melhoramentos, 1990(15ª Edição).
- VIANA, Francisco F Mendes e MENDES, Euclides. *Pequena história do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1922.
- VILA-LOBOS, Raul (1862-1899). *Pontos de história do Brasil*, coordenados e redigidos de conformidade com o programa geral de preparatórios. 2ª Ed. RJ: Laemmert & C, 1889.
- SILVEIRA, Alfredo Baltazar da . *Historia do Brasil*. RJ: Francisco Alves, 1924.

Obras de referência:

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*. 7 volumes, 1895.

LACERDA, José Maria. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Proprietário: Francisco Arthur da Silva, 1859.

Dicionário biobibliográfico IHGB. *Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. 6 Volumes.

Memórias, biografias e outras fontes:

ALVES, Isaiás. *Vida e obra do Barão de Macaubas*. 1936, Edições Infância e juventude.

ALBUQUERQUE, José Joaquim C da Costa Medeiros e. *Homens e coisas na Academia*. Rio de Janeiro: Renascença, 1934

ABREU, Brício de. *Esses populares tão desconhecidos*. Rio de Janeiro: Ed. Raposo Carneiro, 1963.

ALMEIDA, Álvaro de. "O centenário da Livraria Francisco Alves." IN: Revista da Academia Brasileira de Letras, ano 53, vol 88. RJ: ABL, 1954.

ANTELO, Raul(org). *A alma encantadora das ruas*. SP: Companhia das Letras, 1997.

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio de Janeiro e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

AZEVEDO, Carlos Magalhães de. *Homens e livros*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaiás Caminha*. São Paulo: Ática, 1984.

BARRETO, Paulo. (João do Rio). "Os mercadores de livros e leituras das ruas". IN:

BARROSO, J.L. *A instrução pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1867.

BORGES, Abílio César. *O Colégio Abílio. 1872. Imperial Instituto Artístico. (Plano de Estudos e Estatuto - Corte)*. 1872.

_____. *A Lei do Ensino Infantil*. Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1883.

_____. *Ensino da mocidade. Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ...*, por Abílio César Borges. Extraído de *O Globo*, 1876.

- BRITO, Mário da Silva. “Breve história de uma editora ou Memórias de um amigo do, da e dos Martins”. BRITO, Mário da Silva et al. *Martins, 30 anos*, São Paulo: Martins, 1957.
- CHACON, V. *Abreu e Lima: General de Bolívar*. RJ: Paz e Terra, 1983.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. SP: Editora Itatiaia Limitada, 1988.
- CORREA, Viriato. *Cazuza*. (Memórias de um menino de escola). RJ: Ed Civilização Brasileira, 1960.
- DONATO, Hernâni. *100 anos da Melhoramentos. 1890- 1990*. SP: Melhoramento, 1990.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo: 1837- 1937*. RJ: MEC. Publicação Oficial do Primeiro Centenário, 1937.
- DOYLE, Plínio. “Joaquim Manuel de Macedo no IHGB.” *Revista do IHGB*. RJ: 1971. Vol 291.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. RJ: Imprensa Nacional, 1938.
- EDMUNDO, Luís. *De um livro de memórias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958, 5vols.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. RIHGB*. Tomo XCV. 1924.
- FALCÃO, Rubens. *A educação de adultos no Estado do Rio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- Livraria Francisco Alves. 150 anos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2004.
- GODIM, E R. *Vida e obra de Paula Brito*. RJ: Brasiliana, 1965.
- GUIMARÃES, Pinheiro. *O Ensino Público. Elementar, integral e técnico*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1907.
- FLEIUSS, Max. *Páginas de História*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- FLEIUSS, Max. *História da imprensa*. Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil. RJ: Imprensa Nacional, 1922.
- FLEIUSS, Max. *O instituto histórico através de sua revista*. RJ: Imprensa Nacional, 1938.

- _____. *O centenário do Brasil*. RJ: Pap. L. Macedo, 1900.
- _____. *Barão de Rio Branco, 1845-1944*. Homenagem do Centro Carioca.
- _____. *Dom Pedro II*. RJ: Imprensa Nacional, 1940.
- _____. *Páginas de história*. RJ: Imprensa Nacional, 1930.
- _____. *Recordando*. Casos e perfis. RJ: Imprensa Nacional, 1941.
- _____. *História administrativa do Brasil*. RJ: Imprensa Nacional, 1923.
- LEÃO, Múcio. *João Ribeiro*. RJ: Ed. Alba, 1933.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: EDUSP, 1975.
- LAVRADIO, Barão do. *Parecer sobre a Memória do Dr. José Maria Teixeira: causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1887.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio: Perseverança, 1878.
- _____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Garnier, 1861.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Mulheres célebres*. RJ: B L Garnier, 1878.
- MACEDO, Joaquim Teixeira de. *Ensino normal, primário e educação popular*. RJ, 1876, João A. A. Aguiar.
- MAUL, CARLOS. *Grandezas e misérias da vida jornalística: memórias*. Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1968.
- MAUL, CARLOS. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.
- MARINHO, Igenesil & INNECO, Luís. *O Colégio Pedro II cem anos depois*. Rio de Janeiro: Villas Boas, & C., 1938.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- MORAES FILHO, Mello. *Fatos e memórias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

- _____. *Festas e tradições populares*. Rio de Janeiro: Fauchou, s.d.
- MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira. (Livreiro e autor)*. RJ: Publicações da Academia Brasileira .1943
- MOTA, M A R. *Sílvio Romero, dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. RJ: FGV, 2000.
- MOTTA, Cunha. *Os rapazes da Imprensa*. São Paulo: Ed. Ateniense, 1990.
- QUELUZ, Gilson. *Rocha Pombo: romantismo e utopias: 1880-1905*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
- POMBO, José Francisco da Rocha Pombo. *A honra do Barão*. Curitiba: Typ. da verdade, 1881.
- _____. *No hospício*. RJ: H Garnier, 1905.
- _____. *Contos e pontos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1911.
- _____. *A supremacia do ideal*. (Estudo sobre educação). Cidade de Castro: Typ. do Echo dos Campos, 1883.
- RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. RJ: Ed. Record. SD.
- RIBEIRO, João. *O elemento negro: história, folklore, lingüística*. Introdução e notas de Joaquim Ribeiro. RJ: Record.(s.d).
- _____. *Memória histórica*. Apresentada à congregação do Ginásio Nacional: anos de 1901. RJ: Imprensa Nacional, 1902.
- _____. *Autores contemporâneos*. Seleta de autores do século XIX, adotada pelo governo para os exames de língua francesa, inglesa e alemã. Edição contendo numerosas anotações. RJ: Livraria Francisco Alves, 1914.
- _____& ROMERO, Sylvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1906.
- _____. *Estética da Língua Portuguesa*. Ed. S.A. A Noite, sem data.
- SARAIVA, José Antonio . *Bertrand: a história de uma editora*. Lisboa: Bertrand, 1979.
- SENNA, Ernesto. *O velho commercio do Rio de Janeiro* . RJ: Garnier Irmãos, sd. .

TRAVASSOS, Nélon Palma. *Livro sobre livros*. SP: Hucitec, 1978.

_____. *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos*. SP: EDART, 1964.

_____. *No meu tempo de mocinho ...* SP: Brasiliense, 1944.

_____. *Quando eu era menino*. São Paulo: EDART, 1960.

VAZ, Léo. *Páginas vazias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

VERÍSSIMO, José. *A instrução e a imprensa*. Livro do Centenário, Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (1ª. Edição é do início século XX – o autor foi jornalista, educador, crítico literário e diretor da Instrução Pública do estado do Pará, 1892-98; foi reitor do Externato do Ginásio Nacional – ex-colégio Pedro II).

Catálogos:

- *Catálogo da Exposição de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1881.

- *Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves*. 1954.

- Catálogo da Livraria Garnier. RJ: Ganier, 1877.

- Extrato do Catálogo da Livraria J G de Azevedo- Editor. IN: PINTO, Alfredo Moreira. *Pontos de história do Brasil*. RJ: Livraria J G de Azevedo-editor, 1876.

- Extrato do Catálogo da Livraria do Povo. IN: SILVA, Dr José Maria Velho. *Homens e fatos da história pátria*. Biblioteca da livraria do povo. RJ: Livraria do Povo, Quaresma e C- Livreiros-editores, Rua São José, 1895.

- Extrato da Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos para o ano de 1920. IN: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. RJ: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1ª Ed, 1920.

Periódicos e Legislação:

Almanach Alves para 1917, 1 ano . Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, 1917.

Almanack Laemmert. RJ. 1873, 1874 e 1877.

Almanaque Garnier (1904-1914)

Anais da Câmara dos Deputados (1900-1905)

Revista do IHGB (Entre 1839-1931)

Livros Premiados. Anúncios de editora Francisco Alves na *Revista Pedagógica*. RJ: 1891.

A Instrução Pública-RJ, 1872, n° 1(13/04/1872)

INSTRUÇÃO PÚBLICA, por diversos professores públicos. Rio de Janeiro, 1871. Julio Villeneuve e Cia, 21pp. (*Manifesto dos professores públicos de Instrução Primária da Corte ao Imperador, ao Primeiro Ministro, sobre a situação de penúria em que viviam*).

MACEDO, Joaquim Teixeira de. *Ensino normal, primário e educação popular*. RJ, 1876, João A. A. Aguiar.

PROJETO DE ESCOLAS AGRÍCOLAS. *Fazenda-escola ou Colônia Agrícola de Órfãos e Meninos abandonados ou sem trabalho*. Rio de Janeiro, Typographia de Laemmert, 1873.

PIZARRO FILHO, Tereza. (Diretora do Colégio Santa Teresa, no Rio de Janeiro). “Organização do Ensino Secundário para o sexo feminino.” *Actas e pareceres do Congresso de Instrução*. 1883.

SCHREINER, Edwiges Raetz de. (Professora particular). *Idéias sobre a instrução primária no Brasil*. Rio de Janeiro, 1883.

Artigos em periódicos:

ANDRADE, Olympio de Sousa. “O livro brasileiro: progressos e problemas numa visão de conjunto”. *R. Livro*, Rio de Janeiro, 12 [37]: 11-54. 1969.

CARRINGTON, M. “Arte tipográfica , livros e editores” . *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 7 (362) : 48, 11 out. 1943.

CAVALHEIRO, Edgard. “50 anos editando livros”. *O Estado de São Paulo*, SP, 30 mar.1957. Supl. Lit, p4.

COELHO, Arthur. “Companhia Editora Nacional, 46 anos a serviço do livro”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 Jan. 1973. P 12.

GONÇALVES, Álvaro. “O editor é um traço de união entre os artistas e o público”. *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 7. Jan. 1942.

LINS, Osman. “Nascimento de uma editora”. *O Estado de São Paulo*, SP, 1 ago. 1960. Supl. Lit. p4.

MARTINS, Wilson. “Por uma política editorial”. *O Estado de São Paulo*, SP, 6 out. 1956. Sipl. Lit. p 2.

MONT’ ALEGRE, Omer. “O livro ilustrado”. *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 4 . 28 dez. 1939

NEVES, J. L. Costa. “A ilustração no livro brasileiro”. *Anais Bras. Literatura*, Rio de Janeiro, 1937, p. 81-86.

PAIVA, Tancredo. “O livreiro Alves”. *Espelho*. Julho, 1935.

PEIXOTO, Afrânio. “Francisco Alves, o pioneiro do livro didático no Brasil”. *O Imparcial*, 2/7/1917.

RIBEIRO, João. “Uma recordação pessoal”. *O Imparcial*, 2/07/1917.

BARRETO, Paulo.(João do Rio).“Autores e editores. As edições populares”. *O Dia*, 2 de julho de 1901.

ARQUIVO NACIONAL:

FUNDO INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

Boullier - Série Educação

Ministério do Império -Segunda Diretoria Impressões autorizadas -Livro 556

Série Educação Ensino primário

JUÍZO TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Processo de Nicolau Alves/ Luís Batista Garnier, 1872.

NUDOM (Núcleo de Documentação do Colégio Pedro II):

CAIXA ESCOLAR. (LIVROS EMPRESTADOS AOS ALUNOS DO COLÉGIO PEDRO II)

Programas de ensino:

Programas do Colégio Pedro II, 1852-1831. In: Ariclê e LORENZ, Karl Michael.(Orgs)
Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. 1850-1951. 1998. Curitiba: Ed. do
Autor

Anuario do Collegio Pedro II: 1 anno. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1914.
314 p.

Bibliografia:

- ABREU, Márcia(Org). *Leitura, história e história da leitura*. SP: Mercado de Letras, 1999.
- ABREU, Marta e SOIHET, Rachel.(Orgs). *Ensino de história. Conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da palavra, 2003.
- ABUD, Kátia. “Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária”. IN: BITTENCOURT, Circe. (Org). *O saber histórico na sala de aula*. SP: Contexto, 1997, pp.28-41.
- ALMEIDA, José Ricardo. *História da instrução pública no Brasil.(1500-1889)*. INEP, 1989.
- ALVES, Tânia Caleb. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. SP: EDUSC, 2003.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiróz. *Colégio Pedro II: Um lugar de memória*. RJ: 1999. Tese de Doutorado em História/ UFRJ.
- BAKHTIN, Mikail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de F Rabelais*. São Paulo: Hucitec,1987.
- BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio. *Os senhores da história. A construção do Brasil em dois manuais de história da segunda metade do século XIX*. SP, 1996.Mimeo.
- BARROS, José D’ Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História. Vol I*, RJ: CELA, 2002.
- BARROS, Ricardo. *O uso da imagem nas aulas de história*. Dissertação de mestrado em Educação, USP, 2007.
- BASSI, Cristina Mantovani. *Joaquim Manuel de Macedo e a leitora do século XIX*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1993.
- BASTOS, Lucia Maria Oliveira. *A instrução pública e o ensino na Província do Rio de Janeiro: visão oficial e prática cotidiana, 1871-1888*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1985.

BELONI, Maria Luiza. “Edição para a mídia: missão urgente da escola”. *Comunicação e sociedade*. Revista de Estudos de Comunicação, 1995.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro .1870-1920*.RJ: Arquivo Nacional, 1999.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma historia do saber escolar*. 1993. Tese de doutorado em História /USP.

_____. *Pátria , civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. Dissertação de mestrado em História social /USP,1988.

_____. “Livro didático entre textos e imagens”.(org) *O saber histórico em sala de aula*. SP, Contexto, 2003, p.69-90.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. SP: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1990.

BOLLEME, Geneviève. “O povo escrito. O povo escrevendo”. IN: *O povo por escrito*. SP: Martins Fontes, 1988.

BOTO, Carlota . “Aprender a ler entre cartilhas : civilidade , civilização e civismo pelas lentes do livro didático”. Revista Eletrônica da Faculdade de Educação da USP, n 3 , set/ dez- 2004.

BOSI, Alfredo. “As letras na Primeira República”. FAUSTO, Boris. (Dir.). *O Brasil republicano* (2). São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977.

BRAGANÇA, Aníbal . “A política editorial de Francisco Alves e a profissão de escritor no Brasil”.: ABREU, Marcia (Org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado das Letras, 1999.

_____. “A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. *Livraria ideal. A trajetória de um imigrante italiano, de engraxate a livreiro (1935-1966)*. Dissertação de mestrado. SP: USP, 1995.

BRILHANTE, Neuma. *O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação na Revista do IHGB*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2001.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho*. Dissertação de Mestrado, USP, 1994.(Área de Comunicação e Jornalismo).

CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo.(Orgs) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Analise Maria Muller de. *Pregadores de idéias, animadores de vontades. Livros didáticos nos anos 30/40*. Dissertação de mestrado , PUC/SP.1992

_____.“Reafirmação e delimitação do papel feminino nos livros didáticos dos anos 30/40.” *Projeto História* ,11, Educ, nov 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. A elite política imperial* . Ed. campus, 1980.

_____. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. SP: Cia das Letras, 1987.

_____. CARVALHO, Marta M Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A formação das almas . O imaginário da República no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1995.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 5ª edição, 2004.

CAVALCANTI, Berenice. “Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”. *Acervo. Leituras e leitores*. Revista do Arquivo Nacional, 1-2, vol 8. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “ A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794”. *Acervo. Leituras e leitores*. Revista do Arquivo Nacional, n° 1-2, 1995.

CHAMON, Carla S. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

CHARTIER, Roger. “Texto, impressão e leitura. In: HUNT, Lyn(org). *A nova história cultural*. Martins Fontes, 1992.

_____. *Práticas de leitura*. (org). Edição Liberdade, 1996.

_____. “Textos, impressos, lecturas.” *Revista de História*, 132, FELCH- USP. 1995.

_____. CHARTIER, Roger. “As práticas da escrita”. IN: CHARTIER, R (org). *História da vida privada*, v. 3. “Da Renascença ao Século das Luzes”. SP: Companhia das Letras, 1991.

_____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. & CAVALLLO, Guglielmo (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*. 2 volumes. Ed. ática, 1999.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo (Orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org). *A história contada. Capítulos de história social da Literatura no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

CHOPPIN, Alain. *Le manuel scolaire en cent références* (1991).

_____. *Manuels scolaires. États et sociétés : XIX- XX siècles*. 1993.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. “No rastro dos livros escolares: elementos para a compreensão de sua circulação nas escolas primárias do Amazonas (1852-1890).” Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004

CRUZ, Heloisa de Faria. “A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo -

1890-1915”. São Paulo, *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, (13), jun. 1996, pp. 81-92.

_____. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 1996.

DANTAS, Robson Norberto. *A Revista do Brasil (1916-1925) e os Homens-bandeiras. Construindo a unidade lingüística nacional*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História Social, PUC/SP, 1997.

DARNTON, Robert. “Historia da leitura.” BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo. Ed. da UNESP. 1992.

_____. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. SP: Cia das Letras, 1990.

_____. *O grande massacre dos gatos*. RJ: Gal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEMAETINI, Zélia. “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século”. *ANDE*, SP, N° 14, 1989.

DIDIROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. RJ: Casa da palavra, 2002.

DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos: análise da Revista Kosmos – 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, Constância Lima. “A ficção didática de Nísia Floresta”. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 295

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileira Garnier(1903-1914). BH: Editora, 2005.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade : uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República(1879-1924)*. Dissertação de Mestrado Dep. Antropologia Social/FFLCH/USP, 1997.

_____. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. “A disseminação do livro popular nas últimas duas décadas do século XIX e a trajetória editorial de Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. *O livro e a leitura no Brasil*. RJ: J. Zahar, 2006.

ERMAKOFF, George. *Juan Gutierrez: imagens do Rio de Janeiro: 1892/1896*. Rio de Janeiro: Marca d'água Livraria e Editora, 2001.

LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autentica, 2000

FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História Social: historiografia e pesquisa”. Projeto História, São Paulo, nº10, dez. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, Jan./Jun. 1992, pp. 5-23.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Introdução – Muitas memórias, outras histórias”. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FIORENTINO, Teresinha Del. *Prosa de ficção em São Paulo. Produção e consumo – 1900-1920*. São Paulo: Hucitec/SECSP, 1982.

FONTES, Mirella de Abreu. *Julia Lopes de Almeida: uma personalidade ambígua na virada do século XIX para o século XX*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006;

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedades na Primeira República*. São Paulo/Brasília, Pioneira/INL, 1983.

- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri- Jean. *O aparecimento do livro*. RJ: UNESP, 1992.
- FERNANDES JR, Rubens Fernandes (coord.). *De volta a luz. Fotografias nunca vistas do Imperador*. São Paulo: Banco Santos; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.
- _____. *A fotografia expandida*. São Paulo: tese de doutoramento. PUC-SP, 2002.
- FERRO, Marc . *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. SP: IBRASA, 1983.
- FREITAG, Bárbara e outros. *O livro didático em questão*. SP: Cortez Editora, 1989.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- GASPARELLO, Arlete. *Construtores de identidades : os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II(1838-1920)*. Doutorado em Educação: História , política e sociedade, PUC,2002.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Os combates pelo ensino de história: novas questões, velhas estratégias*. BH: FAE/UFMG, 1996.
- GATTI JUNIOR, Decio. 1998. *Livro didático e ensino de história: dos anos 60 aos nossos dias* . Tese de Doutorado em Educação . PUC/SP
- _____. “Massificação do ensino escolar e livro didático de História no Brasil : dos anos sessenta aos nossos dias”. *Ensino de História*. Revista do Laboratório de Ensino de História da UFF.V 4, Mar. 2004.
- _____. GATTI JR, Décio. *A escrita escolar da História do Brasil*. Livro didático e ensino de história no Brasil (1870-1990). Bauru, SP: EdUSC; Uberlândia, MG: EdUFU, 2004
- GINZBURG, Carlo . *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Cia das Letras: SP, 1987.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.” *Estudos Históricos* 1988/1.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.(Sua história)*. SP: Editora ática, 1985.

HANSEN, Patrícia dos Santos. *Feições e fisionomia : a historia do Brasil de João Ribeiro*. Acess, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo, Editora da Unesp, 2002.

HÉRBRAND, Jean. “Os livros escolares da Bibliothèque Bleue: arcaísmo ou modernidade?”. *Revista brasileira de história da educação*. N 4. Jul/dez. 2002.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. SP: Paz e terra,1989.

_____. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. SP: Paz e Terra, 1984.

JACOB, Christian e BARATAN, Marc. *O poder das bibliotecas : a memória dos livros no Ocidente*. RJ: Ed. UFRJ, 2000.

KNAPP, Wolfgang. *O que é editora?* SP: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros passos, n 176.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo:T.A.Queiroz, 1982.

KUHLMANN JUNIOR, Moises. *As grandes festas didáticas brasileiras e as exposições internacionais (1862- 1922)*. Universidade São Francisco, 2001.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Porto Alegre: Globo, 1982 ^a

LEAL, Carlos e JUNQUEIRA, Ivan. *Francisco Alves: 150 anos*. RJ: Francisco Alves, 2005.

LEÃO, Andréa Borges. “Francisco Alves e a formação da literatura infantil”. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

LE GOFF e NORA. *História: Novos objetos*. RJ: Livraria Francisco Alves,1976.

LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária*. SP: Instituto de Estudos Brasileiros - USP. 1985.

LIVRARIA FRANCISCO ALVES.“*Histórico da Livraria Francisco Alves*” e “*Relação*

completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves”:1854-1954”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1954.

LYONS, Martyn. (2002) “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”. In:CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, p. 165-202.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. RJ: Ed da UFRJ; SP: Edusp, 1994.

MACHADO NETO, Antonio Luis. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930*. São Paulo, Grijalbo/Edusp, 1973.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. SP: EDUC, 1998.

_____. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004.

_____.*O Mato Grosso e sua história*: manual do professor. 2ª Ed ver. e atual. Curitiba: Base, 2004.

_____. *Outras Memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870/1920*. Projeto de pesquisa UFF/PIBIC/CNPQ, 2005, mimeo.

_____. “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury.(Orgs.). *Outras histórias : memórias e linguagens*. São Paulo : Olho d’Água, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

MATOS, Cláudia Neiva de. “Singular e/ou plural: uma reflexão sobre o estudo das literaturas menores e sua possível contribuição para uma nova historiografia”. *Revista 34 Letras*, Rio de Janeiro, n. 4, jun. 1984, pp. 120-133.

_____. *A poesia popular na República das Letras*. Rio de Janeiro: Funarte/UFRJ,

1994.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF-1997.

MARTINS, L. *Pedro Américo: pintor universal*. RJ: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohrloff. “Do Império á República.” *Estudos Históricos*. 1989/4.

MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*. Mestrado em Educação. FGV. 1993.

MAZZOTTI, T. B. *Educação popular segundo os sindicalistas revolucionários e os comunistas na Primeira República*. 1987. Tese (Doutorado em educação), FAE/USP, SP.

MELO, Ciro Bandeira de. *Senhores de História: a construção do Brasil em 2 manuais didáticos de história da segunda metade do século XIX*. Doutorado em Educação /USP, 1997.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de et alii. “O compêndio de história da América de Rocha Pombo. Uma apreciação crítica”. *Notícia bibliográfica e histórica*. Jul/set, 2003.

MELLO JR, Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1843-1905: algumas singularidades de sua vida e de sua obra*. RJ: Pinakothek, 1983.

MICELLI, Paulo. *O mito do herói nacional*. SP: Contexto, 1988.

MIRANDA, Nair da Rocha. *Pedro Américo: o mago da pintura*. RJ: EBAL, 1960.

MOLLIER, Jean-Yves. “O nascimento da cultura de massa na Belle Époque: implantação das estruturas de difusão de massa”. *Margem*, São Paulo: Educ, PUC/SP, 8, 1998.

MOYSÉS, Sarita M Affonso. “Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX”. *Educação & Sociedade*, nº 48, pp.200-212.

MORAIS, Renata Figueiredo Moraes. *Os 13 de Maio: A abolição na escrita de Duque Estrada*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

MULLER, Lúcia. *As construtoras da nação. Professoras Primárias na Primeira*

República. RJ: Intertexto, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de Doutorado em História e Filosofia da educação. PUC/ SP, 1997.

_____. “Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva* . SP: Contexto, 1998.

MOYSÉS, Sarita M. Affonso. “Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX”. *Educação & Sociedade*, n. 48, agosto/1994, pp. 200-212.

NAGLE, Jorge. “A Educação na Primeira República”. FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, Tomo III, vol. 2, 1977.

NEVES, Margarida de Souza. “O povo na rua: um conto de duas cidades”. IN: PECKMANN, Robert. (org). *Olhares sobre a cidade*. RJ: Ed UFRJ, 1995.

NIKITIUK, Sônia. “Fazendo do livro didático uma importante mídia na sala de aula.” *Ensino de História*,UFF, Número 4, Mar. 2004.

NUNES, Maria Thétis. *O Ensino secundário e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962.

OLIVEIRA, Cecília de Salles. “Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão das questões sociais”. *Revista de História*, n. 116, São Paulo, jan.-jun,1984.

OLIVEIRA, Lívio Lima de Oliveira. *O Livro de preço acessível no Brasil: o caso da coleção "L&PM Pocket"*.Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Vladimir Machado. *Do esboço pictórico à rotunda dos dioramas: a fotografia na pintura das batalhas de Pedro Américo*.São Paulo: Tese de Doutorado. FAU-USP, 2002.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 2.ed. São Paulo : Loyola, 1983.

PUCHOL, Joaquim Garcia .1993. *Los textos escolares de historia en la enseñanza española (1808- 1900): analisis de su estructura y contenido* . Barcelona: Universidad de

Barcelona.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. SP: Brasiliense, 1985.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. “A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade- Rio de Janeiro, século XIX.” Acervo. Leituras e leitores. Revista do Arquivo Nacional, números 1-2, vol 8. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

RIO, João do. “Mercadores de livros e a leitura das ruas”. *A alma encantadora das ruas*. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. RJ: Livraria Kosmos. 1946.

ROSEMBERG, Liana Ruth B. *Pedro Américo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso Edições, 2002.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (org). *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Edições RioArte, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1983(Volume 2: Jornalista e Memorialista.)

SARLO, Beatriz. “A história contra o esquecimento”. IN: *Paisagens imaginárias*. SP: Edusp, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas”. In: BRESCIANI, Stella. (Org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1994.

SHAPOCHNIK, Nelson. “Como se escreve a história?” *Revista Brasileira de História*. SP, Vol 13, n 25/26/set/92/ ago/93.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Ed. Brasiliense, SP: 1983.

_____. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”. *Almanaque, Cadernos de Literatura e Ensaio n 14*. SP: Brasiliense.1982.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMAN, Lana Maria de Castro. *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e*

imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1964.

TEIXEIRA, Milton. *B Calixto: imortalidade*. Santos: Ed UNICEB, 1992.

TERRA, Antonia. “Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas”. *Revista Eletrônica da Faculdade de Educação da USP*, n 3. Set/dez-2004.

THOMPSON, E P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ: Zahar. 1981.

_____. *Costumes em comum. Estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *Os românticos. A Inglaterra na era vitoriana*. RJ: Civilização Brasileira, 2002,

_____. THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. RJ:Paz e Terra, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Tradições populares na Belle Époque carioca*. RJ: Funarte, 1988.

_____. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30)*. Mediações, linguagens, espaços. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. *A pesquisa em História*. SP: Ática. Série Princípios. 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. RJ: Zahar editor, 1979.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v.4, 2002.

ZAMBONI, Ernesta. *Que história é essa? Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de história*. São Paulo, Tese de Doutorado em Educação, USP, 1991.